

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

AVALIAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
PRODUÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDA

FORTALEZA

2008

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

**AVALIAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
PRODUÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDA**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^{ra} D.^{ra} Francisca Sylvania de Sousa Monte

Co-orientadora: Prof.^{ra} D.^{ra} Sílvia Maria de Freitas

FORTALEZA

2008

S697a Sousa, Jânia Maria Pinho

Avaliação do financiamento da agricultura familiar na produção, ocupação e renda / Jânia Maria Pinho Sousa. – Fortaleza, 2008.
179f. ; il.

Orientadora: Prof.^{ra} D.^{ra} Francisca Silvania de Sousa Monte
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza-CE, 2008

1. Agricultura familiar 2. Pronaf B 3. Produção 4. Ocupação 5. Renda
I. Monte. Francisca Silvania de Sousa (Orient.) II. Universidade Federal do Ceará – Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas
III. Título

CDD 306.852

JÂNIA MARIA PINHO SOUSA

**AVALIAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
PRODUÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDA**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em 29/ 08 / 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^{ra} D.^{ra} Francisca Silvania de Sousa Monte (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará-UFC

Prof.^{ra} D.^{ra} Sílvia Maria de Freitas (Co-orientadora)

Universidade Federal do Ceará-UFC

Prof. Dr. Luiz Antônio Maciel de Paula

Universidade Federal do Ceará-UFC

Prof. Dr. José Sydrião de Alencar Júnior

Universidade de Fortaleza-UNIFOR

Ao meu neto, João Pedro, pela sua força e vontade em viver. Tão frágil e tão forte! Quão pequena fui diante de tamanha robustez! Que os nossos momentos ao computador, na construção deste estudo, sejam um incentivo em sua trajetória de vida.

AGRADECIMENTOS

À Mariana e ao Oliveira, duas pessoas por demais importantes em minha vida.

Às minhas irmãs Maria José, Adriana e Janete, pelo apoio recebido.

À minha mãe, primeira incentivadora em minha vida acadêmica.

Aos agricultores familiares objeto desta pesquisa, pela colaboração durante as entrevistas, sem as quais o presente estudo ficaria bem menos interessante.

À professora Francisca Silvania de Sousa Monte, orientadora da dissertação, por sua disponibilidade e confiança em mim depositada.

Ao professor Luiz Antônio Maciel de Paula, por suas valiosas contribuições durante o exame de qualificação.

Ao professor José Sydrião de Alencar Júnior, grande incentivador na minha vida acadêmica e profissional.

À professora Sílvia Maria de Freitas, co-orientadora da dissertação, pelo auxílio no tratamento dos dados coletados.

A Lucilene, Aline e Tiala, pelo suporte na da transcrição das entrevistas.

À Tereza, notável companheira de trabalho.

A todos os professores do Mestrado, pelo grande aprendizado proporcionado durante o curso.

Às funcionárias Toinha e Marta, pelo apoio e disponibilidade aos alunos.

Aos colegas do Mestrado, com os quais muito aprendi.

RESUMO

Trata-se de uma investigação sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com ênfase na modalidade denominada Pronaf B, voltada para o combate à pobreza rural. O estudo avalia os reflexos do Pronaf B em relação à produção, ocupação e renda dos agricultores familiares, com base na atuação do programa no âmbito do município de Irauçuba, no Ceará. Adotou-se metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo de natureza quantitativa e qualitativa, levando-se em conta estudo realizado em 2005, o qual é utilizado como Linha de Base. Constatou-se que o Pronaf B é uma relevante política dirigida aos agricultores pobres, tendo crescido significativamente, entretanto deixando margem para sua ampliação. O programa contribuiu para o fortalecimento da ovinocaprinocultura local, de natural vocação do município, com reflexo na elevação da produção e da produtividade da atividade. Além disso, o Pronaf B possibilitou o ingresso dos grupos familiares em novas atividades, bem como a manutenção em outras que já eram desenvolvidas pelos agricultores. A ocupação principal relaciona-se à agropecuária, que emprega uma média de 2,5 pessoas por família. A renda média mensal líquida das famílias elevou-se dos R\$320,79 registrados na Linha de Base, para os atuais R\$460,90. A renda das atividades financiadas pelo programa foi superior à das demais atividades, porém inferior àquela propiciada por programas sociais. Foi constatada a ausência de assistência técnica, assim como de outras formas de apoio, às atividades produtivas financiadas pelo Pronaf B. As famílias estudadas fazem parte do Programa Fome Zero-Bolsa Família, constituindo o mesmo público-alvo para os dois programas, os quais, no entanto, atuam sem qualquer interação.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Pronaf B. Produção. Ocupação. Renda.

ABSTRACT

This study investigates the National Program for Strengthening for the Family Farmers (PRONAF), with a focus on the Group B of this Program, which is directed to reduce the rural poverty. The study evaluates the PRONAF B in terms of production, occupation and income of family farmers in the municipality of Irauçuba, in the state of Ceará. The methodology utilized bibliographical and documental research as well as a qualitative and quantitative field research. The results of the present field research were compared to a baseline, that is, a similar study conducted in 2005. The results here achieved demonstrate that PRONAF B can be considered as a relevant public policy that benefits poor family farmers. The program has been expanded although it can spread out even more. The Program has contributed to enhance the local caprine and ovine activities in terms of production and productivity. In addition, PRONAF B allowed family farmers to participate in new activities, and the Program allowed that these farmers do not leave their traditional activities. The main occupation of the family farmers is agriculture and livestock, which employ 2.5 persons per family. The net family income per month raised from R\$ 320,79 (in 2005) to R\$ 460,90 (2007). The income obtained from the financed activities was superior as compared to the income from non financed activities. However, the income acquired from the governmental social programs was superior as compared to the income from the financed activities. The study concluded that extension services offered to the family farmers does not exist, as well as other means of technical support to the activities financed by PRONAF B. In general, families that are participants of the Zero Hunger Program-Family Stamps qualify for PRONAF B as well. Although these families constitute the same target group, these two programs are not interconnected.

Key Words: Family Farming, PRONAF B. Occupation, Income.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA	1	Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf no Brasil – 2000/ 2007	55
FIGURA	2	Distribuição Quantitativa Anual das Operações de Crédito do Pronaf no Brasil – 2000/2007	56
FIGURA	3	Distribuição Proporcional dos Montantes Aplicados pelo Pronaf no Brasil, por Grupo – 2000/2007	57
FIGURA	4	Distribuição Proporcional das Operações de Crédito do Pronaf no Brasil, por Grupo – 2000/2007	57
FIGURA	5	Distribuição Anual Quantitativa das Operações de Crédito do Pronaf no Brasil, por Grupo –2000/2007	58
FIGURA	6	Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf no Brasil, por Grupo – 2000/2007	59
FIGURA	7	Distribuição Anual e por Grupo dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf – 2000/2007	66
FIGURA	8	Distribuição Quantitativa Anual e Acumulada por Grupo das Operações de Crédito do Pronaf – 2000/2007	69
FIGURA	9	Distribuição Anual e Acumulada dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B – 2000/2007	71
FIGURA	10	Distribuição Anual e Acumulada das Operações de Crédito do Pronaf Grupo B Realizadas pelo BNB e Respetivos Montantes e Números de Famílias Beneficiadas – 2000/2007	74
FIGURA	11	Distribuição Proporcional (%) Acumulada dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB – 2000/2007	75
FIGURA	12	Distribuição Anual dos Montantes Aplicados por Região pelo Pronaf Grupo B – 2000/2007	76
FIGURA	13	Distribuição Proporcional (%) dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B, por Estado – 2000/2007	77
FIGURA	14	Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Gênero do Mutuário – 2000/2007	80
FIGURA	15	Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Setor – 2000/2007	82

FIGURA	16	Distribuição dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Atividade – 2000/2007	83
FIGURA	17	Mapa de Localização de Irauçuba	84
FIGURA	18	Linha de Base - Agricultor A em 18/08/2003	99
FIGURA	19	Agricultor A em 03/04/2008	99
FIGURA	20	Linha de Base - Agricultor B em 26/08/2003	100
FIGURA	21	Agricultor B em 07/04/2008	100
FIGURA	22	Linha de Base – Agricultora C em 26/08/2003	101
FIGURA	23	Agricultora C em 04/04/2008	101
FIGURA	24	Linha de Base – Agricultora D em 22/08/2003	102
FIGURA	25	Agricultora D em 08/04/2008	102
FIGURA	26	Distribuição Proporcional (%) das Principais Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B nos Três Momentos	104
FIGURA	27	Distribuição Proporcional (%) dos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B por Situação de Envolvimento com as Atividades Financiadas	105
FIGURA	28	Distribuição Comparativa das Quantidades Produzidas pelos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B, por Atividade, em Dois Momentos	106
FIGURA	29	Evolução Proporcional (%) das Atividades dos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B em Dois Momentos	107
FIGURA	30	Distribuição Comparativa das Quantidades de Pessoas Ocupadas nas Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B, por Atividade, em Dois Momentos	107
FIGURA	31	Evolução Proporcional (%) das Quantidades de Pessoas Ocupadas nas Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B em Dois Momentos	108
FIGURA	32	Distribuição Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Modalidade de Acesso ao Uso da Terra no Desenvolvimento das Atividades	116
FIGURA	33	Distribuição Proporcional (%) dos Agricultores Financiados pelo Pronaf Grupo B, por Ocupação Principal Desenvolvida	119
FIGURA	34	Distribuição Proporcional (%) das Famílias Beneficiadas pelo Pronaf	

		Grupo B Segundo os Itens de Despesas Apontados como Principais	127
FIGURA	35	Distribuição Proporcional (%) da Influência do Pronaf Grupo B nas Condições de Vida das Famílias Beneficiadas pelo Programa	131

LISTA DE TABELAS

TABELA	1	Distribuição de Pobres no Brasil por Região e Área	39
TABELA	2	Distribuição Anual e Acumulada dos Montantes Aplicados pelo Pronaf no Brasil e por Região – 2001/2007	54
TABELA	3	Distribuição Anual e Acumulada dos Montantes Aplicados pelo Pronaf no Brasil, por Grupo – 2000/2007	65
TABELA	4	Distribuição Quantitativa Anual e Acumulada por Grupo das Operações de Crédito do Pronaf – 2000/2007	68
TABELA	5	Distribuição Anual e Acumulada dos Contratos e Respectivos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B no Brasil – 2000/2007	70
TABELA	6	Distribuição Anual e Acumulada das Operações de Crédito do Pronaf Grupo B Realizadas pelo BNB e Respectivos Montantes e Números de Famílias Beneficiadas – 2000/2007	73
TABELA	7	Distribuição Anual e Acumulada por Região dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B – 2000/2007	76
TABELA	8	Distribuição Anual e Acumulada por Estado e Total dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B – 2000/2007	78
TABELA	9	Distribuição das Operações de Crédito do Pronaf Grupo B e Respectivos Montantes Aplicados pelo BNB, por Fonte de Recursos – 2000/2007	79
TABELA	10	Distribuição das Operações de Crédito do Pronaf Grupo B e Respectivos Montantes Aplicados pelo BNB, por Gênero do Mutuário – 2000/2007 ..	80
TABELA	11	Distribuição dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Setor – 2000/2007	81
TABELA	12	Distribuição dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Atividade – 2000/2007	82
TABELA	13	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Entrevistados por Nível de Escolaridade	95
TABELA	14	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) das Principais Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B nos Três Momentos	103
TABELA	15	Percepção de Mudanças nas Condições de Vida Antes do 1º e Depois do 3º Financiamento do Pronaf Grupo B	105

TABELA	16	Distribuição Quantitativa da Produção e das Pessoas Ocupadas na Ovinocaprinocultura em Dois Momentos	109
TABELA	17	Distribuição Quantitativa da Produção e das Pessoas Ocupadas no Artesanato em Dois Momentos	110
TABELA	18	Distribuição Quantitativa da Produção e das Pessoas Ocupadas na Avicultura em Dois Momentos	110
TABELA	19	Distribuição Quantitativa da Produção e das Pessoas Ocupadas na Suinocultura em Dois Momentos	111
TABELA	20	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Entrevistados por Principal Atividade Desenvolvida	112
TABELA	21	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B, por Tipo de Atividade/Produto Agropecuário Desenvolvido pela Família	112
TABELA	22	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B, por Tipo de Atividade/Produto Não-Agrícola Praticado pela Família	113
TABELA	23	Distribuição Quantitativa da Produção Mensal e das Pessoas Ocupadas nas Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B no Primeiro Financiamento e na Posição Atual, por Agricultor Participante da Pesquisa Linha de Base	115
TABELA	24	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Área de Terra Disponível no Desenvolvimento das Atividades	117
TABELA	25	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Área de Terra Efetivamente Utilizada no Desenvolvimento das Atividades	117
TABELA	26	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Documentação da Terra em que Exploram as Atividades	118
TABELA	27	Condição do Produtor e Tamanho da Terra dos Agricultores que fizeram parte da Pesquisa Linha de Base	118
TABELA	28	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Grupos Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B Segundo a Percepção Sobre Quem é o Chefe da Família	120
TABELA	29	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Grupos Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B Segundo a Quantidade de Pessoas Ocupadas/Trabalhando	120

TABELA	30	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Grupos Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B Segundo a Principal Ocupação dos Demais Membros	121
TABELA	31	Demonstrativo da Ocupação das Quatro Famílias Participantes da Pesquisa Linha de Base, por Ocupação Principal, Quantidade de Pessoas Ocupadas e Vínculo Formal	121
TABELA	32	Demonstrativo da Composição da Renda Média Mensal Líquida das Famílias Beneficiadas pelo Pronaf Grupo B	123
TABELA	33	Demonstrativo da Composição da Renda Mensal das Quatro Famílias Participantes da Pesquisa Linha de Base	128
TABELA	34	Demonstrativo da Composição da Renda Líquida das Quatro Famílias Participantes da Pesquisa Linha de Base Segundo as Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B	128
TABELA	35	Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Efeitos do Pronaf Grupo B nas Condições de Vida das Famílias Beneficiadas pelo Programa	132

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO	18
2.1 Área de Estudo	21
2.2 Análise dos Dados	24
3 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	26
3.1 Da Formação e Evolução do Estado Brasileiro	26
3.2 As Políticas Públicas no Brasil	28
3.3 A Agricultura Familiar no Contexto das Políticas Públicas	35
3.3.1 Pobreza Rural	36
3.3.2 Políticas Públicas Rurais	39
4 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) E O PRONAF B	44
4.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)	44
4.2 O Pronaf Grupo B	59
4.2.1 Caracterização do Pronaf Grupo B	60
4.2.2 Desempenho do Pronaf Grupo B.....	64
5 REFLEXOS DO PRONAF GRUPO B NA PRODUÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES	84
5.1 Ambiente Institucional do Pronaf Grupo B	85
5.1.1 O Processo de Financiamento do Pronaf Grupo B em Irauçuba	85
5.1.2 As Atividades Econômicas Financiadas pelo Pronaf Grupo B em Irauçuba	87
5.1.3 O Pronaf Grupo B e o Programa Fome Zero-Bolsa Família	90
5.2 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares	94
5.3 A Produção Desenvolvida	103
5.4 Ocupação no Meio Rural	116
5.5 A Renda das Famílias Agricultoras	122
6 CONCLUSÕES	135
REFERÊNCIAS	141
APÊNDICE	147

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata de uma investigação sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com ênfase na modalidade de crédito dirigida ao combate à pobreza rural, denominada Pronaf B. Instituído em 1996, o Pronaf tem como objetivo dar apoio ao desenvolvimento rural, mediante fortalecimento da agricultura familiar enquanto segmento gerador de postos de trabalho e de renda. Sua criação se dá em um contexto relacionado com a forma de constituição do Estado brasileiro.

As políticas públicas brasileiras foram delineadas sob a influência do modelo de Estado instituído no país, concebido pelo poder oligárquico e imposto à sociedade, resultando em desenho de políticas como parte integrante dos funcionamentos dos diversos sistemas econômicos adotado pela nação, a exemplo dos modelos primário-exportador e substituição de importações e do atual modelo neoliberal.

A resultante dessa lógica induziu a concepção de políticas públicas rurais que têm privilegiado médios e grandes produtores. Na agricultura brasileira predomina a grande propriedade no sistema agrário, mantendo-se uma distribuição fundiária altamente concentrada, na qual um pequeno grupo de propriedades controla a maior proporção da terra e dos estabelecimentos.

Os estabelecimentos rurais brasileiros desempenham importante papel na produção nacional de feijão, fumo, mandioca, suínos e leite, sendo responsável por 10,1% do Produto Interno Bruto nacional. Ainda que os estabelecimentos familiares representem 85,2% de todos os estabelecimentos rurais do país, o reconhecimento institucional da agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo a institucionalização de políticas públicas, somente veio a ocorrer em 2006, por meio da Lei nº 11.326.

Apesar da luta histórica dos agricultores e de suas representações por melhores condições de trabalho, a criação do Pronaf recebeu decisivo apoio de instituições internacionais com vistas a atenuar conflitos, garantindo a continuidade do crescimento do setor agrícola no comércio internacional. Aqui, verifica-se a intervenção dos que desejam garantir a segurança do modelo econômico imposto. A resposta do Estado veio através da criação do Pronaf.

O Pronaf B é uma das modalidades do Pronaf, e tem como objetivo combater a pobreza rural. A relação do apoio creditício com a redução da pobreza constitui recente política governamental, que ganha espaço a partir do ano 2000, através desse programa, como

resultado do processo de aprimoramento do Pronaf. Destina-se aos agricultores que vivem abaixo da linha de pobreza, cujo rendimento familiar médio anual não passe dos R\$4 mil. O programa tem crescido significativamente, tanto em volume de financiamento como em número de contratos firmados, apesar de ainda dispor de margem para ampliação.

Constitui objetivo do presente estudo avaliar os reflexos do Pronaf B em relação à produção, ocupação e renda dos agricultores familiares, com base na análise da atuação do programa no âmbito do município de Irauçuba, no Ceará.

A análise contou com metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo de natureza quantitativa e qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas com os agricultores familiares e com as instituições que operacionalizam o programa. Além disso, considerou-se estudo anterior, realizado em 2005, sobre o Pronaf B, o qual é utilizado como Linha de Base do programa. Irauçuba fez parte dessa Linha de Base, junto com Quixelô, também no Ceará; Taipu e Cerro Corá, no Rio Grande do Norte; e Betânia do Piauí e Guaribas, no Piauí.

Assim, o segundo capítulo descreve o percurso metodológico trilhado, enfocando o método, os instrumentos e as técnicas adotados, a área de estudo e a forma como foi realizada a análise dos dados.

O terceiro capítulo discute a formação do Estado brasileiro e as políticas públicas, estas desenhadas sob a influência de um modelo de Estado que esteve subordinado e a serviço de um contexto econômico que favorecia a classe dominante, o que levou a que as políticas públicas resultassem principalmente em ajustes para garantir a continuidade de um modelo econômico, ou a transição, com segurança, para outro modelo. Neste capítulo, também se discorre sobre a agricultura familiar no contexto das políticas públicas, enfocando a importância da agricultura familiar para o país, a pobreza na área rural e a atrasada intervenção do Estado por meio de políticas públicas dirigidas a esse meio.

O quarto capítulo retrata o Pronaf, contextualizando o ambiente em que foi instituído, descrevendo as características e o público-alvo do programa, as modificações ocorridas e o seu desempenho no país. Além disso, apresenta uma descrição do Pronaf B, evidenciando as características e o público a ser atendido, apresentando-se o comportamento das aplicações no país, nas regiões e nos estados brasileiros.

O quinto capítulo examina o ambiente institucional do Pronaf B, o processo de financiamento em Irauçuba e os reflexos do programa na produção, ocupação e renda dos agricultores familiares. Ademais, foi traçado o perfil socioeconômico dos agricultores, além de se verificar a produção obtida pelas atividades financiadas e a partir daquelas não

financiadas pelo programa e de se identificar as ocupações geradas pelas atividades principais e secundárias desenvolvidas pelos agricultores e a renda proveniente das atividades financiadas e de outras desenvolvidas no meio rural, assim como a renda oriunda de aposentadorias, pensões e programas sociais, dentre outras formas de remuneração. Nesse capítulo, são consideradas as informações da Linha de Base.

O sexto capítulo apresenta as conclusões do estudo, momento em que também são assinaladas algumas sugestões para o aprimoramento do programa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A lógica de investigação adotada neste estudo pautou-se no sentido de criar hábitos intelectuais “que facilitem a abertura do pensamento, a flexibilidade do raciocínio e de atenção, de tal modo que se aprenda a deixar-se guiar pela teoria e pelo método sem se escravizar a eles” (CARDOSO, 1971, p. 75). Assim, durante a elaboração da pesquisa, foram revistos procedimentos antes definidos, configurando-se como oportunidades para agregar questões que se mostraram por demais importantes para se atingir os objetivos delineados.

A avaliação de políticas públicas e programas tem no componente social sua mais forte tradução, requerendo métodos capazes de assegurar que a complexa teia componente da estrutura social venha a ser contemplada no processo avaliativo. Desse modo, no presente estudo foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa.

A abordagem quantitativa trabalha “... com números ou variáveis, utilizando métodos estatísticos para identificar relações de causa e efeito que possam ser convenientemente apresentadas em equações, tabelas e gráficos”, enquanto na abordagem qualitativa “... procura-se entender e interpretar os fenômenos, a partir de uma análise ricamente descritiva, que se contrapõe àquela dos modelos altamente simplificados e relativamente abstratos da avaliação quantitativa” (HOLANDA, 2006, p. 267-269).

Aguilar (1994, p. 118-119) reafirma a importância da diversidade metodológica, por meio do uso de abordagens mistas, para captar a natureza da realidade social, sua complexidade e seu caráter multifacetado, exigidos pela complexidade do objeto de estudo.

Assim, entende-se que o emprego conjunto das duas abordagens complementa e, logo, enriquece a avaliação, resultando em vantagem, ao mesmo tempo em que se preenchem as lacunas surgidas quando se utiliza apenas uma abordagem, de forma isolada.

Em conformidade com seu objetivo geral, esta pesquisa pretendeu-se explicativa, visto que “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42).

Gil observa que a classificação da pesquisa como explicativa torna-se útil para estabelecer o seu marco teórico, possibilitando uma aproximação conceitual, requerendo-se, no entanto, o delineamento de um modelo conceitual e operativo com vistas à análise dos fatos dos pontos de vista empírico e teórico.

Desse modo, no delineamento do estudo, faz-se distinção entre método e técnica de coleta de dados. O método está intimamente relacionado com a metodologia, no sentido de

pensar (*logos*) ou definir um caminho (*ódos*) para se chegar a um objetivo (*meta*). A técnica, apesar de também inserir-se na metodologia, tem natureza mais prática, voltada para o alcance da meta, sendo definida por Queiroz (1983, citado por MATOS, 2002, p. 57), como

... o procedimento, ou conjunto de procedimentos bem definidos, transmissíveis, destinados a produzir determinados resultados; liga-se pois diretamente à prática, à ação, mas também, e de maneira fundamental, aos resultados a que se quer chegar (QUEIROZ, 1983, p. 45).

Neste estudo, chamaram-se de métodos a pesquisa bibliográfica, a documental e a de campo. As duas primeiras “se valem das chamadas fontes de ‘papel’”, enquanto a última utiliza dados “fornecidos por pessoas” (GIL, 2002, p. 43). Ressalte-se que a utilização de informações e dados via internet está inserida no grupo das fontes de “papel”. Durante a presente pesquisa, utilizou-se uma combinação dos três citados métodos.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio do suporte de livros, teses, dissertações e artigos sobre agricultura familiar, as políticas governamentais de financiamento da agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf B e o Programa Fome Zero.

A pesquisa documental utilizou-se de censos, anuários e documentos oficiais, assim como de dados secundários obtidos por meio de institutos oficiais de estudos e pesquisas e órgãos governamentais. Guardando coerência com um estudo classificado como explicativo, foi realizada uma pesquisa de campo *ex-post facto* ou “a partir do fato passado” (GIL, 2002, p. 43).

Matos (2002, p. 44) observa que a pesquisa *ex-post facto* “tem por objeto um determinado fenômeno que acontece após a ocorrência de um fato identificado pelo pesquisador”. No presente caso, identificou-se o que ocorreu em relação à produção, ao emprego/ocupação e à renda dos agricultores familiares após o terceiro financiamento do Pronaf B.

Assim, nesse tipo de pesquisa

... o estudo foi realizado após a ocorrência de variações na *variável* dependente no curso dos acontecimentos. O propósito básico desta pesquisa é (...) verificar a existência de relações entre variáveis. (...) o pesquisador não dispõe de controle sobre a variável independente, que constitui o fator presumível do fenômeno, porque ele já ocorreu. O que o pesquisador procura fazer neste tipo de pesquisa é identificar situações que se desenvolveram naturalmente e trabalhar sobre elas como se estivessem submetidas a controles (GIL, 2002, p. 49).

A pesquisa possibilitou alcançar os seguintes objetivos específicos: elaborar um perfil socioeconômico dos agricultores familiares; identificar no perfil socioeconômico as condições ou fatores que influenciam a produção, o emprego/ocupação e a renda das famílias agricultoras; conhecer a produção agrícola desenvolvida pelos agricultores e suas inter-relações com a terra, canais de comercialização, organização e renda; especificar a renda constituída pelos agricultores e seu uso; identificar as formas de ocupação/emprego entre as famílias agricultoras; e investigar a existência de ações complementares entre o Programa Fome Zero e o Pronaf B.

Essas informações foram obtidas por meio da entrevista, uma técnica de coleta de dados utilizada na pesquisa de campo. A entrevista é “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social; é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano, sendo estes suscetíveis de classificação e de quantificação (GIL, 1999, p. 117-118).

Foram combinadas duas técnicas de entrevista: entrevista estruturada ou orientada, com algumas questões abertas, e entrevista por pauta ou semi-orientada.

A entrevista estruturada ou orientada desenvolve-se “a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados”, possibilitando o tratamento quantitativo dos dados (Ibid, p. 121). Essa modalidade de entrevista foi aplicada junto a todos os agricultores familiares integrantes da amostra.

A entrevista por pauta ou semi-orientada “apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o investigador vai explorando ao longo do curso. (...) O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente”, obedecendo à pauta assinalada (Ibid, p. 120). Essa modalidade foi aplicada junto aos representantes de instituições do município, importantes atores no processo de concessão dos financiamentos do Pronaf B e do Programa Fome Zero. Além dessas pessoas, foram entrevistados quatro agricultores familiares de Irauçuba que fizeram parte de um estudo anterior, realizado há cerca de cinco anos, aqui denominado Linha de Base, sendo esta entendida como uma referência, a partir dos resultados obtidos sobre o Pronaf B em um dado momento passado.

A Linha de Base refere-se a uma avaliação do Pronaf B realizada em 2004, do qual a autora participou como coordenadora, abrangendo seis municípios do Ceará (Irauçuba e Quixelô), Piauí (Guaribas e Betânia do Piauí) e Rio Grande do Norte (Taipu e Cerro Corá).

Este trabalho foi considerado Linha de Base do presente estudo, e deu a oportunidade de se verificar os reflexos do Programa na vida dos agricultores, inclusive em relação às quatro famílias entrevistadas na referida Linha de Base, decorridos quase cinco anos após a concessão do primeiro financiamento.

2.1 Área de Estudo

A pesquisa em referência foi realizada junto a beneficiários do Pronaf B em Irauçuba, no Ceará. Trata-se de aprofundamento do estudo de avaliação do Pronaf B, tomando-se como referência essa Linha de Base.

Devido aos baixos valores financiados pelo Pronaf B¹, a seleção dos agricultores adotou como requisito um número mínimo de financiamentos contratados pelo participante. Assim, foram selecionados agricultores atendidos com, pelo menos, três financiamentos do Pronaf B contratados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB). Ressalte-se que o BNB é responsável por cerca de 95% dos contratos e dos volumes financiados do Pronaf B.

No período que compreendeu o ano de 2001 a Maio de 2007², foram realizadas 2.843 operações em Irauçuba, totalizando o montante de R\$2.767 mil. Esse valor representa 1% das aplicações realizadas no Ceará, as quais totalizaram R\$275.591 mil (MDA, 2007).

Foram identificadas 68 pessoas beneficiadas com três financiamentos do Pronaf B no município, durante o ano de 2001 a Maio/2007³, constituindo-se, assim, no universo considerado no estudo. O primeiro financiamento se deu nos anos de 2001 (88,2%) e 2002 (11,8%); o segundo teve concentração no ano de 2004 (91,2%) e o terceiro obteve maior incidência em 2006 (82,3%). Não foram identificadas pessoas atendidas com mais de três financiamentos.

Desse universo, 43% participam do Programa Fome Zero, por meio do Bolsa Família. Observou-se, ainda, que quatro pessoas fizeram parte da pesquisa Linha de Base, sendo que duas delas estão cadastradas no Bolsa Família.

¹ Devido aos baixos limites financiados por operação (inicialmente o valor máximo por operação era R\$500,00, passando para R\$1.000,00, sendo atualmente R\$1.500,00), entende-se que três operações por pessoa configura um corte que dá condição de verificar os reflexos do Pronaf B.

² Apesar de o Pronaf B ter sido criado no ano 2000, sua operacionalização em Irauçuba somente viria a ocorrer a partir de 2001.

³ Informações fornecidas pelo BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito (2007).

O plano amostral foi construído com base em uma amostra aleatória simples para proporção, com $p = 1/2$, nível de confiança = 0,95 e $N = 68$ (tamanho da população). Considerando um erro amostral de 7%, chegou-se ao número 47 como tamanho da amostra, mediante utilização da seguinte fórmula⁴:

$$n = \frac{Np(1-p)}{(N-1)\frac{d^2}{z^2} + p(1-p)}$$

A seleção das pessoas entrevistadas deu-se de forma aleatória, excetuando-se as quatro que fizeram parte da pesquisa Linha de Base e que também compuseram o universo da pesquisa. Considerou-se importante incluir essas pessoas na pesquisa de campo, dada a oportunidade de aprofundar o estudo observando-se dois momentos distintos.

Ressalte-se que três pessoas deixaram de ser entrevistadas, apesar das inúmeras tentativas para atingir o número definido na amostra. Dentre as dificuldades de se conseguir os substitutos entre os nomes-reserva, destacam-se os seguintes: muitas pessoas não foram localizadas em seus endereços; ocorrência de falecimentos; pessoas desconhecidas da comunidade; locais inacessíveis devido à estação invernososa; e algumas pessoas residiam em outro município. Apesar disso, foi insignificante a alteração no erro amostral, elevando-se de 7% para 8%.

Ao seu final, a pesquisa de campo contemplou 44 agricultores, residentes em 21 localidades do município. Observa-se que as entrevistas foram também realizadas com os quatro agricultores integrantes da Linha de Base.

Além dos agricultores familiares, foram também entrevistados os representantes das instituições envolvidas no processo de operacionalização do Pronaf B, assim como o representante do Programa Bolsa Família no município, com vistas a se identificar ações complementares entre os dois programas. Essas entrevistas, qualitativas, foram executadas através da pauta previamente impressa, do registro dos aspectos considerados mais relevantes, e de gravação sonora, tendo sido, ainda, aplicadas junto aos quatro agricultores participantes da Linha de Base.

Desse modo, foram entrevistados: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, órgão habilitado a emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que

⁴ Essa fórmula considera: N = tamanho da população; d = erro amostral; e z = valor de referência bilateral (1,96), da tabela Normal Padrão, para confiança $(1-\alpha)$.

classifica o agricultor no Pronaf; o técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), instituição habilitada a emitir a DAP e também responsável pela elaboração das propostas ou projetos de crédito; o gerente do BNB, agente financeiro que responde pela concessão do crédito; o secretário e um técnico da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agropecuária do município, órgão que dá suporte à operacionalização do Pronaf, apesar de não participar formalmente do fluxo do processo respectivo; e a presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), entidade que responde pela concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família.

A entrevista com o técnico da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agropecuária não estava prevista, entendendo-se importante a sua participação devido à riqueza de informações de sua Pasta.

O trabalho de campo teve início com a realização de um teste piloto com três entrevistas estruturadas dirigidas aos agricultores familiares de Caucaia, no Ceará, os quais reuniam as características exigidas no processo de seleção. As entrevistas por pauta foram efetuadas com um gerente do BNB em Fortaleza, um técnico da Ematerce que atende à Região Metropolitana de Fortaleza e um secretário de Agricultura de município próximo a Fortaleza. Foram destinados aproximadamente vinte dias para a realização desse piloto, compreendendo desde as discussões com a orientadora até os consequentes ajustes nas entrevistas decorrentes da realização do experimento.

Após a realização do teste piloto e introdução dos necessários ajustes, procedeu-se ao trabalho de campo. Essa etapa durou cerca de trinta dias, compreendendo desde o primeiro dia no município, ocasião para planejar o trecho das visitas aos agricultores, contratação de veículo utilitário⁵ com motorista que conhecesse o trajeto a ser percorrido, até a realização das últimas entrevistas, com representantes das instituições. A contratação de veículo utilitário fez-se necessária pelo fato de a pesquisa ter sido realizada durante a estação invernal, período em que todos os açudes do município estavam com sua capacidade esgotada, esvaziando-se ou “sangrando”. Alguns distritos e localidades ficaram inacessíveis. Passagens molhadas desmoronaram-se, os rios e riachos ficaram cheios, as estradas enlameadas, de forma que até mesmo em veículos utilitários era impraticável trafegar em alguns trechos. Nesses casos, o meio de transporte utilizado foi a moto, percorrendo-se as comunidades durante três dias.

⁵ Diz-se do veículo automóvel resistente, como o jipe ou a camioneta, em geral de tração elevada, empregado no transporte de mercadorias, sobretudo na zona rural (Dicionário Aurélio, 2007).

Todas as entrevistas, estruturadas e por pauta, foram realizadas pela autora da pesquisa, fato que se configurou por demais relevante, uma vez que eventuais dúvidas eram prontamente esclarecidas, o que foi muito importante para elucidação de algumas questões suscitadas durante a etapa. O resultado disso é que todos os questionários aplicados foram considerados válidos, agilizando todo o processo.

2.2 Análise dos Dados

A análise dos dados levou em conta a Linha de Base desenvolvida em pesquisa anterior, realizada em 2004, e que resultou em um diagnóstico socioeconômico dos agricultores familiares que receberam financiamentos do Pronaf B nos mencionados municípios. Esses agricultores foram identificados quanto à idade; nível de escolaridade; condições de vida (moradia, saúde, saneamento básico, bens duráveis); emprego e renda (acesso à terra, tamanho da terra, ocupação, renda mensal, aposentadoria, auxílio do governo federal e de outros); produção e mercados (atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas, bens produzidos, destino da produção, comercialização); recursos financeiros utilizados na produção (fontes de recursos, finalidade, adequação); capacitação e assistência técnica; e organização social.

A Linha de Base serviu como referência na análise dos indicadores de produção, ocupação e renda definidos para o presente estudo.

O indicador de produção compreendeu a verificação do que foi produzido pelas atividades nos três financiamentos; atividades financiadas e que continuaram sendo desenvolvidas pelos agricultores; atividades não produzidas antes e que passaram a ser desenvolvidas com o financiamento do Pronaf; produção familiar, considerando todas as atividades; produtividade das atividades financiadas e demais atividades desenvolvidas pelas famílias em relação à quantidade de pessoas ocupadas; e formas de comercialização.

O indicador emprego/ocupação foi constituído por: condições de acesso à terra; tamanho da terra de que dispõem os agricultores e o tamanho efetivamente utilizado; ocupação, considerando as atividades principais e as secundárias; quantidade de pessoas ocupadas nas atividades financiadas pelo Pronaf e outras ocupações.

O indicador de renda observou a renda mensal constituída pelas atividades financiadas pelo Pronaf B e por outras atividades; a renda oriunda de trabalho assalariado,

aposentadorias, pensões e seguros; programas sociais, a exemplo do Bolsa Família; e outras rendas, como auxílio da família e de terceiros.

Após a análise dos indicadores, foi feito um confronto com os da Linha de Base, o que possibilitou inter-relacionar os resultados, identificando-se com maior precisão os reflexos do Pronaf B para as famílias agricultoras. Essa análise levou em conta os dados quantitativos e os qualitativos.

A tabulação e o cruzamento dos dados relativos às entrevistas estruturadas foram feitos por meio do Sistema SPSS 13.0 *for windows*. As gravações das entrevistas por pauta foram todas transcritas, sendo seu conteúdo organizado em categorias. Ressalte-se que essas categorias estavam previamente definidas na pauta, o que facilitou sobremaneira o trabalho de categorização. A análise dessas entrevistas foi feita verificando-se as percepções comuns e divergentes entre os entrevistados sobre os temas focados, delineando-se uma posição geral em conformidade com o que foi expressado pelos entrevistados.

3 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

3.1 Da Formação e Evolução do Estado Brasileiro

O conceito de Estado apreciado neste estudo refere-se a uma sociedade política dotada de características bem definidas. Assim, considera-se que a organização política dessa sociedade constitui-se e se impõe a esta, materializando-se no próprio Estado. Dessa forma, a concepção de Estado no Brasil é considerada desde o seu processo de colonização, a qual se desenvolve com base nas teorias marxistas-leninistas, em que o Estado está a serviço de uma classe dominante, sempre: da Colônia ao Império, à República, à contemporaneidade.

Segundo Marx, as condições de produção materiais de uma sociedade são fatos históricos que baseiam a formação da sua estrutura social. A produção da própria vida material, aliada à produção de novas necessidades, à sua própria reprodução e ao conjunto das forças produtivas, condiciona o Estado Social. Assim, o Estado emerge das relações de produção. Os indivíduos buscam apenas o interesse particular, que não coincide com o interesse coletivo: o interesse geral é a forma ilusória da coletividade. Nesse contexto, o Estado não representa o bem-comum (MARX, 2006).

No Brasil, primeiramente estabelece-se um Estado de Senhores de Escravos “[...] para quem o escravo é uma ‘coisa’ do seu senhor, que dela dispõe como melhor lhe aprouver”. Em seguida, estabelece-se um Estado de senhores de terras em que o senhor rural transforma-se em célula orgânica da sociedade colonial, e tudo gira ao seu redor. A autoridade pública é fraca e distante. É o senhor rural, o grande proprietário, quem a possui (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 277).

Desse modo, o novo Estado brasileiro formou-se para proteger o senhorio territorial da Colônia e nele se apoiar para continuar o compromisso da Coroa Portuguesa com o poder. A futura sociedade política, baseada nessa ordem privada, viria a definir o Estado no qual as leis eram formuladas a serviço dessa classe política (DUARTE, 1975).

Como observou Marx, é na contradição entre o interesse particular e o coletivo, que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma independente e distinta dos interesses particulares, baseado nas classes, condicionado pela divisão do trabalho, em que uma classe, a burguesa, domina todas as demais.

E em que transformou-se o Estado brasileiro senão na mais pura tradução desses

enunciados? Ora, o modelo de Estado instituído no país parece continuar intimamente atrelado ao modelo de Estado que se viu configurar na então Colônia: o Estado a serviço de uma classe dominante. O que mudou nessa configuração foram as instituições e os membros dessa classe dominante. No mais, tudo segue com a lógica de sempre: um Estado dissociado de uma sociedade.

Se antes esse Estado subordinava-se à Coroa Portuguesa ou aos senhorios donos das terras, hoje essa subordinação se dá perante os países ricos, senhores do capital mundial. Os senhores das terras dão lugar aos senhores das empresas e seus grandes conglomerados. Província! Sempre província! O país nasce como província do colonialismo e continua nessa trajetória como província do capitalismo mundial (IANNI, 2000).

Dessa forma, confirma-se a observação de Althusser (2003, p. 62) de que “[...] toda formação social é resultado de um modo de produção dominante [...]”. Assim, ratifica a tradição marxista que considera o Estado como um aparelho repressivo que garante às classes dominantes assegurar sua dominação sobre a classe operária. Segundo Althusser, a reprodução das relações de produção ocorre através dos “aparelhos ideológicos do estado”, que garantem e reproduzem os interesses da classe dominante por meio da superestrutura ideológica e jurídico-política. A função fundamental do Estado reside na força de execução e de intervenção repressiva a serviço das classes dominantes.

Enquanto nação que se desenvolve capitalista antes mesmo de entender-se ou definir-se como tal, o Brasil padece de todas as conseqüências ao instituir um Estado que buscava a primazia das diversas e mutantes classes dominantes. A sociedade é acometida e atormentada cotidianamente e desde sempre pelos conflitos decorrentes do modelo de Estado instaurado no país, apesar de essa mesma sociedade aceitar, senão passivamente, mas com bastante condescendência a sua condição desigual. A desigualdade é lugar-comum - e “irreversível”.

O sistema excludente e apoiado pelo Estado brasileiro fez e faz com que significativo número de pessoas passe ao largo do Estado, muitas vezes até sem que este conheça essa população ou fazendo dela vista grossa. Para essas unidades de valor que não conseguem manter-se nas relações de troca, Claus Offe propõe atuação ativa do Estado, em que este cria para esses indivíduos zonas de proteção artificiais em cujos limites fica assegurada a sua vida material.

No desempenho de seu papel econômico, o Estado deveria estar a serviço de todas as classes e em hipótese nenhuma favorecer interesses específicos, como observa Claus Offe. Para esse autor, o Estado deve reproduzir as relações capitalistas de produção representando o

interesse geral. Dessa forma, trabalha com o conceito de Estado capitalista como uma forma institucional do poder público em sua relação com a produção material, na qual o Estado deve tomar as medidas e criar as condições para que todos os sujeitos jurídicos introduzam efetivamente nas relações de trabalho a sua propriedade, na forma de bens ou força de trabalho.

Segundo Offe, a burocracia do Estado tem a função de organizar a acumulação de capital, pois o Estado depende dessa acumulação para continuar existindo como tal. Porém, esse Estado deve ser ao mesmo tempo legítimo, aos olhos das massas trabalhadoras, servindo de intermediário das suas reivindicações no contexto da reprodução da acumulação do capital (OFFE, 1984). Disso decorre uma série de contradições estruturais em sociedades de capitalismo de Estado, que podem resultar em um foco de conflitos sociais e lutas políticas, nos níveis econômicos, políticos e ideológicos. Offe considera que o Estado se desenvolve em função das crises periódicas da produção capitalista, por meio de sua interveniência como mediador dessas crises.

O enfrentamento dessas contradições reclama um Estado forte o suficiente para encará-las com a ousadia necessária. Não mais se trata da subserviência a uma classe dominante, e sim do enfrentamento dessa classe, evidenciando que outra muito mais representativa está a sofrer as consequências da ambição desmedida e incomensurável de alguns poucos.

Forte e corajoso, referido Estado precisa ter a consciência e a clareza da condição de vida de seu povo e atuar ativamente com a justiça necessária para que seja alcançado o bem-comum. A esse Estado justo, importa uma consciência das classes e de toda a sociedade civil, porém com o compromisso primeiro dos mandatários dessa democracia representativa com a justiça social, para o alcance do bem-comum.

A primeira intervenção deve ser do Estado: o Estado a serviço de uma classe, agora a classe menos favorecida. Enquanto não impuser a sua condição de agente ativo que visa à justiça e ao bem-comum, igualando ou tornando menos desigual a vida na sociedade, o Estado não estará exercendo sua função primordial.

3.2 As Políticas Públicas no Brasil

As políticas públicas brasileiras guardam forte coerência com o modelo de

constituição de Estado no país, onde o “Estado foi concebido pelo poder oligárquico e imposto ao resto da sociedade” (PINHEIRO, 1995, p. 65). A resultante dessa lógica induziu a concepção das políticas públicas como parte integrante dos funcionamentos dos sistemas econômicos adotados pelo país, desde o modelo primário-exportador, passando pelo modelo de substituição de importações, até ao atual modelo neoliberal instaurado no país.

Dessa forma, o desenho das políticas públicas tem, na condição econômica, elemento decisivo em sua elaboração. No primeiro modelo de sistema econômico abraçado pelo país, o primário-exportador, até a década de 1920, a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho ocupou o papel de mero fornecedor de matérias-primas aos países europeus, contribuindo para a acumulação do capital dessas nações. A ordem era exportar, à luz das orientações externas. O poder econômico e político é concentrado em uma oligarquia nacional responsável pelo atendimento das demandas externas. Eminentemente rural, essa oligarquia influencia o Estado, que passa a atendê-la em nome desse modelo.

Nesse período, Pinheiro (1995) observa que as políticas públicas eram delineadas como forma de serem úteis ao Estado na afirmação da identidade nacional e de proporcionar as mínimas condições de trabalho, para atender à demanda externa. As políticas públicas limitavam-se ao campo da educação básica, cujo objetivo era patrocinar o idioma comum e a formação de valores nacionais.

Barcellos (1983 apud MEDEIROS, 2001, p. 9) ressalta que as políticas sociais anteriores à Revolução de 1930 eram “fragmentadas e emergenciais”. Os conflitos entre capital e trabalho eram regulados por legislação esparsa; questões de saúde pública eram tratadas pelas autoridades locais e a atuação do Estado restringia-se a situações emergenciais; a educação era atendida por uma rede bastante reduzida, inexistindo uma política global de educação; a previdência era predominantemente privada; e a questão habitacional não era objeto de política pública.

O esgotamento do modelo primário-exportador, provocado pelas crises econômicas e pelas guerras mundiais, deu origem ao modelo de substituição de importações, a partir da década de 1930. Esse modelo tinha por objetivo enfrentar as dificuldades do encarecimento das importações e da diminuição das exportações por que passavam os países fornecedores de matérias-primas. Assim, o Brasil passa a adotar uma política que priorizava a fabricação própria dos bens que até então eram importados.

A oligarquia predominante no modelo anterior, com base em lideranças rurais, passa a disputar espaço com novas lideranças, surgidas no meio urbano, as quais defendiam a proteção à indústria nacional emergente e a abolição da escravatura, porquanto a indústria

requeria o emprego de trabalho assalariado, como forma de dinamizar o mercado interno.

Essa disputa pelo poder econômico e político resultou em um pacto entre as elites urbanas e as elites agroexportadoras, dando origem a uma nova oligarquia, a burguesia industrial, que influencia o Estado. O Estado passa, então, a defender fortemente os interesses nacionais voltados para a industrialização do país. Esse Estado *desenvolvimentista* assume características autoritárias, centralizadoras, imbuídas de um nacionalismo com fortes traços de populismo.

Nesse contexto, as políticas públicas brasileiras desenhavam-se no sentido de exercer o controle sobre os movimentos de trabalhadores, limitando sua capacidade de mobilização. A expressão do autoritarismo se dá na estrutura corporativista da organização sindical, deslocando os conflitos entre capital e trabalho para a esfera do Estado. A organização dos trabalhadores é fraca e o Estado toma para si a intermediação da força de trabalho assalariada (MEDEIROS, 2001).

Dessa vez, as políticas públicas, a serviço do populismo, tinham o objetivo de cooptar os trabalhadores urbanos, sustentando o autoritarismo estatal, e apoiar os grupos que iriam demandar os novos bens manufaturados nacionais, tendo na classe média a garantia da consolidação do mercado interno.

Desse modo, as políticas públicas se constituem, em primeiro momento, em prol dos trabalhadores urbanos, como retrata Pinheiro:

Na década de 40 no Brasil, a política social confundia-se com os benefícios trabalhistas estendidos somente aos trabalhadores urbanos. Estabilidade no emprego, férias remuneradas, indenização por demissões, salário-mínimo, jornada de trabalho de 48 horas, equivalência de trabalho entre homens e mulheres, desenvolvimento do sistema previdenciário e de saúde faziam parte do rol de benefícios oferecidos pelo Estado para embarcar a classe média urbana no projeto de desenvolvimento (PINHEIRO, 1995, P. 74).

Medeiros (2001, p. 10-11) ressalta, no entanto, que essas políticas voltadas para o trabalhador urbano se davam no sentido de não ferir os interesses das oligarquias rurais, que à época detinham forte poder político.

O caráter autoritário do Estado dá lugar à democracia populista, no período de 1945 a 1964. A modernização do país e a concentração urbana reivindicam a ampliação das funções do Estado, para sanar problemas relacionados à unificação, universalização e uniformização de benefícios e serviços da Previdência Social; na saúde, o combate às doenças de massa e a ampliação da assistência médica; no setor trabalho, as lutas sindicais e a política

salarial; na educação, questões relacionadas à democratização do ensino e qualificação profissional; e, por fim, o déficit habitacional fez com que a habitação pudesse ser encarada como uma questão social, como ressalta Barcellos (1983 apud MEDEIROS, 2001, p. 13).

Como se vê, as políticas públicas derivam de sistemas econômicos implantados sem a correspondente e concomitante preocupação com suas repercussões sociais. Aqui, sob o controle da burguesia industrial, uma classe média, incentivada a consumir e participar ativamente do mercado interno, reivindica maior participação do Estado na defesa de seus interesses, sem que este se apercebesse do abismo que estava sendo aberto entre as classes dominantes, a classe média e uma classe rejeitada, largada, repelida, oculta, por ser desinteressante para o Estado.

A partir de 1964 sob o comando dos militares, o Estado perde o caráter populista e adquire um perfil repressor perante os movimentos sociais. A lógica agora era a do crescimento, baseado na concentração de renda e poder no núcleo capitalista da economia (MEDEIROS, 2001, p. 14). O progresso social seria uma natural consequência. A concentração de renda, por sua vez, gerou elevados custos sociais, que poderiam desvirtuar o caminho para o crescimento econômico. Assim, o Estado obriga-se a implantar políticas de caráter assistencialista e políticas que visavam dar suporte ao processo de crescimento econômico, por meio da educação e da qualificação da mão-de-obra, com vistas a aumentar a produtividade.

Segundo Medeiros, a racionalidade econômica, no entanto, estimulou a participação da Iniciativa Privada em setores de habitação, educação, saúde, previdência e alimentação. Essa privatização da política social favoreceu, por um lado, sua expansão, e, por outro, sua retração, beneficiando estratos de renda mais elevada.

Desse modo, observa Pinheiro (1995, p. 74-75), o Estado divide seu poder com o setor privado, em que este influencia significativamente as políticas públicas e econômicas em prol de seus interesses. Diversos grupos passaram a ter acesso privilegiado às políticas públicas, de acordo com sua capacidade de pressão política.

Sobre a atuação do Estado brasileiro até a década de 1980, Medeiros (2001, p. 16) adverte que este caracterizou-se por centralização política e financeira em nível federal, fragmentação institucional, tecnocratismo, autofinanciamento, privatização e uso clientelístico das políticas sociais. Essas características refletem um sistema de proteção social sem a pretensão de funcionar como mecanismo redistributivo do produto da economia. Limitado, assim, pela questão política, o Estado brasileiro mostrou-se incapaz de distribuir competência e utilizar recursos de maneira impessoal e equitativa.

Pinheiro ressalta que na década de 1980 novos atores passaram a exercer influência no processo decisório, vocalizando demandas antes reprimidas.

De um lado, segmentos até então marginalizados do processo político disputam espaço nas políticas públicas. Por outro lado, as finanças públicas do Estado desenvolvimentista sucumbem junto com o modelo substitutivo, mostrando-se incapaz de atender às demandas (PINHEIRO, 1995, p. 78).

A partir de 1985, o advento da Nova República marca o fim dos regimes militares. Nessa nova fase, observam-se avanços na área política, com o crescimento da atividade partidária e sindical e o próprio aumento da participação popular no processo eleitoral, refletindo-se, no entanto, em retração e desmantelamento das políticas sociais, conforme observa Medeiros (2001, p. 17).

Nesse período, um impulso reformista do Estado prioriza o resgate da “dívida social”, por meio do reforço dos programas emergenciais no campo da suplementação alimentar, incorporação da reforma agrária e do seguro-desemprego. A promulgação da nova Constituição Federal em 1988 introduz avanços formais, corrigindo desigualdades e ampliando direitos, principalmente no campo trabalhista e na seguridade social. Apesar desses avanços, caracterizaram-se uma ampliação do assistencialismo e do clientelismo, desmonte orçamentário e burocrático no campo social e oposição do Executivo à agenda reformista (FAGNANI, 1997, 1989; DRAIBE, 1998 *apud* MEDEIROS, 2001, p. 17).

O modelo de substituição de importações deixou como herança uma estrutura produtiva interna oligopolizada e não-competitiva, resultando em uma elevada dívida externa e interna, alto índice de desemprego e estagnação da produção, conjugados a um crônico processo inflacionário. Ademais, ocorreu o aumento da pobreza e o acirramento da concentração de renda. Tudo isso penalizando o financiamento das políticas sociais (PINHEIRO, 1995, p. 76-77).

Por outro lado, mudanças no cenário internacional, com o advento da globalização⁶, redefinindo a divisão do poder econômico mundial, geram repercussões na relativa perda de autonomia dos Estados nacionais. Nesse contexto, ocorre o esgotamento do

⁶ Entendida como “a crescente interdependência entre países e regiões gerada em virtude do aumento do fluxo de bens, serviços e capitais, do processo de inovações tecnológicas, assim como do aumento da importância das empresas transnacionais na alocação de recursos produtivos e comercializados em escala global” (PINHEIRO, 1995, p. 77).

modelo de substituição de importações, dando lugar à transição para um novo modelo, na década de 1990, com forte enfoque neoliberal, no qual as políticas sociais adquirem a forma compensatória e focalizada. Assim, mais uma vez o modelo econômico dita o desenho das políticas públicas!

Esse período, chamado por Medeiros de “pós-ajuste”, enfatizava a estabilização econômica e um ajuste estrutural, afetando significativamente as políticas públicas, e tinha como objetivo:

[...] equilíbrio e manutenção da economia, redução da inflação, desestatização, orientação aos mercados externos (aumentos de exportação), aumento da competitividade industrial, redução das barreiras comerciais e modernização do aparelho de Estado e do sistema financeiro [...] (MEDEIROS, 2001, p. 20)

As ações de ajuste requeriam inovações tecnológicas e qualificação da força de trabalho, repercutindo em maior rotatividade nos empregos e um Estado mais austero. Tais medidas de caráter recessivo ampliavam o fosso entre as classes, aumentando cada vez mais a miséria. Esse movimento teve início no Brasil por volta da década de 1990, marcando o período de 1990 a 1992 com drásticos cortes orçamentários nas políticas sociais, sob o pretexto da necessidade de descentralização administrativa (MEDEIROS, 2001, p. 18).

Pinheiro (1995, p. 79-80) ressalta que os resultados desfavoráveis da adoção abrupta do neoliberalismo suscitaram a sensibilização para a sustentação da democracia e o resgate da dívida social. Para que os países latino-americanos pudessem adequar-se ao novo cenário internacional e superar o esgotamento do modelo de substituição de importações, considerando a democracia, faz-se necessária a criação de condições políticas para a efetivação da transformação produtiva com ênfase na equidade e no resgate da dívida social, tendo no Estado o principal instrumento para a sua concretização.

Desse modo, a partir de 1993, conforme Draibe (1998, apud MEDEIROS, 2001, p. 18-19), surgem inovações nas políticas sociais brasileiras, evidenciando-se sua maior descentralização, articulação entre os diversos programas e parceria entre governo e movimentos sociais. São percebidas inflexões do centralismo autoritário e burocrático. Essa nova fase das políticas sociais brasileiras seria marcada pela focalização baseada em critérios mais amplos; seletividade; focalização sem a perda do universalismo; redução do estatismo com preservação do caráter público, mediante parcerias com movimentos sociais e setor privado; e maior aceitação de programas de transferência de renda, pelo meio político.

Esses ajustes nas políticas públicas viriam a reunir as condições de

governabilidade para promover as correções requeridas na estrutura produtiva, envolvendo elementos dos setores organizados e atores políticos ancestrais, resultando em uma organização política, modificando o sentido das políticas sociais, dando-lhes novas perspectivas, privilegiando a desconcentração e a descentralização: o novo Estado direciona o gasto social para os grupos mais necessitados, de forma a amortecer a implementação das políticas de ajuste, operacionalizando o novo modelo econômico por meio da preservação do tecido social (PINHEIRO, 1995, p. 83).

Novamente as políticas públicas são delineadas com vistas a se adequarem a um modelo econômico, que subordina o Estado, ditando onde, quando e para quem este deverá agora se dirigir, com vistas a garantir que nada e nem ninguém possa desvirtuar o seu rumo, o seu caminho. O Estado, por sua vez, adota papel reparador, ajustador, compensador, mas ainda injusto. Injusto porque suas ações ainda são voltadas para atender a um pequeno grupo e os benefícios recebidos pelas classes menos favorecidas são apenas resultado de estratégias para a manutenção de um sistema que continua privilegiando alguns poucos. As políticas públicas vêm antes para garantir a governabilidade e a sociedade apenas se beneficia tangencialmente dessa ação.

A adoção de um modelo de Estado nessas bases resultou em condições absurdamente desiguais entre as classes sociais, cujo fosso foi se ampliando a cada nova fase por que passou o país.

A inserção do Brasil, desde sempre, em um modelo de sociedade capitalista e a intensificação e a ampliação de sua participação nas últimas décadas, nessa sociedade que se pretende global e irreversível, têm contribuído significativamente para ampliar as desigualdades sociais.

As políticas públicas brasileiras foram fortemente influenciadas por esse Estado injusto porque protetor das classes ricas. O reflexo nas políticas sociais deu-se de forma tal que estas resultaram tão-somente em ajustes que deveriam ser feitos para garantir a continuidade de um modelo econômico ou a sua transição, com segurança, para outro modelo. As profundas desigualdades na sociedade brasileira advêm dessa concepção de Estado que privilegia uma classe e não consegue dela se desvencilhar, não atuando como um Estado justo, que deveria ser.

Essa característica reproduz cada vez mais as desigualdades e impacta fortemente no desenho das políticas públicas, resultando, quando muito, em políticas compensatórias que apenas atenuam uma situação que requer a intervenção profunda e firme do Estado brasileiro.

A atenuação das desigualdades de condições de vida do povo brasileiro clama

pelo rompimento do Estado com a condição de província e da relação de dependência que sempre o caracterizou, devendo voltar o seu olhar para a sociedade a que serve.

Em sendo um Estado igual e justo, que o seja para todas as classes.

3.3 A Agricultura Familiar no Contexto das Políticas Públicas

A agricultura familiar é conceituada como uma forma de produção em que predomina a interação da gestão com o trabalho, cujo processo produtivo é dirigido pelos agricultores familiares, enfatizando a diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (MDA/SAF, 2005, p. 1).

No Brasil há 4,9 milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Calcula-se que 4,1 milhões (85,2%) são estabelecimentos familiares, ocupando 30,5% da área total e sendo responsáveis por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) nacional, de acordo com o relatório do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO – Novo Retrato da Agricultura Familiar (2000, p. 17).

Segundo esse relatório, a região Nordeste apresenta o maior número de agricultores familiares, correspondendo a 2,1 milhões de estabelecimentos, o que representa 51,2% dos estabelecimentos familiares do país, ocupando 43,5% da área total dos estabelecimentos rurais do Nordeste, responsáveis por cerca de 43,0% de todo o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) nessa região.

O último censo agropecuário, realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apurou a existência de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários no país, ocupando uma área de 354,9 milhões de hectares. A região Nordeste contabiliza 2,5 milhões, ou 48,1% desses estabelecimentos, com uma área ocupada de 80,5 milhões de hectares, representando 22,7% da área total brasileira. Foram considerados os estabelecimentos urbanos e rurais no referido cálculo (IBGE, 2007, p. 35 e 37).

Os estabelecimentos rurais do país têm importante participação na produção nacional de feijão (67%), fumo (97%), mandioca (84%), suínos (59%) e leite, participando com 52% (Ibid, p. 2). A produção desenvolvida por esse segmento é responsável por 10,1% do Produto Interno Bruto nacional (MDA, 2004).

Desse modo, considera-se a relevância da agricultura familiar em um contexto de um projeto nacional de desenvolvimento para o país, dado seu enorme potencial, seja pela sua

expressão econômica acima evidenciada, seja por sua dimensão social, cultural e também ambiental.

O reconhecimento institucional da agricultura familiar pelo Estado ocorreu em 24/07/2006, por meio da Lei n. 11.326. Nessa Lei, reconhece-se a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo a institucionalização de políticas públicas nesse setor (SOUSA e MONTE, 2007, p. 12).

Embora seja expressiva a participação da agricultura familiar na produção agrícola brasileira, os elevados custos bancários e a falta de assistência técnica são citados por Bittencourt (2003, p. 141) como problemas a serem superados para garantir a sustentabilidade dos projetos.

Outra questão apontada pelo autor é a ausência de incentivo governamental para fomentar instituições financeiras que possam fornecer serviços financeiros necessários ao desenvolvimento rural, sinalizando que a falta de uma rede de intermediários financeiros tem elevado significativamente os custos públicos, o que inviabiliza o acesso dos agricultores às políticas de crédito (Ibid., p. 56).

Segundo Corrêa e Silva, não há uma homogeneidade nos perfis dos agricultores familiares, encontrando-se neste universo tanto agricultores economicamente integrados quanto agricultores com baixo nível de integração, produzindo para a própria subsistência.

[...] o grupo mais economicamente integrado tem recebido as benesses desta integração e conseguiu fazer parte do processo de modernização conservadora. (...) Paralelamente, os agricultores familiares menos integrados foram alijados do processo de modernização e tiveram baixo acesso ao sistema de crédito (CORRÊA e SILVA, 2007, p. 49).

De fato, a agricultura familiar no país é constituída por agricultores que apresentam diferenciações importantes no tocante a aspectos como o modo de produzir, a renda da família, o nível de organização, o acesso ao crédito, a propriedade da terra, a assistência técnica e a capacitação.

3.3.1 Pobreza Rural

Uma forte componente de subjetividade ideológica rodeia o conceito de pobreza,

como afirma Lemos (2008, p. 66). A pobreza, em uma perspectiva de interpretação neoclássica, apresenta-se como uma condição ou um estágio na vida de um indivíduo ou família. Como condição passível de quantificação, é determinada pela posição relativa do indivíduo quanto à posse e ao acesso aos bens, aos serviços e à riqueza.

Do ponto de vista sociopolítico, no entanto, o autor observa que pobreza não se trata apenas de um *estado de existência*, e sim da resultante “pela forma como se dão as relações entre os grupos sociais e pelo poder que determinado grupo tem de se apoderar dos ativos gerados pelas atividades econômicas” (Ibid, 2008, p. 67). Apesar da concordância com o autor no tocante à concepção de pobreza como exclusão social, tratando-se, portanto, de um fenômeno social, optou-se por considerá-la apenas quanto à perspectiva de rendimento (interpretação neoclássica), com vistas a descrever a pobreza no país, enfocando-a no meio rural.

Em 1993, o país computava 62,6 milhões de pessoas pobres. Ao longo da década esse número sofreu redução, provocada pelo Plano Real, mantendo-se estável até 1999. A redução absoluta do número de pobres proporcionada pelos efeitos do Plano Real, implantado em 1994, fez cair o percentual de pobres, saindo de 44% (62,6 milhões de pessoas) em 1993, para 33,3% (49 milhões de pessoas), em 1995. Nesse período, a população pobre rural caiu de 51,5% (1993) para 41,5% (1995). Considerando-se o período de 1996 a 1999, o número de pobres estabilizou-se, variando entre 33,4% em 1998 e 34,9% em 1999. A população pobre rural nesse mesmo período obteve resultados estáveis, porém mais positivos, oscilando entre 43,4% em 1996 e 40,2% em 1999 (ROCHA, 2006, p. 118, 120, 123-124).

Referida redução e posterior estabilização do número de pobres no período de 1993 a 1999 é ressaltada pela autora como consistentes em relação a qualquer valor de linha de pobreza arbitrado num intervalo realista:

As proporções de pobres, que correspondem a linhas de pobreza assumindo valores entre $\frac{1}{4}$ e dois salários mínimos para a renda familiar per capita, são praticamente coincidentes nos anos de 1995 e 1996 [...]. Isso confirma que os efeitos redistributivos do Plano Real, em nível nacional, já tinham se esgotado em setembro de 1996 e que a proporção de pobres se estabilizava num novo patamar (ROCHA, 2006, p. 124).

Quanto ao debate sobre o número de pobres e linhas de pobreza, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) evidencia o avanço da questão no país, sem, no entanto, chegar a se estabelecer um consenso.

Para fins de política pública, tem-se, em geral, considerado que os indivíduos em situação de indigência ou de extrema pobreza são aqueles cuja renda mensal domiciliar *per capita* é inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, renda que não é considerada suficiente para garantir-lhe o acesso diário a uma alimentação adequada. O grupo identificado como pobre é aquele cuja renda domiciliar situa-se abaixo do patamar de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, renda reconhecida como insuficiente para cobrir suas necessidades básicas tais como moradia, transporte, saúde e educação (IPEA, 2006?, p. 81).

Os estudos sobre pobreza realizados no país, sob a perspectiva da renda, apontam a concentração de pessoas pobres na região nordestina e na área rural.

Arbache (2003, p. 11) enumerou alguns fatores que caracterizam a pobreza no Brasil, observando que em 1999, 53 milhões de brasileiros (34% da população) eram pobres e 22,6 milhões (14,5%) eram indigentes. Essas pessoas concentram-se nas áreas rurais, pequenas cidades e em estados das regiões Norte e Nordeste, sendo que a incidência de pobreza e indigência nas áreas rurais é duas vezes superior à das áreas urbanas.

De acordo com o Projeto Fome Zero (2001, p. 71), o número de brasileiros abaixo da linha de pobreza⁷ corresponde a 44 milhões de pessoas, pertencentes a 9,3 milhões de famílias. Em termos de Nordeste, estima-se que o número de pobres totaliza 21,9 milhões de pessoas, pertencentes a 4,4 milhões de famílias, entre as quais 1,8 milhão podem ser classificadas em situação de extrema pobreza no meio rural.

A pobreza no país enfocada por Carneiro utiliza-se de estudo realizado pelo Banco Mundial em 2000, no qual se estabeleceu que:

Uma pessoa pobre é definida como alguém que vive num domicílio com renda *per capita* menor que o equivalente a R\$65 por mês considerando os preços da Área Metropolitana de São Paulo. A linha de pobreza de R\$65 é determinada pelo custo de uma cesta básica de alimentos (linha da pobreza extrema). Na linha da pobreza extrema escolhida, o Brasil tem uma taxa de pobreza de 22,6%. Isto significa que 34,9 milhões de brasileiros vivem em domicílios com renda per capita abaixo da linha da pobreza (CARNEIRO, 2003, p. 121).

A Tabela 1 apresenta a distribuição de pobres por região e área no país, evidenciando-se que 47,5% dessa população vivem no meio rural. No tocante à distribuição geográfica, observa-se que mais da metade dos pobres é nordestina (62,7%). O Sudeste concentra 17,7% dos pobres, o Sul, 8,1%, o Norte, 6,4%, e o Centro-Oeste, 5,0%.

⁷ Referida linha de pobreza foi definida a partir da definição do Banco Mundial de US\$1,00 por dia, em 1985. O Projeto optou por utilizar a linha de US\$1,08 em função da nova estimativa do Banco Mundial, em 1993.

Tabela 1 – Distribuição de Pobres no Brasil por Região e Área

Parcela de pobreza total	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Centro da região metropolitana	3.6%	0.2%	0.4%	1.3%	0.3%	5.8%
Periferia da região metropolitana	2.4%	0.0%	0.1%	2.4%	0.5%	5.4%
Grandes cidades	4.8%	0.7%	1.1%	1.3%	0.6%	8.5%
Cidades médias	6.6%	0.7%	1.7%	1.9%	1.3%	12.2%
Cidades pequenas	12.5%	1.2%	2.4%	3.1%	1.2%	20.5%
Área rural	32.7%	2.1%	0.7%	7.7%	4.3%	47.5%
Total	62.7%	5.0%	6.4%	17.7%	8.1%	100.0%

Áreas [mais?] pobres (renda per capita inferior a R\$ 160,00 por mês) em negrito
 Fonte: Reprodução integral de tabela elaborada por Carneiro (2003, p. 121)

Na análise dos números absolutos e também das taxas de pobreza, observa-se uma forte concentração de pobres no Nordeste e nas áreas rurais e urbanas de pequeno e médio porte. Tanto em termos absolutos (número de pobres), quanto em termos relativos (taxa de pobreza), a pobreza é maior nas áreas rurais (CARNEIRO, 2003, p. 121).

De acordo com o Censo de 2000, realizado pelo IBGE, a população brasileira totalizou 169,8 milhões de pessoas. A região Nordeste computou 49,3 milhões de pessoas, representando 27,9% da população brasileira. A população rural do país representa 19% do total de habitantes. No Nordeste, esse segmento da população corresponde a 31% dos nordestinos (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 25).

Os dados comentados sinalizam a necessidade de intervenção pública por meio de políticas direcionadas para as pessoas pobres, especialmente as do meio rural, notadamente na região Nordeste, porquanto detentora da maior parcela de pobres em áreas rurais.

3.3.2 Políticas Públicas Rurais

Enquanto colônia, o Brasil desempenhava a função de fornecedor, ao Reino, dos produtos que faziam enriquecer o seu comércio. Sob essa orientação, a agricultura respondeu através da predominância da grande propriedade lavrada por trabalhadores dependentes (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 120), inexistindo espaço para os trabalhadores individuais. A predominância das grandes propriedades no sistema agrário brasileiro é um fato que vem se impondo desde esses tempos, o que nos faz compreender algumas das origens das

desigualdades no país. As conseqüências de um processo pautado por tal condição são apontadas pelo autor, a seguir:

[...] chegamos ao cabo de nossa história colonial constituindo ainda, como desde o princípio, aquele agregado heterogêneo de uma pequena minoria de colonos brancos ou quase brancos, verdadeiros empresários, de parceria com a metrópole, da colonização do país; senhores da terra e de toda sua riqueza; e doutro lado, a grande massa da população, a sua substância, escrava ou pouco mais que isto: máquina de trabalho apenas, e sem outro papel no sistema [...] (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 127).

À colônia coube o papel de produtora, indefinidamente, de gêneros alimentícios e matérias-primas voltados para o mercado externo. A economia estruturou-se prioritariamente em função das demandas do exterior, negligenciando o atendimento das necessidades básicas da sociedade local. Isso é atestado por Brum (2005, p. 126 e 130), segundo o qual a imensa maioria da população ficaria marginalizada do processo econômico dominante.

De fato, desde os tempos de colônia, a política agrícola brasileira concedeu espaço determinante à grande lavoura, cuja produção se dava em larga escala e era dirigida ao comércio exterior. A agricultura de subsistência, por outro lado, existia unicamente em função da grande lavoura, fornecendo-lhe os gêneros de consumo dos quais necessitava (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 142-143).

Uma análise de um período mais contemporâneo confirma o menor espaço ocupado pela agricultura enquanto política interna da economia do Brasil. Durante as décadas de 1950 e 1960, que juntas se caracterizaram como o período de consolidação do Brasil urbano-industrial, “acentuava-se o confronto entre os velhos interesses agroexportadores, em franca decadência, e os novos segmentos sociais vinculados à acumulação industrial, cujas idéias ganhavam terreno no cenário nacional” (MANTEGA, 1992, p. 11). A grande discussão se dava no sentido de se estabelecer um modelo de desenvolvimento com base na substituição de importações, por meio da industrialização do país.

Ao lado de uma agricultura forte, a industrialização, chave para o desenvolvimento, constituía motivo para a expansão de um parque industrial próprio, a exemplo das nações européias e dos Estados Unidos da América. Nessa mesma época, o Brasil vivia um momento histórico de crise de hegemonia. Nenhuma classe social tinha força para impor sua orientação dominante. O latifúndio agroexportador estava em decadência, a burguesia urbana era incipiente e o operariado apenas ensaiava os primeiros passos (BRUM, 2005, p. 191; p. 193). Nesse contexto, dificilmente a agricultura ocuparia maior espaço no

modelo que fora implantado.

A expansão da agricultura brasileira nas últimas décadas teve como base a manutenção de uma estrutura de distribuição fundiária altamente concentrada, na qual um pequeno grupo de propriedades controla a maioria da terra e uma grande parte dos estabelecimentos (SORJ, 1980, p. 19).

As políticas públicas agrárias brasileiras seguem a lógica do modelo de constituição de Estado no país. A resultante dessa lógica induziu a concepção de políticas públicas dirigidas à agricultura, que tem privilegiado médios e grandes produtores.

Belik (1994 apud BASTOS, 2006, p. 41-42) apresenta uma síntese da atuação estatal que abrangeu o período de 1964 até o final da década de 1980. Assim, a atuação estatal é classificada em três fases, sendo a primeira:

[...] delimitada pelas reformas de 1964 até fins dos anos 70, que é denominada pelo autor [Belik] de 'Estado com fúria regulatória', atuando em praticamente todos os campos da agricultura. Nessa fase, o Estado atuou com os instrumentos convencionais de política agrícola.

A partir da década de 1960, o país moderniza sua agricultura, baseado no modelo chamado "revolução verde", em que sementes melhoradas passaram a ser utilizadas, respondendo rapidamente ao uso de adubos químicos, requerendo a aplicação de agrotóxicos e de forma mecânica. O sistema de crédito rural foi um impressionante instrumento montado pelo governo para incentivar o uso dessa tecnologia (GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, 2002, p. 7).

Na opinião de Pietrafesa, essa modernização, vista como um espaço de expansão capitalista no meio rural, trouxe profundas alterações no campo.

A mudança nas bases produtivas a partir da implementação de novas tecnologias, baseada na mecanização intensiva e na agroquímica e associada a uma política agrícola de produção em larga escala, de monocultura e de exportação, ampliou a concentração da propriedade da terra e intensificou o assalariamento e o êxodo rural. [...] Também foi incentivado e subsidiado por políticas governamentais, excluindo-se a produção familiar, por ser avaliada como um setor desorganizado e pouco competitivo (PIETRAFESA, 2000, p. 207-208).

Bastos (2006, p. 32) ressalta a forma explícita assumida pelo Estado no comando da capitalização do campo rumo à modernização da agricultura brasileira. Nesse sentido, Graziano (1981 apud BASTOS, 2006, p. 32) afirma ter este centrado "... seu fogo na

intensificação do capital no campo, o que resultou em significativa mudança da base técnica, particularmente no que se refere à redução da dependência em relação às forças da natureza e às formas de trabalho mais criativas”. É na década de 1970 que há um consenso maior a respeito do papel da agricultura no desenvolvimento, sob a adoção de políticas públicas dominadas pelo pensamento econômico (BASTOS, 2006, p. 32).

Sorj (1980, p. 86) aponta o crédito agrícola como o instrumento mais importante das políticas para o conjunto do setor agropecuário, e que, a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, estabeleceu-se que os bancos particulares deveriam aplicar 10% dos seus depósitos no crédito agrícola, ou canalizá-los junto ao Banco Central, com juros de 7% ao ano.

A distribuição do crédito rural, no entanto, não se deu de forma justa:

[...] o crédito rural não foi distribuído de forma eqüitativa entre o conjunto dos produtores. Eles foram utilizados basicamente pelos médios e grandes proprietários, ficando os pequenos produtores, especialmente os mais pobres, marginalizados (SORJ, 1980, p. 87).

A esse respeito, Mattei adverte que durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural privilegiaram os setores mais capitalizados, voltados para o mercado internacional. O resultado dessas políticas foi altamente negativo para a produção familiar, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios ofertados pela política agrícola (MATTEI, 2007, p. 144).

Esse mesmo aspecto é destacado por Bastos (2006, p. 33), para quem “a marginalização da maior parte da população rural que se seguiu ao processo de modernização ocorreu não apesar desses esforços de intervenção, mas também em decorrência dessas ações”.

Como conseqüência da crise fiscal, o autor observa, ainda, que o setor [rural] passa a ser capitaneado pelos complexos agroindustriais, fortes o suficiente para evocarem para si o poder de regulação que o Estado não mais conseguia pôr em prática. A acentuada integração produtiva nessa nova realidade exigia maior competitividade e adequação dos custos, agravando a situação dos empregados rurais e complicando a vida da pequena produção, que sobrevivia à margem das facilidades de que eram portadores os principais beneficiários das políticas econômicas (Ibid, 2006, p. 33).

Esse processo marca a segunda fase da atuação estatal apontada por Belik (1996 apud Bastos 2006, p. 42), em que “já com os primeiros sinais de crise, ainda na década de

1970, a política agrícola se orienta para reduzir subsídios e para promover mecanismos de auto-regulação”.

Ao referir-se à política de crédito rural adotada historicamente pelo Brasil, Bittencourt (2003, p. 9) observa que, diferentemente de outros países que utilizavam o subsídio ao crédito para reduzir a pobreza, os objetivos centrais brasileiros eram aumentar a oferta de alimentos e modernizar a agricultura, ou seja, “(...) privilegiar os pequenos agricultores e reduzir a pobreza rural não fazia parte dos objetivos centrais da política agrícola brasileira”.

O certo é que, “mesmo que não explicitado através das políticas de crédito, havia um projeto claro de desenvolvimento que privilegiava a grande produção, excluía a pequena produção ou a marginalizava, e não analisava com profundidade as especificidades do meio rural” (BASTOS, 2006, p. 41).

Até o início da década de 1990, verifica-se a ausência de políticas públicas com abrangência nacional direcionada para os pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência, termos que designavam os agricultores familiares (SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2004, p. 22).

A terceira fase apontada por Bastos teve início no final da década de 1980, “quando o desmonte do arranjo institucional norteou as políticas de abertura comercial e a estabilidade econômica, modificou o ambiente institucional, multiplicando-se, assim, os atores e as arenas de decisão” (BASTOS, 2006, p. 42).

No início da década de 1990, o processo de abertura comercial e de desregulamentação de mercados afeta a agricultura brasileira, submetendo-a a uma intensa concorrência com os países do Mercosul. Esse fator, aliado a dificuldades em relação à disponibilidade de crédito e à queda da renda dos agricultores na segunda metade da década de 1980, debilitava-os. Essas dificuldades levaram os agricultores, principalmente os da região Sul, a se mobilizar e direcionar suas reivindicações (Ibid., p. 22).

Esses fatos foram decisivos para o início das mudanças nos rumos do desenvolvimento rural, por parte da esfera governamental, culminando com a criação, em 1994, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que daria origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), importante política pública voltada para os agricultores familiares.

4 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) E O PRONAF B

4.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um programa de apoio ao desenvolvimento rural, que tem como pressuposto o fortalecimento da agricultura familiar enquanto segmento gerador de postos de trabalho e renda (MDA, 2005, p. 1).

A criação do Pronaf deu-se através do Decreto Presidencial n. 1.946, de 28/06/1996 (SOUSA e VALENTE JÚNIOR, 2006), tendo como finalidade “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a lhes propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 2005, p. 1).

O recente advento do programa parece denunciar o desinteresse ou o pouco caso dos governantes brasileiros no sentido de estruturar e organizar, internamente, a agricultura do país, uma vez que as iniciativas destinadas a estabelecer políticas públicas para o setor resultam, em primeiro lugar, da pressão dos agricultores. Nesse contexto, Schneider, Cazella e Mattei (2004, p. 23) ressaltam que a criação do Pronaf resultou da luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de trabalho.

Em larga medida, pode-se afirmar que o PRONAF foi formulado como resposta do Estado às pressões do movimento sindical rural, realizadas desde o final da década de 1980. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo.

Bastos (2006, p. 64) ressalta, no entanto, que apesar de o programa ter nascido da luta histórica dos sindicatos rurais e de suas representações, o apoio de instituições internacionais foi decisivo para a sua criação:

Esse programa nasceu da luta histórica dos sindicatos rurais e de suas representações em nível estadual e nacional, recebendo, ainda, o apoio decisivo de instituições

internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), cujas pressões sobre o governo brasileiro foram mais importantes para o desfecho que o acúmulo de sucessivas experiências frustradas por parte dos trabalhadores.

É verdade que os movimentos sociais no campo constituíram fonte de resistência contra o latifúndio, a monocultura, a produção voltada para o mercado externo, a dominação dos senhores rurais, a pobreza e a fome, realidade agrária dos povos latino-americanos, conforme observa Martins:

A partir dos anos noventa, os movimentos sociais do campo tornaram-se importante fonte de resistência ao projeto de reformas neoliberais. Mobilizados, os trabalhadores rurais desenvolvem, com relativo sucesso, diversas estratégias de pressão sobre os órgãos do Estado, desafiam os direitos de propriedade privada, ao tempo em que lutam para se afirmarem como cidadãos (MARTINS, 2006, p. 78).

Esse movimento chamou a atenção do Banco Mundial, refletindo sobre suas políticas agrárias, a partir de 1995, conforme observado pela mesma autora:

Reconhecendo que a concentração da terra gera “uma situação política instável, com desemprego rural, desordens civis e violência armada”, o Banco Mundial propõe como solução a “reforma agrária de mercado”. Ela deve ser analisada como a difusão para o mundo dos trabalhadores rurais de premissas neoliberais. O principal objetivo é atenuar os impactos negativos da abertura unilateral do setor agrícola ao mercado internacional (Ibid, p. 78).

Desse modo, é dado o sinal, pelas instituições internacionais, para que se adotem medidas que possibilitem a minimização desses conflitos, como forma de garantir a continuidade do crescimento equilibrado do comércio internacional.

É importante reforçar o papel desempenhado pela agricultura familiar brasileira, detentora de enorme potencial, que influencia aspectos sociais, culturais e ambientais a serem observados em um projeto nacional de desenvolvimento para o país.

Surpreende que somente a partir da década de 1990 sejam realizadas intervenções públicas dirigidas a essa “máquina de trabalho” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 127). A institucionalização do Pronaf, enquanto política pública, teve origem no Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), criado em 1994, sendo o embrião da “primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos

agricultores familiares” (SCHNEIDER; CAZELLA e MATTEI, 2004, p. 23).

A partir de então, o Pronaf vem experimentando modificações e aprimoramentos em suas diretrizes e processos operacionais, envolvendo, dentre outros aspectos, a redefinição do público-alvo, a classificação dos agricultores familiares em categorias e a revisão dos valores dos financiamentos.

Nesse sentido, foi sancionada a Lei n. 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, passando a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo-se a institucionalização de políticas públicas dirigidas a esse setor (SOUSA e MONTE, 2007, p. 12).

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2006/2007 disponibilizou R\$10 bilhões para aplicação pelo Pronaf, valor superior aos R\$9 bilhões disponibilizados na safra passada. Além disso, foi criada nova linha de crédito voltada para a comercialização, destinada às cooperativas e agroindústrias. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a meta é atingir dois milhões de contratos do Pronaf. Já o Plano Safra 2007/2008 disponibilizou R\$12 bilhões para o financiamento da agricultura familiar, além do apoio à produção e comercialização, compreendendo assistência técnica, seguro climático e seguro de preços, segundo o MDA. O Plano Safra 2008/2009 sofreu significativas alterações no Pronaf, visando à sua simplificação, além da destinação de recursos da ordem de R\$13 bilhões destinados à agricultura familiar (MDA, 2008).

De acordo com o Manual de Crédito Rural – MCR (BACEN, 2008), o Pronaf destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e a prestação de outros serviços no meio rural compatíveis com a natureza da exploração rural. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva, quando formalizado com grupo de produtores para finalidades coletivas, ou grupal, nos casos em que é formalizado com um grupo de produtores, entretanto com finalidades individuais.

Os créditos são amparados pelos recursos controlados do crédito rural e dos fundos constitucionais do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO), com prioridade para o atendimento das propostas de financiamento da produção agroecológica e observando que, preferencialmente, 30% do volume de crédito do Pronaf devem ser destinados a pessoas do sexo feminino.

O público-alvo do Pronaf, até 30/06/2008, era distribuído em diversas categorias, de acordo com as faixas de renda das famílias, cada uma com especificidades próprias no tocante a taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades, conforme descrito a seguir. Para efeito de classificação dos beneficiários nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da previdência rural (BACEN, 2007; 2008). O enquadramento no Pronaf é feito mediante emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), a qual comprova a condição de agricultor familiar e o seu enquadramento nas categorias abaixo. A DAP é emitida por órgãos autorizados pelo MDA, sendo vedada a cobrança de quaisquer custas pela sua emissão, assim como outras condicionantes.

Desse modo, descrevem-se, a seguir, as diversas categorias do público-alvo do Pronaf, conforme esteve classificado até 30/06/2008:

Pronaf Grupo A: trata-se de crédito para os assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e para os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procerá) ou com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf. Destina-se à estruturação dos lotes dos assentados, além da recuperação das Unidades Familiares através do financiamento de investimentos para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

Pronaf Grupo A/C: dirigido aos agricultores familiares egressos do Pronaf Grupo A ou do Procerá. Refere-se ao crédito de custeio de atividades agropecuárias para as famílias assentadas da reforma agrária que já receberam o financiamento do Grupo A ou do Procerá.

Pronaf Grupo B (Microcrédito Produtivo Rural): é a linha de microcrédito criada para combater a pobreza rural. Os recursos são destinados a agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$4 mil, desde que, no mínimo, 30% dessa renda sejam obtidos da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento. Os créditos de investimento destinam-se ao financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, como a implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários. O custeio destina-se exclusivamente à cultura da mamona.

Pronaf Grupo C: por meio do crédito de custeio e investimento, beneficia os

agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$4 mil e inferior a R\$18 mil, financiando as atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.

Pronaf Grupo D: beneficia, por meio do crédito de custeio e investimento, os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$18 mil e inferior a R\$50 mil. O financiamento tem por finalidade as atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.

Pronaf Grupo E: abrange os agricultores com renda familiar anual bruta superior a R\$50 mil e até R\$110 mil, para financiamento de investimento e custeio das atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural.

Modalidades Especiais de Crédito:

Custeio de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar: modalidade que visa atender às agroindústrias familiares organizadas como pessoas jurídicas cujas integrantes sejam agricultores familiares, pessoas físicas, que estejam, no mínimo, 90% enquadrados nos grupos A, A/C, B, C, D ou E, e em que mais de 70% da matéria-prima a beneficiar ou industrializar seja de oriunda de produção própria ou de associados/participantes. Essa linha de crédito também beneficia os serviços de apoio à comercialização.

Crédito para Cotas-partes de Agricultores Familiares Cooperativados (Pronaf Cotas-partes): beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produção de produtores rurais que tenham, no mínimo, 90% dos associados ativos classificados como agricultores familiares, que tenham patrimônio líquido de, no mínimo, R\$50 mil e máximo de R\$3 milhões e um ano de autorização para o funcionamento.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria): trata-se de crédito de investimento, inclusive em infra-estrutura, que vise ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, produtos florestais e de extrativismo, ou produtos artesanais, e à exploração de turismo rural. Além da implantação de pequenas e médias agroindústrias, abrange a ampliação, recuperação e modernização de unidades agroindustriais. São beneficiários os agricultores familiares, pessoas físicas e cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas enquadrados nos grupos A/C, B, C, D e E.

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta): estimula a implantação de projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativista ecologicamente sustentável, incluindo-se os custos relativos à

implantação e manutenção dos empreendimentos. É dirigido aos beneficiários enquadrados nos Grupos A, A/C, B, C e D.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semi-árido (Pronaf Semi-árido): trata-se de investimento em projetos de convivência com o semi-árido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários. Os agricultores disporão de recursos para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas e barragens para irrigação e dessalinização. É dirigido aos beneficiários enquadrados nos Grupos A, A/C, B, C e D.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher): linha de investimento dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A, A/C, B, C, D e E, independentemente de sua condição civil. Será concedida uma única operação de crédito, dirigida a atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora que não tenha sido beneficiada com crédito em seu nome, nos grupos anteriormente citados.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem): refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B, C, D e E, maiores de 16 anos e com até 25 anos de idade, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA. Será concedida uma única operação de crédito para cada beneficiário.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia): financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção dos empreendimentos. Serão beneficiados os agricultores familiares enquadrados nos Grupos C e D.

Pronaf Eco – Sustentabilidade Ambiental: dirigido a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura. Apóia agricultores familiares enquadrados nos Grupos C, D e E.

Observe-se que também se enquadram como agricultores familiares do Pronaf os pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquícultores, maricultores e piscicultores,

comunidades quilombolas, povos indígenas e agricultores que criam ou manejam animais silvestres, constituindo-se também em beneficiários do programa.

De acordo com a Resolução n. 3.559, do Banco Central⁸, datada de 28/03/2008, em 1º de julho de 2008 o Pronaf passou a contar com novas regras, as quais, segundo o MDA (2008), refletem-se na simplificação das normas para a obtenção do crédito rural, em decorrência de demandas de movimentos sociais dos agricultores familiares, de extensionistas rurais e dos agentes financeiros. Entre as mudanças registradas, ressalta-se a extinção dos Grupos C, D e E, dando lugar à categoria denominada *Agricultores Familiares*. As taxas de juros, que nos grupos extintos, variavam entre 3% e 5,5% (custeio) e entre 2% e 5,5% (investimento), foram reduzidas, variando entre 1,5% e 5,5% (custeio) e entre 1% e 5% (investimento). Essas taxas são definidas em função dos valores financiados: para valores mais baixos, as taxas de juros são menores.

A medida passou a adotar as disposições que alteram a classificação e as condições de financiamento do Pronaf no tocante aos Grupos C, D e E, descritas no Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

Desse modo, continuam vigorando os Grupos A, A/C e B na forma já descrita, sendo que o Grupo B teve a renda familiar anual bruta elevada para R\$5 mil, e passou a contar com o financiamento de custeio para as culturas do girassol e amendoim, além da mamona. As *Modalidades Especiais de Crédito* continuam vigorando, entretanto com algumas alterações e também foi instituída uma nova linha, destinada à produção de alimentos, denominada Pronaf Mais alimentos. Por outro lado, foi criada a categoria *Agricultores Familiares*. Essas modificações são especificadas a seguir.

Agricultores Familiares – São considerados agricultores familiares enquadráveis no Pronaf aqueles que explorem parcela da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); residam na propriedade ou em local próximo; não disponham de área superior a quatro módulos fiscais; obtenham, no mínimo, 70% da renda familiar da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes. Devem, ainda, ter renda familiar anual bruta acima de R\$5 mil e até R\$110 mil, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros variam em função dos valores financiados,

⁸ Publicada no Diário Oficial da União, n. 62, do dia 01.04.2008 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

sendo a menor a taxa de 1,5% ao ano para valores até R\$5 mil, e a maior, 5,5%, para valores acima de R\$20 mil e até R\$30 mil, no caso do custeio. No tocante ao investimento, financiamentos até R\$7 mil têm juros de 1% ao ano, chegando a 5,5%, quando os valores financiados superarem R\$28 mil e totalizarem até R\$36 mil.

Também se enquadram na categoria *Agricultores Familiares*, exceto nos Grupos A e A/C, desde que obtenham renda familiar anual de até R\$110 mil, os pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquícultores, maricultores e piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas, e agricultores que criam ou manejam animais silvestres.

Linhas Especiais de Crédito – Destacam-se, a seguir, as linhas especiais de crédito, as quais sofreram alterações quanto aos beneficiários, além de algumas observações nas suas finalidades.

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria): trata-se de crédito de investimento, inclusive em infra-estrutura, que vise ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, produtos florestais e de extrativismo, ou produtos artesanais, e à exploração de turismo rural. **São beneficiários os agricultores familiares pessoas físicas, cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas constituídas de agricultores familiares enquadrados no Pronaf.**

Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta): estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas; e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada. **É dirigido aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf.**

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semi-árido (Pronaf Semi-árido): tem como finalidade o investimento em projetos de convivência com o semi-árido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infra-estrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infra-estruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários. **É dirigido aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf.**

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher): linha de investimento dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção **enquadradas no Pronaf**, independentemente de sua condição civil.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem): refere-se à linha de

investimento para jovens agricultores e agricultoras pertencentes a famílias **enquadradas no Pronaf**, maiores de 16 e **com até 29 anos de idade**, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela SAF/MDA. Será concedida uma única operação de crédito para cada beneficiário.

Crédito de Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares): modalidade que visa atender às cooperativas, associações ou outras formas associativas formadas que tenham, **no mínimo, 90% de seus integrantes ativos agricultores familiares, pessoas físicas, enquadrados no Pronaf**. No caso de cooperativas que realizem o processamento e a industrialização do leite e derivados, o mínimo exigido cai para 70%. Tem como finalidade o financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia): financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. **Serão beneficiados os agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto os classificados nos Grupos A, A/C e B.**

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Eco): dirigido a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção de solo. **Apóia agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto os dos Grupos A, A/C e B.**

Linha Especial de Crédito de Investimento para a Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos): linha de crédito nova, destinada a investimento para a produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite, com vigência para o ano-safra 2008/2009 e destinada aos agricultores enquadrados no Pronaf, exceto os classificados nos grupos A, A/C e B.

Observe-se, ainda, que 30% do volume do crédito do Pronaf deve, preferencialmente, ser destinado a beneficiários do gênero feminino.

Além das alterações citadas acima, ficou instituído no Manual do Crédito Rural

(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008) o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), por meio do qual os agentes financeiros devem conceder descontos aos mutuários de operações de crédito de custeio contratadas na safra 2007/2008 e com vencimento em 2008, no âmbito do Pronaf, dirigidas a culturas específicas, sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço definido no PGPAF.

Sobre o desempenho do Pronaf quanto aos valores financiados nas regiões brasileiras no período de 2001 a 2004, Sousa e Valente Júnior (2006, p. 9) evidenciam a desigual distribuição dos recursos, observando maior concentração em regiões mais ricas do país, tendo sido destinados ao Nordeste apenas 17% dos recursos, enquanto a região Sul recebeu 50%. Bittencourt (2003 apud SOUSA e VALENTE JÚNIOR, 2006, p. 12) ressalta, no entanto, que a região Nordeste concentra cerca de 50% dos estabelecimentos familiares.

Embora se observe uma tendência de desconcentração do Pronaf entre as regiões brasileiras, constatada por Sousa e Monte (2007), no período de 2001 a 2006, a região Sul ainda foi detentora de grande parcela dos financiamentos realizados, totalizando R\$12.446,8 milhões, correspondentes a 45%. Nesse período, a região nordestina recebeu 21% dos investimentos, totalizando R\$5.870,4 milhões.

Considerando dados mais recentes, referentes ao período de 2001 a 2007, a concentração dos recursos ainda persiste, conforme se verifica na Tabela 2. À região Sul, foram destinados 43,8% dos recursos, ao Sudeste, 18,7%, e ao Nordeste, 21,4% do volume de recursos contratados no Pronaf.

Apesar da redução em 15,7 pontos percentuais nas aplicações realizadas no Sul, passando de 56,7% em 2001 para 41% em 2007, o impacto na região nordestina foi de apenas 7,8 pontos percentuais no incremento dos recursos, observando-se as contratações realizadas em 2001 (14,8%) e 2007 (22,6%). Nesse período, o Sudeste foi aquinhado com incremento de 5,9 pontos percentuais nos recursos, confrontando-se os anos 2001 (15,8%) e 2007 (21,7%).

Note-se que, somadas, as contratações das regiões Sul e Sudeste em 2007 totalizam 62,7% dos recursos aplicados no país.

Tabela 2 – Distribuição Anual e Acumulada dos Montantes Aplicados pelo Pronaf no Brasil e por Região – 2001/2007

Região	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	%	Total	%
Norte	77.311,2	3,6	155.131,1	6,5	450.592,1	11,8	687.391,7	12,0	582.667,7	9,1	768.608,8	9,5	646.782,9	8,0	3.368.485,5	9,2
Nordeste	317.829,1	14,8	369.572,7	15,4	591.962,1	15,5	1.048.135,9	18,5	1.587.458,2	24,8	2.103.265,3	26,0	1.821.551,8	22,6	7.839.775,1	21,4
Sul	1.220.675,7	56,7	1.336.724,7	55,6	1.785.313,4	46,9	2.687.367,8	45,7	2.634.460,6	41,1	3.115.580,7	38,5	3.301.679,9	41,0	16.081.802,8	43,8
Sudeste	340.340,6	15,8	354.731,4	14,8	682.142,1	17,9	979.413,9	17,4	1.158.435,7	18,1	1.598.554,7	19,7	1.743.777,4	21,7	6.857.395,9	18,7
Centro-Oeste	197.191,6	9,2	188.685,9	7,8	296.853,1	7,8	358.989,1	6,4	439.215,6	6,9	509.987,3	6,3	540.489,5	6,7	2.531.412,1	6,9
Não Identificado	3,0	0,0	5,0	0,0	36,5	0,0	177,6	0,0	38,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	261,0	0,0
Total	2.153.351,3	100,0	2.404.850,8	100,0	3.806.899,3	100,0	5.761.476,0	100,0	6.402.276,7	100,0	8.095.996,8	100,0	8.054.281,5	100,0	36.679.132,3	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo Bacen (Somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB e BNDES.

Nota 2: Dados atualizados: Bacen até 06/2007, Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 03/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – três últimos meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 19/05/2008 22:31:36 h.

Bittencourt (2003, p. 187) ressalta a relevância do Pronaf, ratificando o significativo “avanço na política agrícola brasileira ao desenvolver ações específicas para um segmento historicamente excluído das políticas públicas”. Entretanto, sugere que o programa seja analisado no conjunto da política de crédito no Brasil. Observa que a ampliação do Pronaf faz-se necessária, tanto em função do peso representado pela agricultura familiar na produção agrícola brasileira, quanto pelo número de agricultores ainda não atendidos pelo programa.

O autor evidencia que a grande concentração dos recursos nas regiões Sul e Sudeste, onde os agricultores são mais capitalizados, representa dificuldade a ser superada, sugerindo a ampliação da cobertura do programa especialmente na região Nordeste, onde se localizam cerca de 50% dos estabelecimentos familiares brasileiros.

Observe-se que os agricultores nordestinos têm renda mais baixa, dificuldades de integração ao mercado e menor capacidade de obtenção de crédito, e necessitam de maior nível de organização. Por si sós, essas questões justificam a firme intervenção do Estado, podendo ser minimizadas por meio de uma coerente operacionalização do Pronaf, uma política que objetiva propiciar aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Quanto ao desempenho anual do Pronaf, verifica-se significativo crescimento do montante contratado no período de 2002 a 2006. Em 2007, entretanto, ocorreu queda de 0,5% em relação ao ano anterior (Figura 1 e Tabela 2).

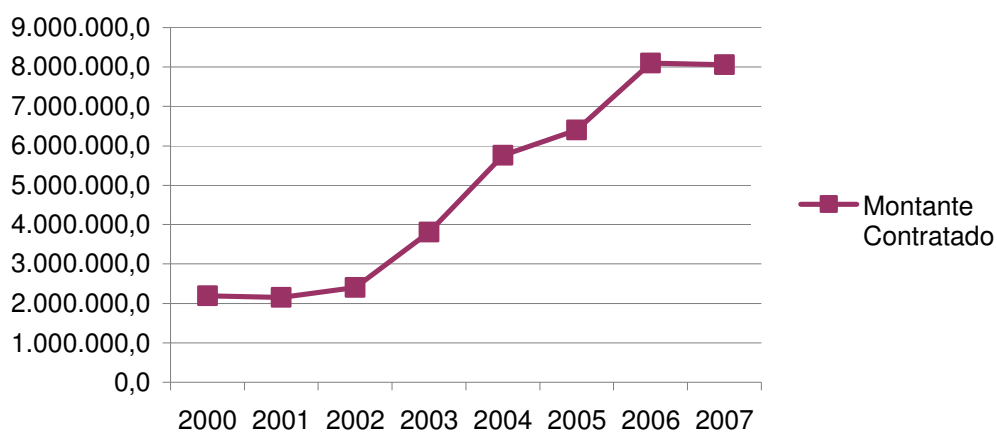


Figura 1 – Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf no Brasil – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

Em relação à quantidade de contratos, a curva apresentada na Figura 2 também é crescente, porém o ano de 2007, em relação a 2006 apresentou uma queda de 16,7%, portanto bem mais elevada do que a do montante referido na Figura 1.

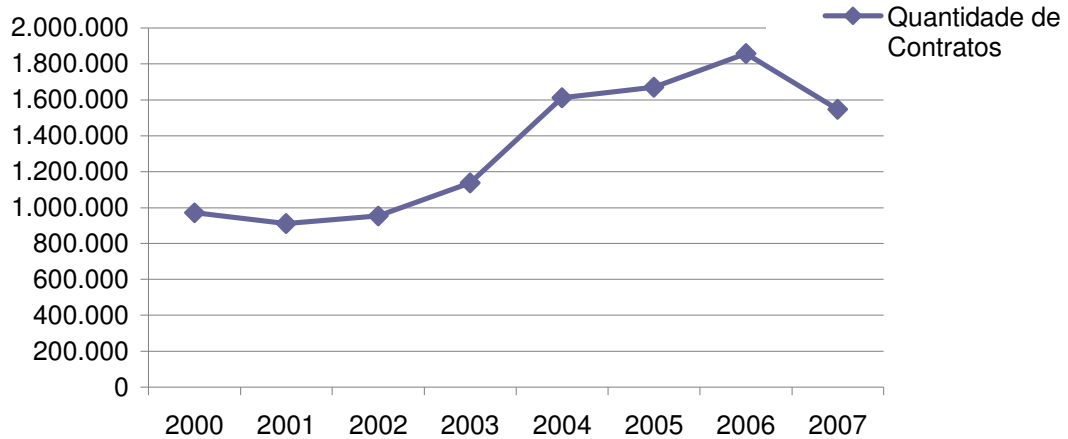


Figura 2 – Distribuição Quantitativa Anual das Operações de Crédito do Pronaf no Brasil – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

As análises acima sinalizam para uma maior contratação de operações com valores mais elevados, em detrimento de contratações de operações com valores mais baixos, privilegiando o financiamento de poucos agricultores.

Sobre o desempenho em relação aos grupos do Pronaf, no período de 2000 a 2007, grande parte dos recursos foi dirigida aos Grupos D (41%) e C (23%). Juntos, os dois grupos concentraram 64% de todos os recursos do Pronaf. Observe-se que se trata de grupos cuja renda dos agricultores é mais elevada (Figura 3).

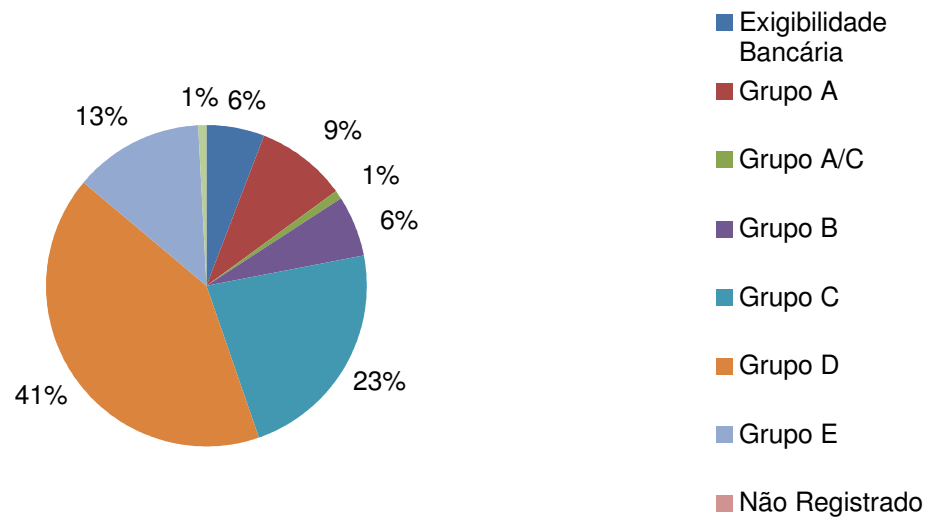


Figura 3 – Distribuição Proporcional dos Montantes Aplicados pelo Pronaf no Brasil, por Grupo – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

No que tange ao número de contratos firmados, a análise da Figura 4 possibilita observar uma relação inversa ao desempenho por valores contratados. Assim, o Grupo B, que participou com 6% do volume de recursos, contou com 22% dos contratos firmados. O Grupo C, que utilizou 23% dos recursos, apresenta 38% dos contratos. O Grupo D, detentor de 41% dos recursos, foi responsável por 27% dos contratos.

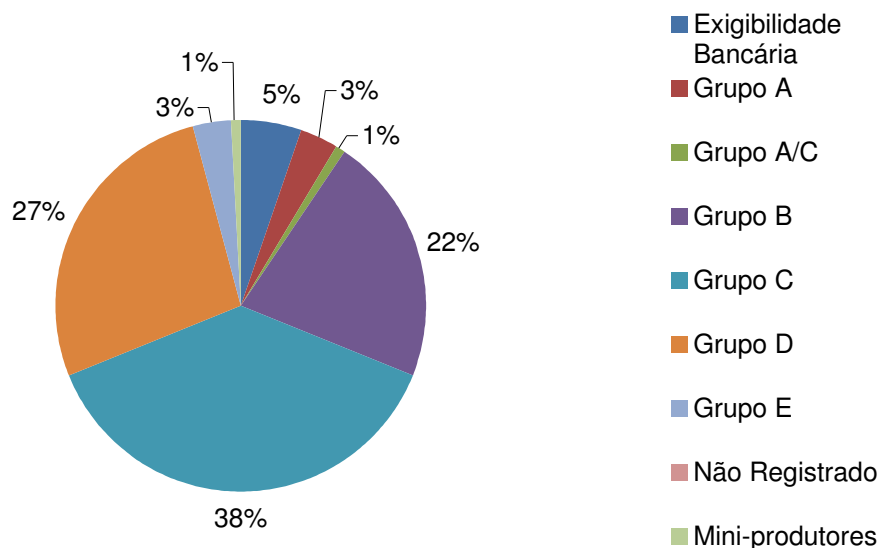


Figura 4 – Distribuição Proporcional das Operações de Crédito do Pronaf no Brasil, por Grupo – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

A redução do número de contratos confirma uma menor participação do Pronaf nos grupos que beneficiam agricultores com rendas mais baixas, já sinalizada para o ano 2007, em relação a 2006. Nas Figuras 5 e 6 e nas Tabelas 1A e 2A, fica evidenciada a redução de 27,3% no número de contratos do Grupo B, para um declínio de 7,6% no volume de recursos aplicados. O Grupo C sofreu redução de 16,1% na quantidade de contratos e 16% no volume de recursos. Os Grupos D e E, ao contrário, tiveram elevação nos valores financiados e nos números de contratos firmados. O Grupo E participou com 32,5% dos contratos e 36,8% dos recursos. O Grupo D, com 11,6% e 16,3%, respectivamente.

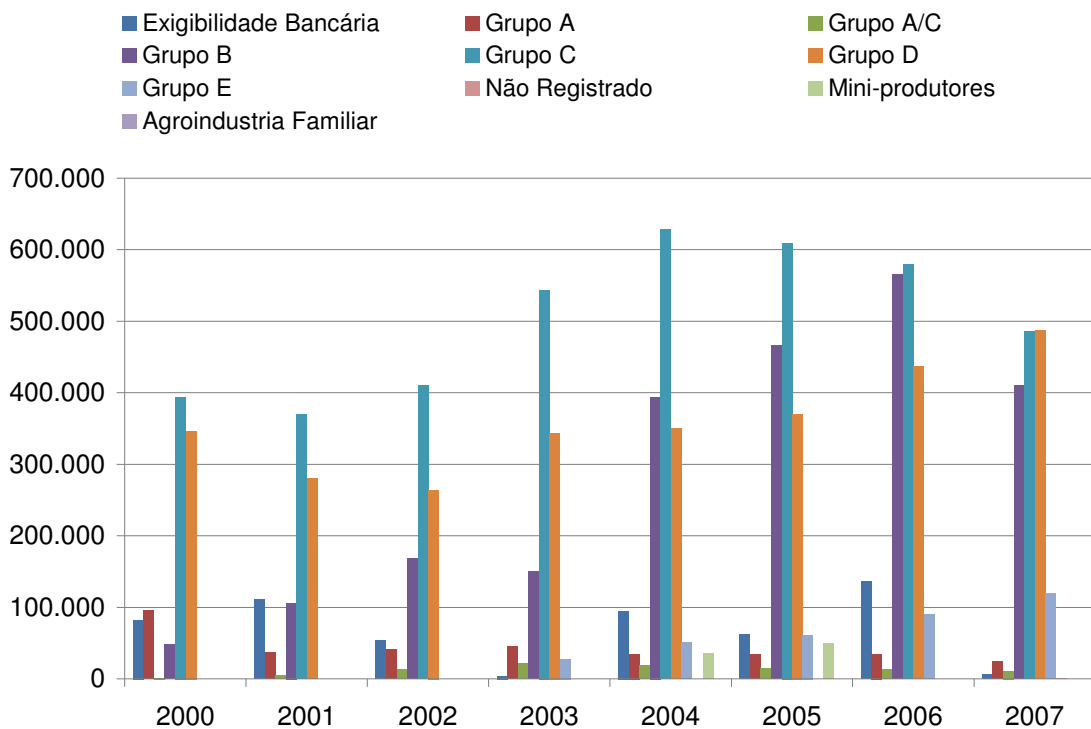


Figura 5 – Distribuição Anual Quantitativa das Operações de Crédito do Pronaf no Brasil, por Grupo –2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

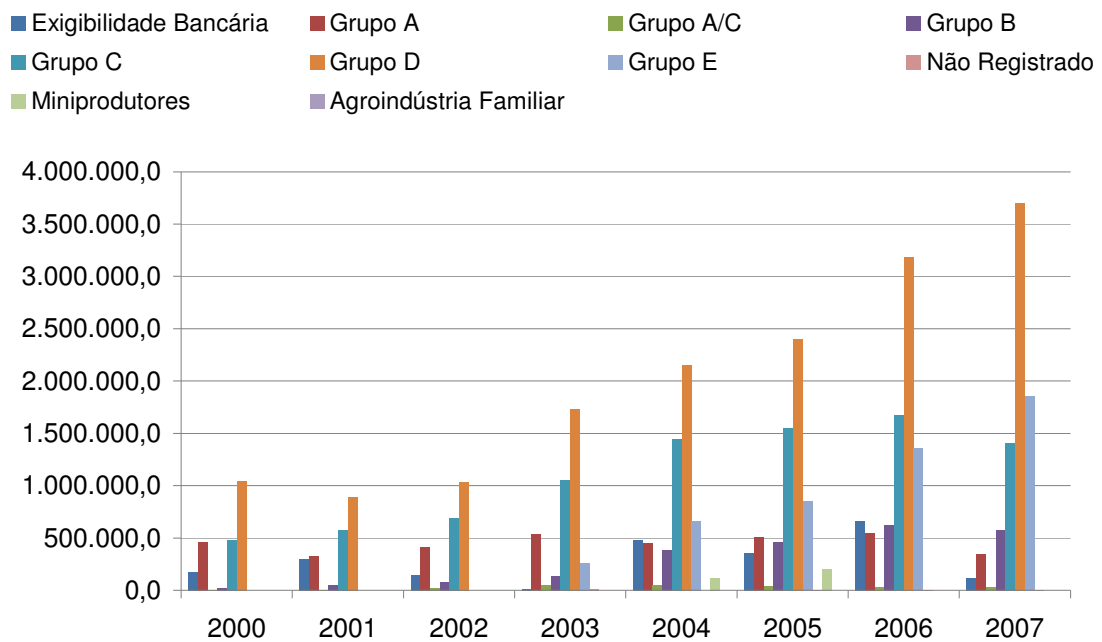


Figura 6 – Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf no Brasil, por Grupo – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

Em estudo sobre os dez anos de atuação do Pronaf, Guanzioli observa o considerável impacto do programa na agricultura brasileira, sinalizando, porém, para uma revisão permanente. Como um dos principais impactos, ressalta os investimentos nas atividades desenvolvidas pelos agricultores e a ampliação das áreas plantadas. “As avaliações realizadas até o presente momento não são conclusivas, entretanto, no que diz respeito ao impacto na renda e à melhoria do padrão de vida da população rural beneficiada” (GUANZIROLI, 2007, p. 324).

4.2 O Pronaf Grupo B

Conforme já ressaltado, a política de crédito rural adotada no país não se utilizava do subsídio ao crédito para reduzir a pobreza, uma vez que essa questão não se configurava como objetivo central da política agrícola brasileira.

Assim, a relação entre o apoio creditício e a redução da pobreza no país constitui uma política recente, que ganha espaço desde o ano 2000, com a criação do Pronaf Grupo B (Microcrédito Produtivo Rural) e a constituição de programas como o Fome Zero, em 2003.

Linha de microcrédito rural, o Pronaf Grupo B é resultado do processo de aprimoramento do Pronaf, tendo sido criado com o objetivo de combater a pobreza rural. Começou a ser operacionalizado no ano 2000, sendo direcionado, especificamente, aos agricultores que vivem abaixo da linha de pobreza⁹, assim considerados aqueles com rendimento familiar mensal médio de até R\$166,00, totalizando R\$2 mil ao ano (MDA, 2004). Esse valor foi atualizado, posteriormente para R\$4 mil, situando-se atualmente em R\$ 5 mil.

Os recursos destinados a investimentos na produção atendem às atividades agropecuárias e não-agropecuárias¹⁰, geradoras de renda para a família, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família (BACEN, 2005, 2008).

Até 2003, eram beneficiários do Pronaf Grupo B os agricultores familiares da região Nordeste, do norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e do Norte do Espírito Santo. Em abril de 2004, a região Norte passou a ter acesso ao Microcrédito Produtivo Rural (MDA, 2004).

De acordo com Sabbato (2000 apud POLÍTICAS SOCIAIS ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE, 2006? p. 353), ao estimar o público-alvo do Pronaf Grupo B, de acordo com o Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, e considerando os dados do censo agropecuário do IBGE de 1995-1996, verificou-se que a região Nordeste concentra 74% dos estabelecimentos familiares enquadráveis no referido grupo.

4.2.1 Caracterização do Pronaf Grupo B

As informações a seguir caracterizam o Pronaf Grupo B e foram extraídas do Manual de Crédito Rural Plano Safra da Agricultura Familiar 2004-2005 e Plano Safra da Agricultura Familiar 2003-2004, do Manual Operacional do Crédito Rural (PRONAF, 2004) e do Manual de Crédito Rural, disciplinado pela Resolução n. 3.559 (BACEN, 2008).

a) Finalidade

O Pronaf Grupo B tem como finalidade propiciar apoio creditício por meio do

⁹ Esse critério foi definido pelo MDA, não sendo objetivo deste estudo discutir a respeito.

¹⁰ Entende-se por serviços, atividades ou renda não-agropecuários aqueles relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e com a prestação de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar (BACEN, 2005).

financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como de implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não-agropecuários¹¹. Os créditos podem cobrir qualquer demanda que seja capaz de gerar renda para a família atendida. Ademais, pode ser concedido financiamento de custeio agrícola exclusivamente para as culturas de girassol, amendoim e mamona.

b) Público-alvo

O público-alvo é formado por agricultores com renda familiar anual bruta de até R\$5 mil¹², incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. Exige-se que, no mínimo, 30% dessa renda venha da exploração agropecuária e não-agropecuária do estabelecimento.

Esses agricultores devem, ainda, explorar parcela da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; residir na propriedade ou em local próximo; não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor; e ter o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento.

São também beneficiários do Pronaf Grupo B os pescadores artesanais; pessoas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; aquícultores, maricultores e piscicultores, que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ de água; comunidades quilombolas; povos indígenas; e agricultores familiares que se dediquem à criação ou ao manejo de animais silvestres para fins comerciais. As agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C são, igualmente, beneficiárias do Pronaf Grupo B.

c) Fontes de recursos e condições de financiamento

Os recursos utilizados no financiamento do Pronaf Grupo B são disponibilizados

¹¹ Entendendo-se por prestação de serviços as atividades não-agropecuárias como, por exemplo, turismo rural, produção de artesanato e outras que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão-de-obra familiar no meio rural, podendo o crédito cobrir qualquer demanda que seja capaz de gerar renda para a família atendida. (BACEN, 2008).

¹² Para efeito de enquadramento no Pronaf, devem ser rebatidas na renda bruta da família: 50% da renda proveniente das atividades de ovinocaprinocultura, piscicultura, sericultura e fruticultura; 70% nas atividades de turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura, floricultura, pecuária leiteira, avicultura e suinocultura não integradas; e 90% nas atividades de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria (BACEN, 2008).

pelo MDA diretamente aos agentes financeiros, a cada ano fiscal, amparados com recursos controlados do crédito rural e dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO). Esses agentes atuam como procuradores da União e dos fundos constitucionais, sendo o risco operacional assumido integralmente pelos respectivos fundos e pela União.

d) Remuneração dos agentes financeiros

A remuneração dos agentes financeiros das operações do Pronaf Grupo B realizadas ao amparo de recursos dos fundos constitucionais, é de 6% ao ano sobre os saldos devedores das operações.

Os créditos formalizados com beneficiários do Pronaf Grupo B sujeitam-se às seguintes condições:

- Limite: R\$1,5 mil por beneficiário, independentemente do número de operações, observando-se que novos financiamentos podem ser concedidos, desde que liquidado o anterior. O somatório, com direito a bônus de adimplência, não excederá R\$4 mil.
- Encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 0,5 % ao ano.
- Benefício: bônus de adimplência de 25% sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento.
- Prazo de reembolso: até dois anos para cada financiamento, incluído o período de carência.
- Os agricultores que atingirem o teto operacional de R\$4 mil podem contrair novos financiamentos, perdendo, porém, o direito ao bônus de adimplência.
- Cobertura de assistência técnica: até 3% do valor do financiamento podem ser destinados à remuneração de assistência técnica, quando julgada necessária e desde que haja concordância explícita do mutuário, podendo ser financiada ou coberta com recursos próprios (MDA/SAF, 2006, p. 4).
- Suspensão de novos financiamentos no município quando, cumulativamente, a taxa de inadimplência local alcançar índice igual ou superior a 15% e forem registradas cinquenta ou mais operações em atraso, ressalvadas as propostas já em poder do agente financeiro.

A classificação do agricultor familiar como público do Pronaf B, a exemplo dos demais grupos do Pronaf, também é obtida através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida por entidades credenciadas pelo MDA.

Segundo o Manual de Crédito Rural Plano de Safra da Agricultura Familiar 2004-2005 (PRONAF, 2005) e o Diário Oficial da União, edição 196 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007), a DAP deve ser fornecida gratuitamente pelas entidades credenciadas, sendo vedado qualquer tipo de cobrança ou a exigência de filiação ou vínculo do agricultor com a entidade emitente.

A DAP é elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que habitem na mesma residência e explorem a mesma área de terra. No caso do Pronaf Grupo B, a DAP é suficiente para comprovar a relação do beneficiário do crédito com a terra e a atividade que será objeto do financiamento (BACEN, 2008).

Acrescente-se que não há cobrança de tarifa para esse Grupo, assim como não é exigida garantia real¹³ nem fidejussória¹⁴, sendo bastante a garantia pessoal do proponente. Por fim, é vedada a exigência de qualquer forma de reciprocidade bancária na concessão de crédito, assim como o registro cartorário da documentação contratual firmada entre o proprietário da terra e o mutuário, referente a arrendamento, meação, parceria ou qualquer outra modalidade de cessão.

À SAF foi conferida a competência para a adoção de medidas para a administração, gestão e monitoramento da inadimplência do Pronaf Grupo B (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2007), no que tange ao estabelecimento de cotas estaduais e municipais de distribuição dos recursos e aos limites de inadimplência, para fins de suspensão e retomada das operações por município (BACEN, 2008).

Nesse sentido, foi instituído o Sistema de Gestão e Monitoramento do Pronaf Grupo B, que objetiva aumentar o controle social e melhorar o emprego dos recursos emprestados. Nos municípios que registram taxa de inadimplência superior a 15% e pelo menos cinquenta operações em atraso, a assinatura de novos contratos fica suspensa, exceto para aquelas famílias cujas operações foram liquidadas (MDA, 2007).

Indaga-se, no entanto, acerca dos motivos que levaram a decidir-se pela aplicação dessa medida em relação a um programa que visa propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda dos agricultores familiares! O mais estranho é decidir-se especificamente em relação ao Pronaf Grupo B, o que mais requer o apoio estatal, visto que aí se enquadram os agricultores que vivem abaixo da linha de pobreza,

¹³ Garantia real é a que recai sobre um determinado bem integrante do patrimônio do devedor ou de terceiro, vinculando-o ao pagamento de uma obrigação assumida pelo devedor (ex.: hipoteca) – MB-OC do BNB.

¹⁴ Garantia fidejussória ou pessoal é a que tem por escopo a responsabilidade pessoal assumida por uma pessoa para o cumprimento de uma obrigação de outra pessoa (ex.: aval e fiança) – MB-OC do BNB.

condição estabelecida pelo próprio programa. Ainda mais curiosa é a adoção da prática com objetivos estritos de retorno do crédito, sem conjugar aspectos como, por exemplo, esforços de assistência técnica, capacitação e apoio à comercialização.

4.2.2 Desempenho do Pronaf Grupo B

No período de 2000 a 2007 as contratações do Pronaf em todos os grupos totalizaram R\$38.881,1 milhões, distribuídos por cerca de 10.660 mil contratos, conforme pode ser visualizado nas Tabelas 3 e 4. Os Grupos C, D, e E, cujos limites de financiamento são mais elevados, receberam os maiores volumes de recursos. Do valor total financiado em todos os grupos do Pronaf, R\$2.360,1 milhões foram aplicados pelo Pronaf Grupo B, representando apenas 6,1% do montante total financiado.

Tabela 3 – Distribuição Anual e Acumulada dos Montantes Aplicados pelo Pronaf no Brasil, por Grupo – 2000/2007

Grupo	Valores em R\$Mil									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Exigibilidade Bancária (sem enquadramento)	174.681,60	298.168,40	146.275,40	18.568,70	480.827,50	357.967,40	665.232,70	119.533,40	2.261.255,10	5,8
Grupo A	466.133,80	330.151,10	417.157,90	541.513,00	451.226,00	514.250,60	553.799,50	346.254,90	3.620.486,90	9,3
Grupo A/C	1.904,70	7.990,10	24.156,70	49.165,60	47.823,30	38.644,30	35.008,20	31.689,30	236.382,30	0,6
Grupo B	23.952,70	53.261,00	84.366,50	134.544,90	391.403,70	469.065,90	625.681,90	577.870,60	2.360.147,20	6,1
Grupo C	480.524,60	575.334,60	696.641,70	1.051.532,30	1.449.457,30	1.557.183,90	1.678.447,60	1.412.266,70	8.901.388,70	22,9
Grupo D	1.041.437,50	888.446,00	1.036.252,60	1.734.162,70	2.149.163,00	2.404.977,30	3.182.446,30	3.703.539,00	16.140.424,50	41,5
Grupo E	0	0	0	264.588,00	668.016,40	852.486,80	1.358.225,70	1.858.429,60	5.001.746,50	12,9
Identificado / Não Registrado	0	0	0	12.824,00	16,2	4.878,10	1.716,60	10.479,40	29.914,30	0,1
Miniprodutores Agroindústria Familiar	0	0	0	0	123.542,40	204.447,40	0	0	327.989,80	0,8
Total	2.188.635,00	2.153.351,30	2.404.850,80	3.806.899,20	5.761.476,00	6.404.190,10	8.101.543,70	8.060.163,00	38.881.109,10	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo Bacen (somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB e BNDES.

Nota 2: Dados atualizados: Bacen até 06/2007, BANCOOB Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 04/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – três últimos meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 25/05/2008, 23:16:47 h.

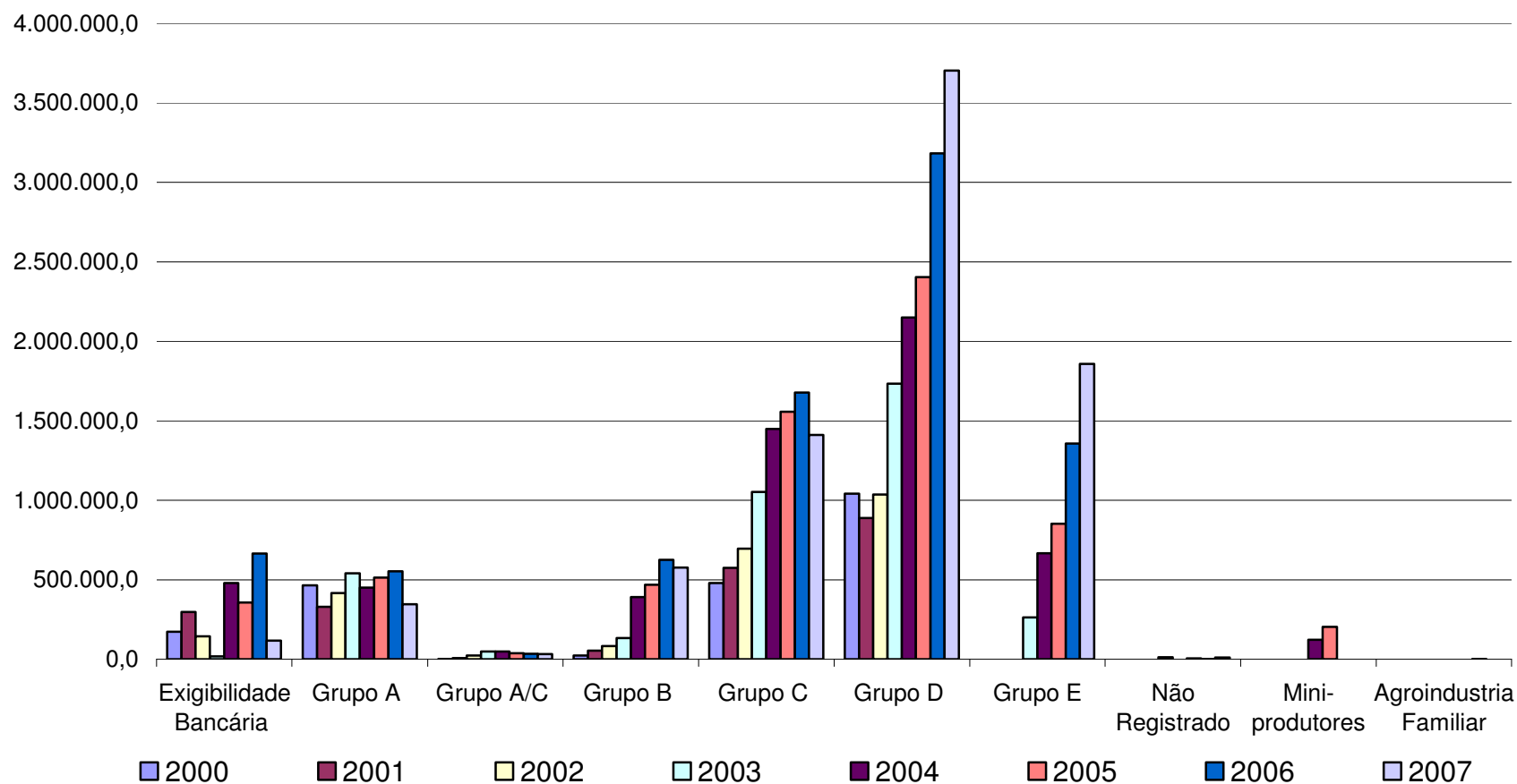


Figura 7 – Distribuição Anual e por Grupo dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo Bacen (somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB e BNDES.

Nota 2: Dados atualizados: Bacen até 06/2007, BANCOOB Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 04/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – três últimos meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 25/05/2008, 23:16:47 h.

Com relação ao número de contratos firmados, no entanto, destacam-se os Grupos B, C e D (Tabela 4 e Figura 8), que, juntos, concentram 86,4% do total. Ressalte-se que somente o Grupo B reúne 2.311,8 mil contratos, ou 21,7%, representando apenas 6,1% do montante total financiado em todos os grupos. Esse desempenho pode ser justificado pelo baixo limite de valor por financiamento definido para o grupo, sendo este o de menor de todos os grupos do Pronaf. Assim, no início da implementação do Pronaf Grupo B, no ano 2000, o limite de financiamento por operação era fixado em R\$500,00, elevando-se, em 2003, para R\$1.000,00, e posteriormente para os atuais R\$1.500,00.

Tabela 4 – Distribuição Quantitativa Anual e Acumulada por Grupo das Operações de Crédito do Pronaf – 2000/2007

Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Exigibilidade Bancária (sem enquadramento)	82.694	111.286	53.923	4.263	95.145	62.577	137.138	6.554	553.580	5,2
Grupo A	96.167	37.740	41.644	45.292	35.416	35.016	35.187	24.517	350.979	3,3
Grupo A/C	1.596	4.915	13.966	21.510	19.399	14.926	13.720	11.783	101.815	1
Grupo B	48.164	106.716	168.910	150.792	394.423	466.974	565.088	410.762	2.311.829	21,7
Grupo C	394.380	369.558	410.414	543.939	628.558	609.578	579.426	485.943	4.021.796	37,7
Grupo D	346.726	280.251	264.390	344.058	351.030	370.641	436.798	487.675	2.881.569	27
Grupo E	0	0	0	28.257	51.401	61.844	90.484	119.950	351.936	3,3
Identificado / Não Registrado	0	0	0	1	1	51	118	731	902	0
Miniprodutores Agroindústria Familiar	0	0	0	0	36.090	49.553	0	0	85.643	0,8
Total	969.727	910.466	953.247	1.138.112	1.611.463	1.671.183	1.858.048	1.547.931	10.660.177	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do MDA/SAF (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo Bacen (somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB e BNDES.

Nota 2: Dados atualizados: Bacen até 06/2007, BANCOOB Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 04/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – três últimos meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 25/05/2008, 23:16:47 h.

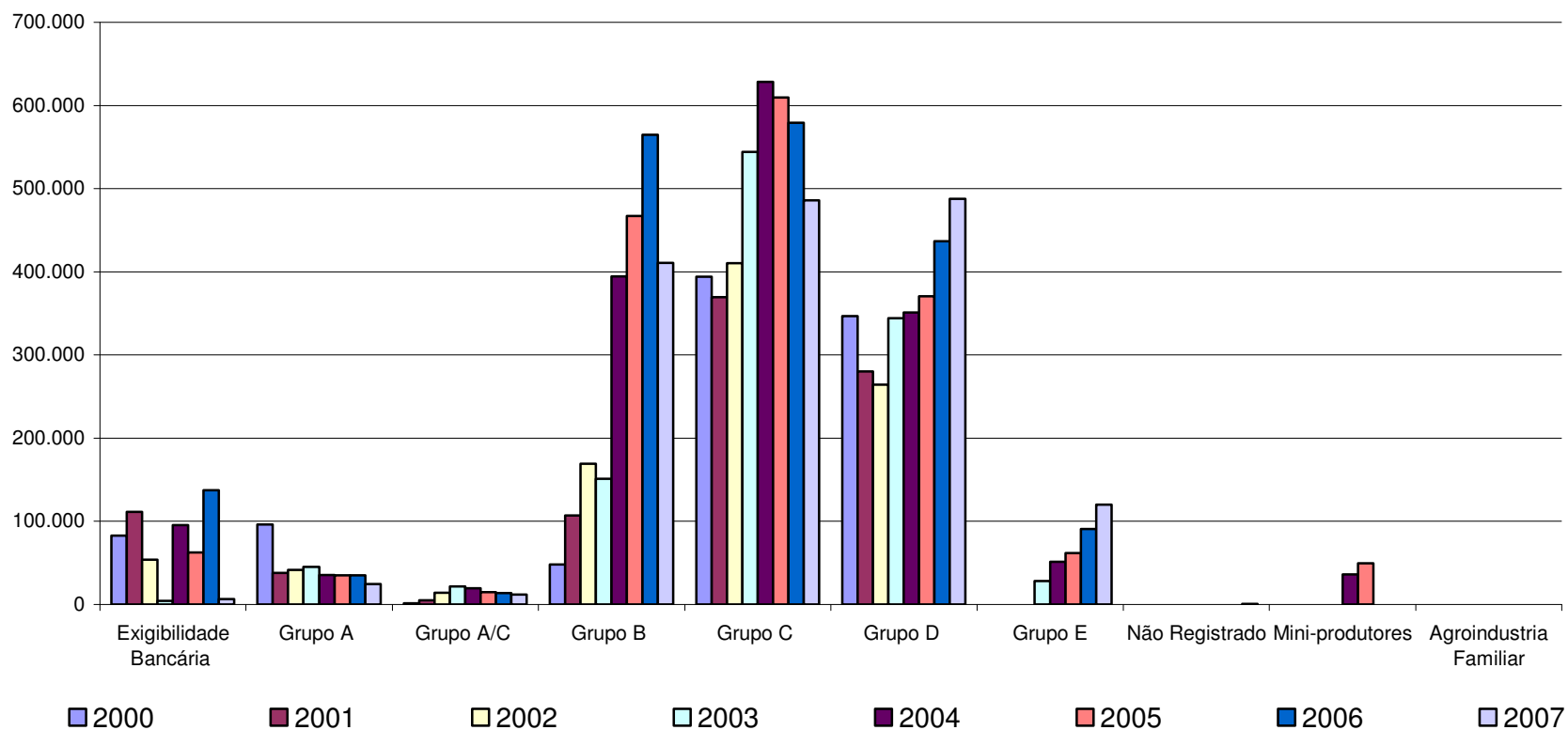


Figura 8 – Distribuição Quantitativa Anual e Acumulada por Grupo das Operações de Crédito do Pronaf – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do MDA/SAF (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo Bacen (somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB e BNDES.

Nota 2: Dados atualizados: Bacen até 06/2007, BANCOOB Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 04/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – três últimos meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 25/05/2008, 23:16:47 h.

O desempenho do Pronaf Grupo B no país desde sua criação é evidenciado através da Tabela 5. Conforme já assinalado, o valor financiado de R\$2.360,1 milhões, referente ao período de 2000 a 2007, corresponde a 6,1% do valor total dos financiamentos de todos os grupos do Pronaf no período.

Tabela 5 – Distribuição Anual e Acumulada dos Contratos e Respectivos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B no Brasil – 2000/2007

Ano	Contratos (Quantidade)	%	Montante (Em R\$ Mil)	%
2000	48.164	2,1	23.952,7	1,0
2001	106.716	4,6	53.261,0	2,3
2002	168.910	7,3	84.366,5	3,6
2003	150.792	6,5	134.544,9	5,7
2004	394.423	17,1	391.403,7	16,6
2005	466.974	20,2	469.065,9	19,9
2006	565.088	24,4	625.681,9	26,5
2007	410.762	17,8	577.870,6	24,5
Total	2.311.829	100,0	2.360.147,2	100,0

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do MDA/SAF (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo Bacen (somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB e BNDES.

Nota 2: Dados atualizados: BACEN até 06/2007, Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 04/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – Três últimos meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 25/05/2008, 23:16:47 h.

A evolução dos financiamentos fica evidente, percebendo-se o crescimento do montante financiado no período sob análise. Em relação ao ano de criação do programa, essa evolução representou incremento de 122% no ano 2001. Nos anos 2002 e 2003, o incremento atingiu 60% do valor aplicado de um ano para o outro. Em 2004, o volume de recursos foi 191% superior ao do ano anterior. O incremento do volume das aplicações em 2005 assinalou 20%, em 2006 foi 33%, enquanto em 2007 registrou-se redução de 7,6% no volume de recursos aplicados. Ressalte-se que o MDA, através da SAF, instituiu, a partir de 2007, um sistema de monitoramento do Pronaf Grupo B, com o objetivo específico de controlar a inadimplência do programa.

A Figura 9 possibilita melhor visualização das ocorrências acima registradas.

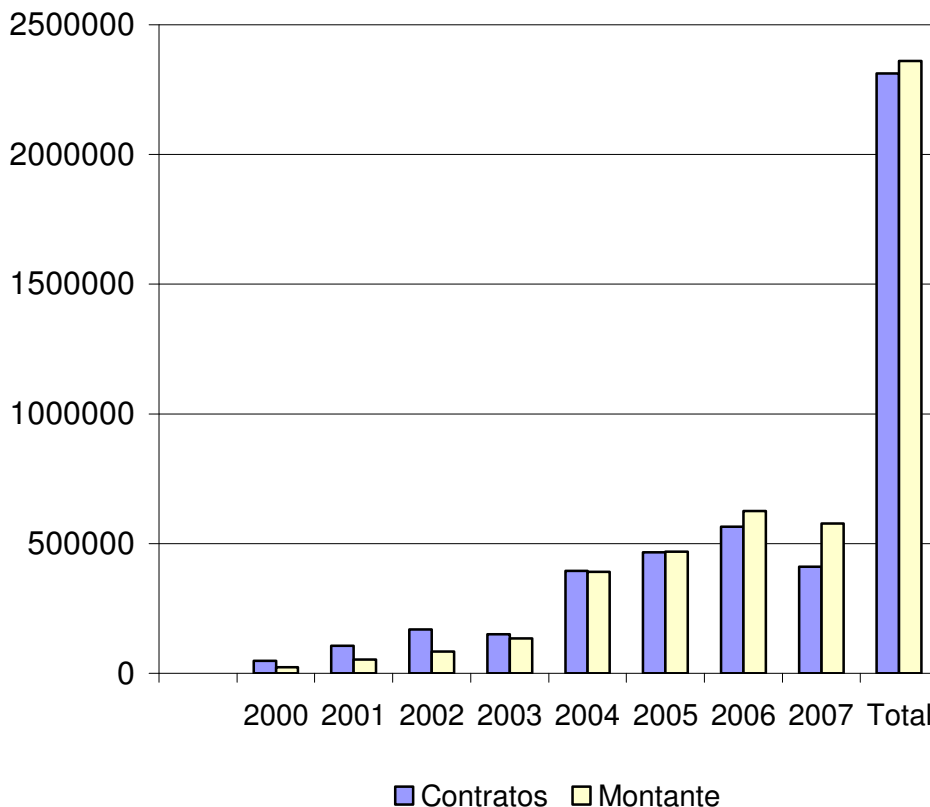


Figura 9 – Distribuição Anual e Acumulada dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B – 2000/2007

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do MDA/SAF (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo Bacen (somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB e BNDES.

Nota 2: Dados atualizados: BACEN até 06/2007, Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 04/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – Três últimos meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 25/05/2008, 23:16:47 h.

O número de contratos firmados foi crescente, no entanto houve uma queda de 10,7 no ano de 2003, em relação ao ano anterior. Em 2004, o incremento da quantidade de contratos firmados resultou em 162,0%, em relação a 2003. Os anos de 2005 e 2006 apresentaram incremento nas quantidades de contratos firmados de cerca de 20,0%, em cada ano. O ano de 2007 teve redução de 27,0% no número de contratos firmados (Tabela 5 e Figura 9).

O valor médio dos contratos firmados no período 2000/2007 situa-se em R\$1.020,00, sendo que nos primeiros anos o valor máximo de financiamento por operação era de R\$500,00, elevando-se para R\$1.000,00 em 2003, e posteriormente para os atuais R\$1.500,00 (MDA, 2007).

A análise dos números do Pronaf Grupo B leva a concluir que o programa tem crescido substancialmente tanto em volume de recursos financiados como em quantidade de operações realizadas. Significa dizer que mais pessoas são beneficiadas com o programa,

ainda que uma mesma família possa acumular dois ou mais contratos¹⁵. Ademais, sinaliza-se que o público que o Pronaf Grupo B se propõe apoiar seja superior aos 2.311 mil contratos firmados em todo o país no período 2000/2007, haja vista que de acordo com estimativa do IBGE no censo agropecuário de 1995/1996, a região Nordeste concentra 74% dos estabelecimentos familiares enquadráveis no programa.

Desse modo, considera-se que o Pronaf Grupo B ainda pode ser ampliado, dado que a população rural do país representa 19% do total de seus habitantes, atingindo 31% dos nordestinos (SILVA JÚNIOR, 2006, p. 25). Ademais, observando-se o elevado número de pobres no meio rural (47,5% da população pobre do país) e a grande parcela dos pobres pertencente à região Nordeste (62,7%) (CARNEIRO, 2003, p. 121), uma parte significativa do público-alvo precisa ser contemplada.

Assim é que, segundo estimativa do Projeto Fome Zero, o número de brasileiros abaixo da linha de pobreza totaliza 44 milhões de pessoas, pertencentes a 9,3 milhões de famílias. Em termos de Nordeste, estima-se que o número de pobres totaliza 21,9 milhões de pessoas, distribuídas em 4,4 milhões de famílias, entre as quais 1,8 milhão podem ser classificadas em situação de extrema pobreza no meio rural.

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem se constituído em importante operacionalizador do Pronaf Grupo B no Brasil, sendo responsável por cerca de 95% dos contratos e volumes financiados durante o período 2000/2007.

Desde a criação do Pronaf Grupo B, no ano 2000, o BNB contratou o montante de R\$2.263.468,6 mil, por meio de 2.234 mil operações, beneficiando 2.228 mil famílias em todo o Nordeste, no norte do Espírito Santo e no norte de Minas Gerais, de acordo com a Tabela 6.

¹⁵ Segundo as normas do Pronaf, somente uma pessoa por grupo familiar pode ser contemplada com o crédito. Quando da sua implantação, essa mesma pessoa poderia ser beneficiada com até três financiamentos no Grupo B. Atualmente, não há limite na quantidade de operações a ser financiada por grupo familiar, e sim no valor acumulado dos recursos financiados, com direito a bônus de adimplência.

Tabela 6 – Distribuição Anual e Acumulada das Operações de Crédito do Pronaf Grupo B Realizadas pelo BNB e Respective Montantes e Números de Famílias Beneficiadas – 2000/2007

ANO	Contratos (Quantidade)	%	Montante Contratado (Em R\$ Mil)	%	Famílias Beneficiadas	%
2000	48.212	2,2	23.976,5	1,1	47.131	2,1
2001	106.695	4,8	53.250,5	2,4	106.625	4,8
2002	170.859	7,6	85.337,8	3,8	170.718	7,7
2003	150.847	6,8	134.599,4	5,9	150.520	6,8
2004	358.040	16,0	355.293,4	15,7	357.871	16,1
2005	431.874	19,3	429.746,0	19,0	431.598	19,4
2006	545.961	24,4	591.650,0	26,1	544.254	24,4
2007	421.913	18,9	589.615,0	26,0	420.063	18,7
Total	2.234.401	100,0	2.263.468,6	100,0	2.228.780	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2008)

A hipótese apontada para justificar esse desempenho diz respeito ao fato de a região Nordeste concentrar grande parcela das pessoas inseridas abaixo da linha de pobreza, além de o Pronaf ter sido direcionado, inicialmente, apenas para a área de atuação do BNB. A par disso, o banco vem investindo na desburocratização e melhorias do processo operacional do Pronaf Grupo B. Atualmente o BNB implementa ações de qualificação do crédito por meio de uma metodologia denominada “Agroamigo”, que pressupõe o acompanhamento e o fornecimento de assistência ao desenvolvimento das atividades financiadas. Essa questão, no entanto, não é objeto de análise do presente estudo.

Outra hipótese levantada refere-se à mudança no perfil das liberações na região Nordeste, registrada por Corrêa e Silva (2005, p. 16) devido a alterações na legislação, que passou a incorporar os agricultores com mais dificuldades de acesso a recursos. Essa mudança é observada pelos autores, a partir do ano 2000:

Em 1999, 85,4% dos recursos liberados pela região iam para os agricultores do Grupo D e em 2004 estes receberam 13,41% do total liberado. Os agricultores que passam a concentrar os valores liberados são os do Grupo B (30,91%), os do Grupo C (35,43%) e os do Grupo A (17,71%), observando-se que esta mudança de perfil vem ocorrendo desde o ano 2000.

Apesar de essa mudança ser considerada importante, as citadas autoras observam

que “(...) justamente quando vai melhorando o perfil da distribuição dos recursos, a região Nordeste vai perdendo participação na liberação total”. Realmente, enquanto a região Sul contou com financiamentos da ordem de 49,4% do volume de recursos do Pronaf Crédito Rural, durante o período de 2001 a 2004, a região Nordeste obteve apenas 16,6%, embora concentrasse 50% dos estabelecimentos familiares do país, segundo Bittencourt (2003, p. 187).

A mudança no perfil da distribuição dos recursos entre os grupos de agricultores coincide com a implantação do Pronaf Grupo B, no ano 2000. Ressalte-se, no entanto, que apesar do significativo número de contratos realizados nesse grupo, o limite de financiamento é bem inferior aos dos demais grupos do Pronaf.

A evolução do número de contratos firmados, da quantidade de famílias beneficiadas e do montante financiado pode ser visualizada na Figura 10, verificando-se uma única curva quanto aos contratos e às famílias atendidas. No que tange ao montante, como o valor inicial não podia passar de apenas R\$500,00 por operação, observa-se que a curva fica um pouco abaixo das outras duas, havendo, no entanto, uma ascensão a partir de 2003, quando o limite por operação elevou-se para R\$1.000,00, e também a partir de 2005, quando passou a R\$1.500,00.

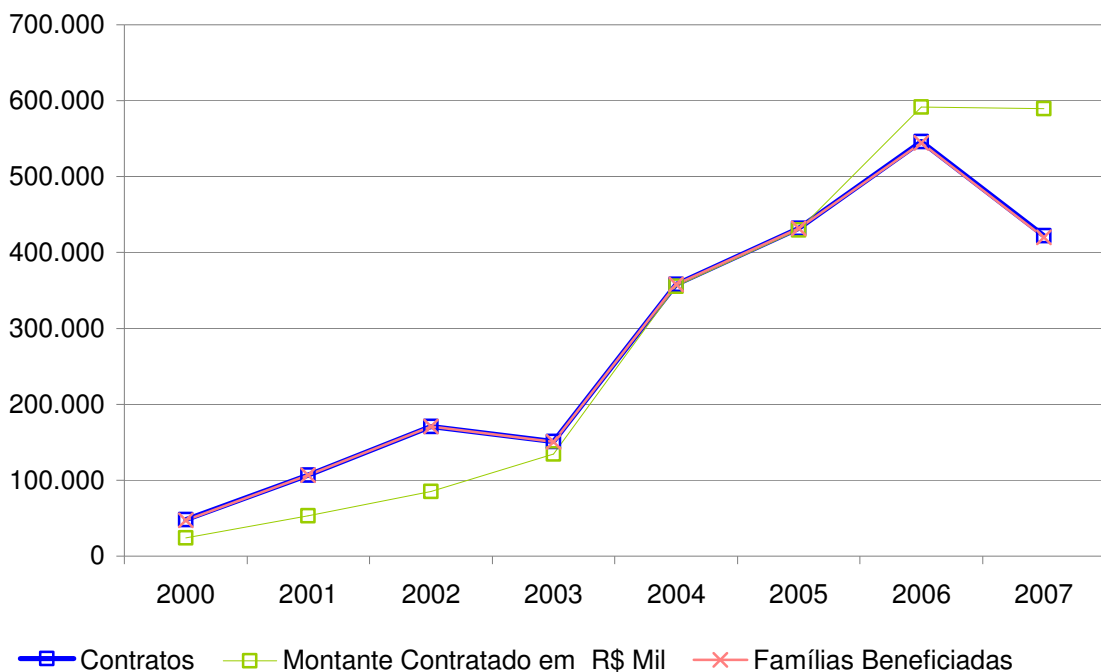


Figura 10 – Distribuição Anual e Acumulada das Operações de Crédito do Pronaf Grupo B Realizadas pelo BNB e Respectivos Montantes e Números de Famílias Beneficiadas – 2000/2007
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2008)

Por se tratar de programa voltado para as famílias posicionadas abaixo da linha de pobreza e levando-se em conta que o Nordeste concentra significativa proporção desse público, apropriadamente o Pronaf Grupo B foi inicialmente direcionado para região Nordeste, o norte de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri e o norte do Espírito Santo, áreas de atuação do BNB, razão pela qual o Nordeste concentra 85,2% dos recursos financiados, conforme se verifica na Figura 11.

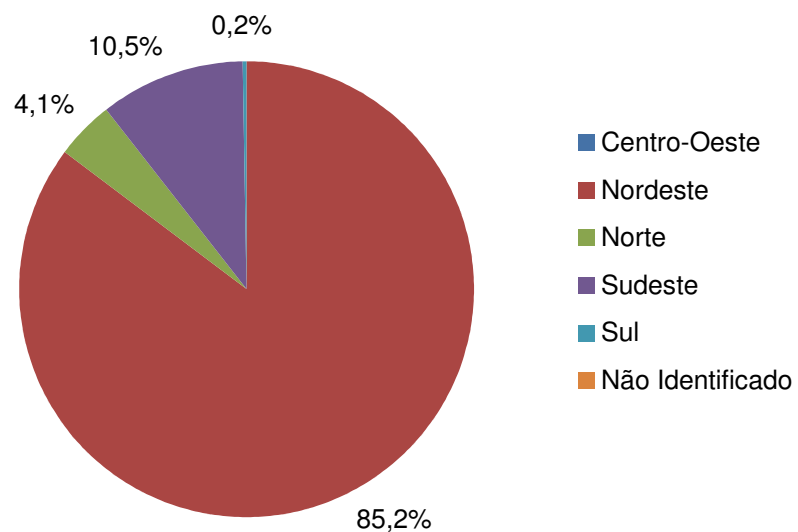


Figura 11 – Distribuição Proporcional (%) Acumulada dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pelo MDA/SAF (2007-2008)

A partir de abril de 2004, a região Norte passou a ter acesso ao Pronaf Grupo B (MDA, 2004). Atualmente, a área de atuação do programa contempla todas as regiões brasileiras, apesar de a região nordestina ter maior expressividade nas aplicações (Figura 12 e Tabela 7). O Sudeste participou com 10,5% dos recursos, enquanto o Norte aplicou 4,1% do total do país. As participações do Centro-Oeste e do Sul são quase nulas.

A Figura 12 evidencia, nos últimos quatro anos, maior participação da região Nordeste no volume das contratações, seguindo-se o Sudeste e o Norte, nessa ordem.

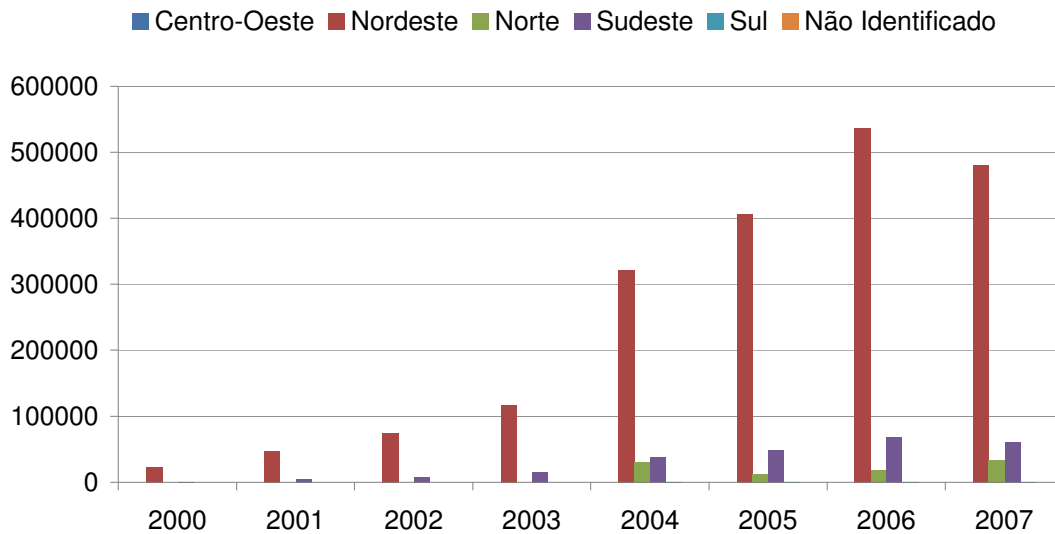


Figura 12 – Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados por Região pelo Pronaf Grupo B – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pelo MDA/SAF (2007-2008)

O valor total financiado pelo Pronaf Grupo B no Nordeste no período 2000/2007 corresponde a 24% do montante financiado por todos os grupos do programa na região (R\$8.341.415,2 mil), de acordo com a Tabela 7. Percebe-se, desse modo, a importância da participação do grupo no financiamento total do Pronaf realizado no Nordeste. Isso reflete bem o perfil dos agricultores que compõem a região, o que vem a sugerir a preocupação primeira no apoio às suas necessidades visando ao desenvolvimento das atividades financiadas e ao conseqüente retorno do crédito aos cofres públicos.

Tabela 7 – Distribuição Anual e Acumulada por Região dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B – 2000/2007

Região	Valores em R\$ Mil									%
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	
Centro-Oeste	0,0	29,5	0,0	0,0	5,0	153,0	82,4	93,0	362,9	0,0
Nordeste	23.498,2	47.794,5	75.696,3	117.937,5	321.385,3	406.415,8	536.302,0	480.662,3	2.009.691,9	85,2
Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	30.887,3	12.856,5	19.444,7	34.517,4	97.705,9	4,1
Sudeste	445,5	5.436,9	8.670,2	16.607,5	38.082,6	48.281,6	68.522,1	62.017,1	248.063,5	10,5
Sul	0,0	0,0	0,0	0,0	1.043,5	1.349,0	1.264,7	561,3	4.218,5	0,2
Não Identificado	9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0	0,0
Total	23.952,7	53.260,9	84.366,5	134.545,0	391.403,7	469.055,9	625.615,9	577.851,1	2.360.051,7	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados fornecidos pelo MDA/SAF (2007-2008)

Nota 1: Informações fornecidas pelo Bacen (somente Exigibilidade Bancária), Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB

e BNDES. Dados atualizados: Bacen até 06/2007, Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 04/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – Três últimos meses sujeitos a alterações. Data do acesso: 22/05/2008.

Nota 2: Apesar de os dados considerados terem sido obtidos da mesma fonte, os anos 2005, 2006 e 2007 apresentam uma pequena divergência nos totais, em relação à Tabela 5, que versa sobre os valores globais do Pronaf Grupo B no Brasil, sem os detalhamentos por grupo e por estado. Em relação ao montante do período 2000/2007, a diferença é de apenas R\$95,5 mil, apresentada a menor, nesta tabela.

Em âmbito nacional, os estados contemplados com maiores volumes de recursos foram a Bahia (17%), o Ceará (13%), o Pernambuco (12%), Minas Gerais (10%) Maranhão (10%) e Piauí (9%). Juntos, esses estados concentraram 71% dos recursos do Pronaf Grupo B no período de 2000/2007 (Figura 13).

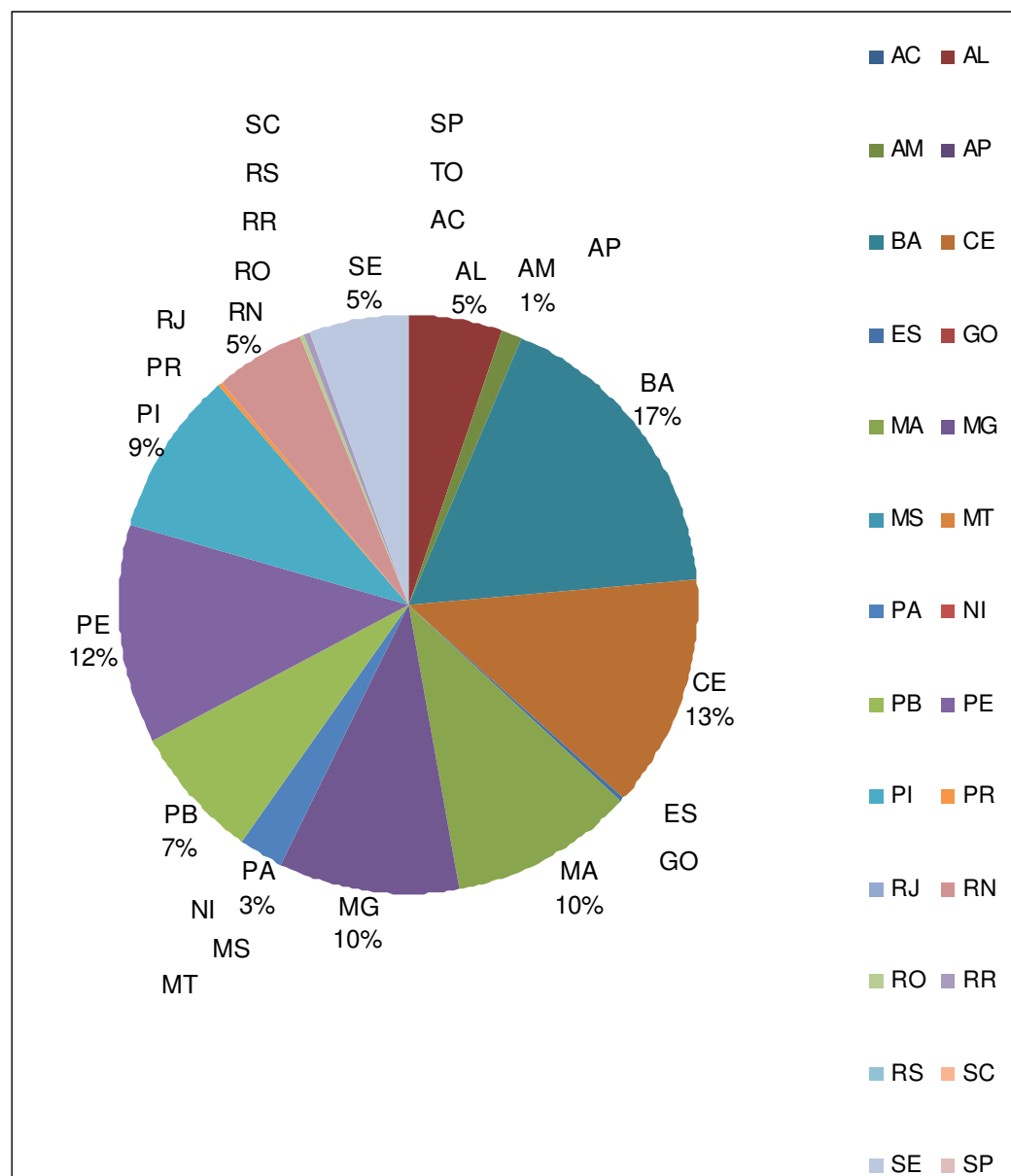


Figura 13 – Distribuição Proporcional (%) dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B, por Estado – 2000/2007

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecidos pelo MDA/SAF (2007-2008).

Nota: NI = Não Identificado

Dos estados que receberam os maiores volumes de recursos do Pronaf Grupo B em 2007, apenas Pernambuco registrou incremento em suas aplicações em relação a 2006, elevando-se em 11,9%. Bahia, Ceará, Maranhão e Minas Gerais sofreram redução variando entre 10% e 12%. A maior redução dentre esses estados foi registrada no Piauí, com 28,7% (Tabela 8). Nessa mesma base de comparação, doze estados de outras regiões assinalaram incremento nos volumes aplicados: Acre (34,9%), Amapá (240%), Amazonas (6,8%), Espírito Santo (3,7%), Goiás (457,1%), Mato Grosso do Sul (47,8%), Pará (65,2%), Rondônia (611,3%), Roraima (8.686,9%), Santa Catarina (139,6%), São Paulo (62,4%) e Tocantins (98,5%).

Tabela 8 – Distribuição Anual e Acumulada por Estado e Total dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B – 2000/2007

Valores em R\$ Mil										
Estado	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
AC	0,0	0,0	0,0	0,0	966,1	307,8	313,9	423,4	2.011,1	0,1
AL	2.689,5	4.411,5	3.654,4	8.221,0	16.997,9	25.139,4	34.527,2	29.453,4	125.094,4	5,3
AM	0,0	0,0	0,0	0,0	8.305,5	4.128,1	6.284,3	6.709,8	25.427,7	1,1
AP	0,0	0,0	0,0	0,0	164,9	44,0	21,0	71,4	301,2	0,0
BA	6.857,8	16.363,3	22.327,4	19.662,5	74.211,3	84.558,1	96.290,5	85.226,8	405.497,7	17,2
CE	2.741,6	6.831,0	11.979,5	16.859,5	50.471,2	56.555,0	86.173,4	76.839,2	308.450,4	13,1
ES	0,0	216,4	135,5	115,0	1.222,8	985,1	1.710,7	1.773,2	6.158,8	0,3
GO	0,0	29,5	0,0	0,0	5,0	26,0	3,5	19,5	83,5	0,0
MA	599,9	2.267,2	6.891,7	11.296,7	30.857,4	53.925,2	70.963,2	62.270,8	239.072,2	10,1
MG	445,5	5.220,5	8.534,8	16.492,5	36.652,8	47.091,5	66.720,9	60.093,9	241.252,2	10,2
MS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61,0	46,0	68,0	175,0	0,0
MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,0	32,9	5,5	104,4	0,0
PA	0,0	0,0	0,0	0,0	19.744,7	7.498,9	11.976,3	19.784,0	59.003,9	2,5
PB	3.368,0	4.002,1	6.575,1	19.519,8	31.586,8	29.492,7	40.627,3	37.399,4	172.571,2	7,3
PE	3.025,1	1.269,7	4.155,3	11.472,3	37.241,3	57.244,4	82.083,4	91.889,6	288.381,1	12,2
PI	1.051,4	3.798,0	7.072,9	12.928,0	37.010,3	50.402,3	61.829,6	44.079,9	218.172,5	9,2
PR	0,0	0,0	0,0	0,0	1.043,5	772,7	1.054,5	345,3	3.216,0	0,1
RJ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	3,0	0,0
RN	854,9	2.212,7	4.940,1	9.107,4	21.575,2	26.569,9	32.825,7	25.630,8	123.716,7	5,2
RO	0,0	0,0	0,0	0,0	1.245,7	419,2	218,3	1.552,8	3.436,0	0,1
RR	0,0	0,0	0,0	0,0	242,2	8,9	55,0	4.832,8	5.138,9	0,2
RS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	341,0	164,5	106,5	612,0	0,0
SC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	235,2	45,7	109,5	390,4	0,0
SE	2.310,0	6.639,1	8.099,7	8.870,4	21.433,8	22.528,8	30.981,6	27.872,5	128.735,8	5,5
SP	0,0	0,0	0,0	0,0	207,0	205,0	90,5	147,0	649,4	0,0
TO	0,0	0,0	0,0	0,0	218,2	449,5	576,0	1.143,3	2.386,9	0,1

Estado	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Total	23.952,7	53.261,0	84.366,5	134.544,9	391.403,7	469.055,9	625.615,9	577.851,1	2.360.051,7	100,0

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base em dados fornecidos pelo MDA/SAF (2007-2008).

Nota 1: Informações fornecidas pelo Bacen (somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB Bancoob, Bansicredi, Basa, BB, BNB e BNDES. Dados atualizados: Bacen até 06/2007, Bancoob até 04/2008, Bansicredi até 03/2008, Basa até 02/2008, BB até 04/2008, BNB até 03/2008 e BNDES até 07/2006 – Três últimos meses sujeitos a alterações. Data do Acesso: 22/05/2008.

Nota 2: Apesar de os dados considerados terem sido obtidos da mesma fonte, os anos 2005, 2006 e 2007 apresentam uma pequena divergência nos totais em relação à Tabela 5, que versa sobre os valores globais do Pronaf Grupo B no Brasil, sem os detalhamentos por grupo e estado. Em relação ao montante do período 2000/2007, essa diferença é de apenas R\$95,5 mil, apresentada a menor, nesta tabela.

As análises a seguir, que tratam de fontes de recursos, gêneros, setores e atividades consideraram as contratações realizadas pelo BNB, tendo em vista que as informações disponibilizadas pelo órgão oficial (MDA/SAF) não se apresentam com o mesmo nível de detalhamento. Considerando-se que o BNB responde por cerca de 95% dos contratos e dos montantes financiados pelo Pronaf Grupo B, não há nenhum prejuízo nessas análises.

As fontes de recursos utilizadas no financiamento do Pronaf Grupo B no período de 2000 a 2007 foram o FNE, totalizando 61,2% dos financiamentos, e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com 38,8% (Tabela 9). Observe-se que no período de 2000 a 2004, essa relação era inversa, tendo a fonte STN participado com 99,9% dos financiamentos realizados no Programa (BNB-ETENE, 2005, p. 45). Isso ocorreu pelo fato de o FNE passar a ser utilizado somente em 2004.

Tabela 9 – Distribuição das Operações de Crédito do Pronaf Grupo B e Respective Montantes Aplicados pelo BNB, por Fonte de Recursos – 2000/2007

Fonte	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ Mil)	%
STN	967.125	43,3	877.234,6	38,8
FNE	1.267.276	56,7	1.386.234,0	61,2
Total	2.234.401	100,0	2.263.468,6	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2008)

Vale lembrar que a utilização de uma ou outra dessas duas fontes não acarreta alteração nas condições de financiamento para o cliente. A remuneração recebida pelo BNB destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do programa, utilizando recursos oriundos da STN ou do FNE, é de 6% ao ano sobre os saldos devedores das operações.

Ao gênero feminino foram destinados 42,3% dos valores contratados no período de 2000 a 2007 e 57,6% ao masculino (Tabela 10). Apesar de o gênero masculino contar com maior participação no programa, a proporção dos financiamentos dirigidos ao gênero feminino vem se elevando. Assim é que, durante o período de 2000 a 2004 a participação do gênero feminino foi de apenas 33,7% (BNB-ETENE, 2005, p. 46).

Ainda assim, no acumulado verifica-se expressiva participação masculina no financiamento do programa (Figura 14).

Tabela 10 – Distribuição das Operações de Crédito do Pronaf Grupo B e Respectivos Montantes Aplicados pelo BNB, por Gênero do Mutuário – 2000/2007

Gênero	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ Mil)	%
Feminino	917.498	41,1	957.077,3	42,3
Masculino	1.315.216	58,8	1.304.715,8	57,6
Não informado	1.687	0,1	1.675,5	0,1
Total	2.234.401	100,0	2.263.468,6	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (2008)

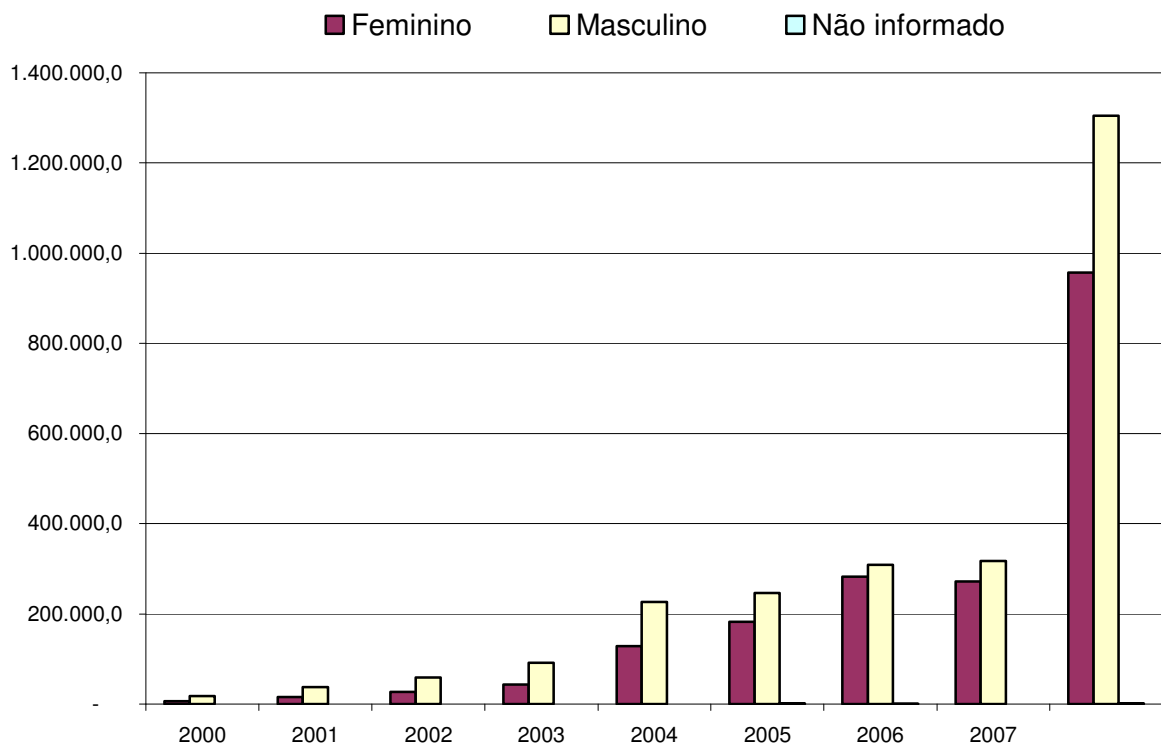


Figura 14 – Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Gênero do Mutuário – 2000/2007

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2008)

A análise do desempenho do Pronaf Grupo B por setor evidencia que a pecuária recebeu 81,5% dos recursos financiados, enquanto a agricultura participou com 9,9%, e os serviços com 7% do volume de recursos aplicados pelo programa (Tabela 11). Observa-se forte concentração no setor pecuário, que tem na bovinocultura significativa parcela dos recursos. A suinocultura apresenta-se na segunda colocação, enquanto a ovinocultura fica na terceira posição.

Tabela 11 – Distribuição dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Setor – 2000/2007

Setor	Valor Contratado (Em R\$ Mil)	%
Agrícola	224.623,4	9,9
Agroindustrial	3.629,7	0,2
Comercial	16.753,5	0,7
Industrial	472,4	0,0
Pecuária	1.844.106,9	81,5
Serviços	158.261,0	7,0
Não Especificado	11.377,1	0,5
Não Informado	4.244,8	0,2
Total	2.263.468,8	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2008)

Nota 1: “Não Informado” – Agência não informou o setor.

Nota 2: “Não Especificado” – Agência informou um código que não identifica o setor. Ex.: 999999999

A Figura 15 mostra a diversificação que o Pronaf Grupo B vem implementando no financiamento por setor de atividades. Assim, a partir 2005 começam a participar do programa os setores serviços e comércio. Apesar de menos expressivos, é importante ressaltar a participação dos setores agroindustrial e industrial, sinalizando para uma maior diversificação das atividades financiadas.

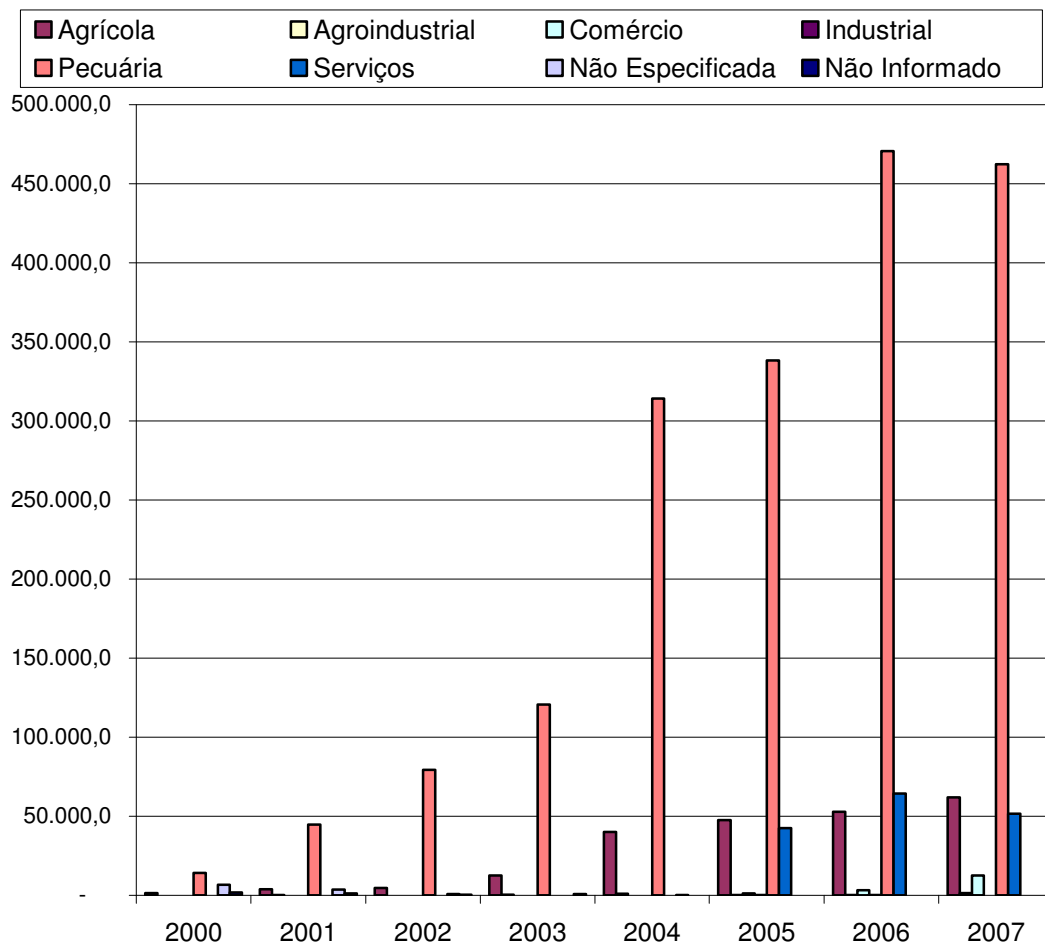


Figura 15 – Distribuição Anual dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Setor – 2000/2007

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2008)

A análise por atividade financiada possibilitou a identificação daquelas que receberam maior volume de recursos (R\$1.832.449,2 mil), representando 80,9% do montante total financiado no período de 2000 a 2007.

Observa-se que do valor total financiado nessas atividades, a bovinocultura foi contemplada com 39,7%, a suinocultura com 13,2%, a ovinocultura com 9,6%, a avicultura com 9,2%, a caprinocultura com 6,1% e a pesca com 3,1%, conforme pode ser visualizado na Tabela 12.

Tabela 12 – Distribuição dos Montantes Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Atividade – 2000/2007

Atividade	Valor Contratado (Em R\$ Mil)	%
Bovinicultura	898.796,3	39,7
Suinocultura	299.524,6	13,2
Ovinocultura	216.705,9	9,6
Avicultura	207.702,4	9,2

Atividade	Valor Contratado (Em R\$ Mil)	%
Caprinocultura	138.631,0	6,1
Pesca	71.089,0	3,1
Outras	431.019,6	19,1
Total	2.263.468,8	100,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2008)

A Figura 16 mostra que apesar de concentrar grande parte dos recursos do Pronaf Grupo B, a bovinocultura teve incremento menor em 2007, em relação a 2006. A suinocultura, a ovinocultura, a avicultura, a caprinocultura e a pesca sofreram redução em suas participações no ano 2007, ao passo que diversas outras atividades passaram a contar com maior volume de recursos.

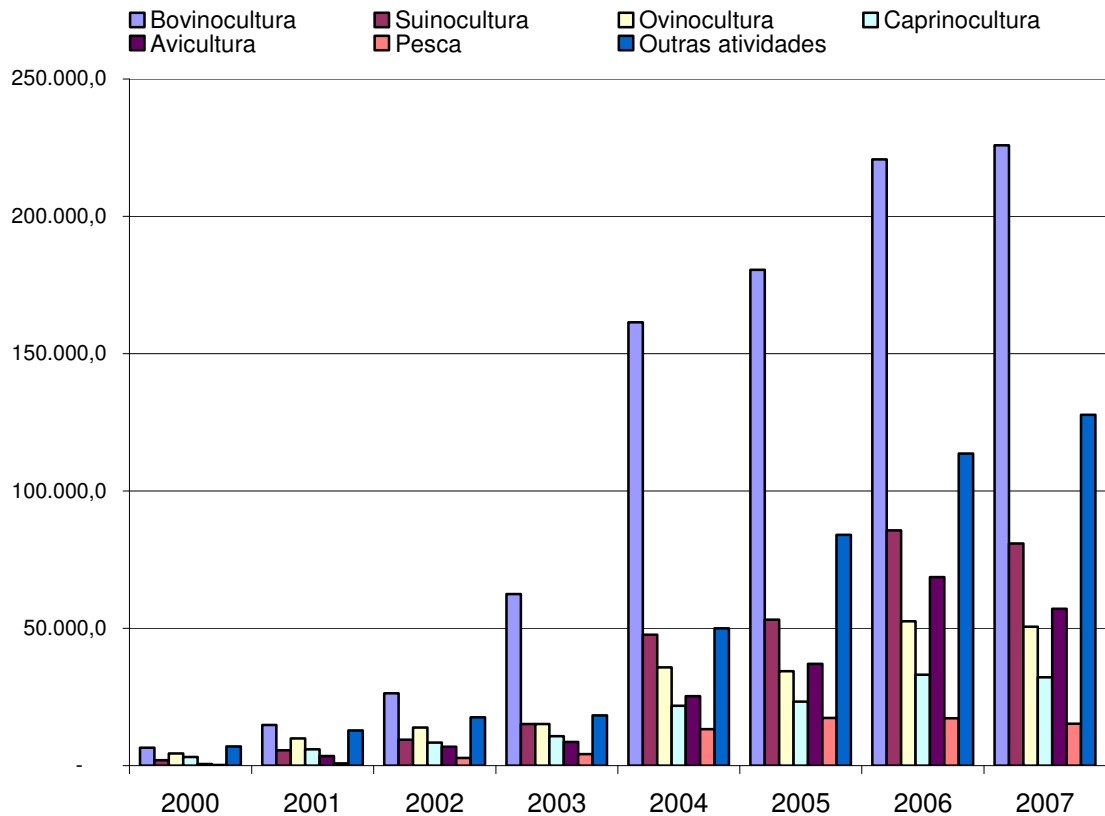


Figura 16 – Distribuição dos Montantes (R\$ Mil) Aplicados pelo Pronaf Grupo B via BNB, por Atividade – 2000/2007

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S. A. (2008)

Dessa forma, percebe-se uma concentração do crédito na bovinocultura, o que sugere uma análise técnica com vistas a uma definição sobre a viabilidade do financiamento dessa atividade, haja vista os baixos limites financiados pelo Pronaf B.

5 REFLEXOS DO PRONAF GRUPO B NA PRODUÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

O município de Irauçuba está situado ao norte do estado do Ceará, pertence à macrorregião Sobral/Ibiapaba, à mesorregião noroeste cearense e à microrregião de Sobral (IPECE, 2007, p. 5).

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Figura 17 – Mapa de Localização de Irauçuba

Fonte: Ipece (2007).

Irauçuba abriga uma população de 21.921 pessoas (IBGE, 2008), ocupando uma extensão territorial de 1.461,22 km² e área relativa de 0,98%. Possui clima tropical quente semi-árido, com índice pluviométrico de 539,5 mm. Seu relevo é formado por depressões

sertanejas e maciços residuais, solos bruno não-cálcios, solos litólicos, planossolo solódico e prodzólico vermelho-amarelo. Abrange os distritos de Irauçuba, Boa Vista do Caxitoré, Juá e Missi (IPECE, 2007, p. 5).

No ano 2000, o município apresentou Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,618, ocupando a 117ª posição no *ranking* do estado. Em 2004, registrou Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$1.157,00, correspondente a menos de 1/3 do PIB *per capita* estadual, de R\$4.170,00 (Ibid, 2007, p. 8-9).

Trata-se de município com forte vocação produtiva para o artesanato e para a ovinocaprinocultura.

5.1 Ambiente Institucional do Pronaf Grupo B

A operacionalização do Pronaf Grupo B conta com o envolvimento de algumas instituições, cada uma responsável por parte do processo de financiamento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Estão envolvidos: o agente financeiro, a Ematerce, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e, a depender do nível de envolvimento da prefeitura local, alguma secretaria municipal.

Ematerce e STR, geralmente, são os órgãos habilitados a emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A proposta de crédito e o projeto ficam a cargo da Ematerce ou do próprio agente financeiro. Há casos em que alguma secretaria municipal, geralmente a de agricultura, também se envolve no processo.

Em Irauçuba, identificou-se que estão envolvidos na operacionalização do Pronaf Grupo B o BNB, a Ematerce, o STR e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Agropecuária, informalmente denominada Secretaria de Agricultura.

5.1.1 O Processo de Financiamento do Pronaf Grupo B em Irauçuba

Seleção dos usuários

Estão envolvidos na seleção dos agricultores o BNB, a Ematerce, a Secretaria de

Agricultura e o STR. Verificou-se que tanto a Secretaria de Agricultura como o STR trabalham de forma isolada. A Secretaria de Agricultura tem uma parceria mais estreita com a Ematerce, que designou um de seus técnicos para participar da seleção e acompanhamento dos agricultores no Pronaf Grupo B, na própria secretaria. Enquanto isso o STR realiza um trabalho com o apoio apenas do BNB. Tanto o STR como a Ematerce emitem a DAP.

O BNB trabalha com duas modalidades de financiamento do Pronaf Grupo B: a *tradicional*, em que o envolvimento do banco se dá apenas no financiamento propriamente dito; e a denominada *Agroamigo*, em que a participação do BNB compreende a seleção dos agricultores, o acompanhamento da inadimplência e a orientação ao agricultor. No município de Irauçuba, no entanto, o *Agroamigo* ainda não foi implantada.

Os agricultores são selecionados, em tese, por suas condições de baixa renda, ou seja, dentre os mais necessitados. A partir deste ano, a Secretaria de Agricultura adotou como sistemática trabalhar com agricultores filiados a alguma associação, por orientação do BNB, porquanto, segundo a secretaria, há a possibilidade de se formar um fundo de aval para apoiar os financiamentos. Apesar disso, não há impedimento de um agricultor não associado participar do Pronaf Grupo B. O STR atua na mobilização dos agricultores, na orientação sobre a correta aplicação dos recursos, para não haver desvio do crédito, e na elaboração das DAPs. A seleção é, de fato, feita pelo próprio BNB.

Elaboração das propostas

Na modalidade *Agroamigo*, de acordo com o gerente do BNB, o técnico do banco visita a comunidade e prospecta os negócios, não se admitindo o atendimento de balcão. Ele mesmo elabora as propostas e a Ematerce apenas assina. Já na sistemática *tradicional*, a própria Ematerce elabora e assina as propostas.

No financiamento do Pronaf Grupo B em Irauçuba é adotada a sistemática *tradicional*. Assim, em um primeiro momento, as DAPs são emitidas pelo STR ou pela Ematerce, as propostas são elaboradas pelo BNB ou pela Ematerce, através da Secretaria de Agricultura, e em seguida são assinadas e encaminhadas ao BNB, no caso daquelas elaboradas pela Ematerce.

Destaque-se que as propostas elaboradas pela Ematerce são precedidas de uma entrevista com os agricultores, enquanto no caso daquelas elaboradas pelo STR são dadas apenas algumas orientações sobre a correta aplicação dos recursos nas atividades a serem financiadas.

Apoio logístico

A orientação do BNB, para o *Agroamigo* é dispensar a ambiência do município quanto à disponibilidade de apoio logístico, conforme ressaltado pelo gerente de sua agência:

Na realidade, o apoio logístico é muito pouco e também a necessidade desse apoio é pouca (...) e no caso do *Agroamigo* a própria orientação da instituição [BNB] é que não seja permitido, por exemplo, o uso de sindicato, o uso de ambiência, de uma ambiência da prefeitura, enfim, que seja trabalhado na própria comunidade (Pesquisa de Campo, 2008).

A forma *tradicional*, no entanto, é a utilizada no município, percebendo-se que a prefeitura, através da Secretaria de Agricultura, participa ativamente no apoio logístico, destinando um local para o agente rural da Ematerce trabalhar, com computador, papel e impressora para a confecção das propostas. Conforme disse o secretário de Agricultura, “é praticamente a secretaria e a prefeitura que arcam com toda essa despesa de logística (Pesquisa de Campo, 2008). O STR também participa com o apoio de computador e a cessão de mão-de-obra para a realização dos trabalhos.

5.1.2 As Atividades Econômicas Financiadas pelo Pronaf Grupo B em Irauçuba

Vocação produtiva do município

A bovinocultura é apontada pelo gerente do BNB como a *atividade-mãe* do agricultor, existindo uma “paixão, uma relação, eu diria até histórica” com a atividade.

... esse sentimento de que a bovinocultura é a atividade-mãe de todas as atividades do Nordeste, ela ainda tá arraigada no homem do campo, embora a caprinocultura, a ovinocaprinocultura tenham crescido muito, mas a atividade-mãe ainda é a bovinocultura, especialmente a bovinocultura de leite (Pesquisa de Campo, 2008).

Sobre essa questão Bastos (2006, p. 229) observa que parece estar contido “um aspecto cultural relevante quanto à idéia de melhoria de vida para os agricultores, que é esse esforço para a criação de animais de grande porte”, em que mesmo os agricultores não

dispondo de terra ou sendo esta insuficiente, o financiamento da compra de bovinos permanece item importante na pauta de operações do Pronaf Grupo B. Entretanto, não foi identificada em Irauçuba essa tendência para o financiamento da bovinocultura. Parece-nos provável que o desenvolvimento desta atividade pode estar sendo desestimulado em função das características geográficas locais.

As atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B em Irauçuba se orientam pela vocação que se configurou no município, dadas suas peculiaridades naturais. Irauçuba fica localizada em uma das áreas mais desertificadas do país, o que dificulta o desenvolvimento de atividades agrícolas. As principais atividades produtivas financiadas pelo Pronaf Grupo B têm sido a ovinocaprinocultura e o artesanato, sendo o foco das instituições que operacionalizam o programa.

Apesar de o financiamento do artesanato ser regulamentado pela legislação do Pronaf Grupo B, o STR observa que o desenvolvimento dessa atividade pode desvirtuar o agricultor, podendo prejudicá-lo em sua aposentadoria no futuro, afirmando que “a partir do momento em que esse agricultor passa a ser artesão, ele não é mais agricultor”, aconselhando que o agricultor “use o dinheiro [do financiamento] para o meio rural mesmo, comprando criação, animais” (Pesquisa de Campo, 2008).

Assistência técnica

A assistência técnica aos agricultores financiados pelo Pronaf Grupo B é vista pelo BNB como um fracasso, porquanto a instituição entende que a relação entre agricultor e técnico se encerra na elaboração da proposta.

Segundo a Ematerce e a Secretaria de Agricultura, o apoio técnico é dado, principalmente, nos casos de financiamento dirigido a agricultores filiados a uma associação. Em tais instituições, no entanto, há o entendimento de que o município não reúne condições de garantir assistência técnica a todos os agricultores financiados, apesar de contar com dois agentes rurais na secretaria, um dos quais cedido pela Ematerce. Esses dois agentes rurais atendem aos agricultores das associações de sete áreas do município, numa missão quase impossível, ainda que a assistência se restringisse aos agricultores filiados às associações.

Segundo o presidente do STR, os agricultores financiados trabalham por sua própria conta e risco, sem nenhum apoio técnico. Observa, no entanto, que esse apoio torna-se desnecessário, em virtude de serem muito baixos os valores contratados.

Isso é confirmado por Bastos (2006, p. 175), em cuja opinião a pressão por

atendimento de novas famílias, assim como a deficiência de infra-estrutura, tem prejudicado a qualidade nos serviços prestados no Pronaf Grupo B, não havendo assistência técnica, mas apenas o atendimento de exigências burocráticas, como a elaboração da proposta, a divulgação de normas e a supervisão do crédito, por amostragem.

Apoio à comercialização

As condições de comercialização das atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B no município precisam melhorar bastante, como sugere o secretário de Agricultura, ressaltando que a ovinocaprinocultura tem se restringido à criação e manejo, sendo os agricultores bastante influenciados por sua cultura, o que dificulta a adoção de novos conhecimentos.

Eles [agricultores] têm que melhorar muito [em relação à comercialização], não há como comercializar na situação que nós estamos. O comércio se dá de forma informal entre os próprios produtores, como é culturalmente (...). A comercialização de forma profissional ainda não se dá na ovinocaprina (Pesquisa de Campo, 2008).

O apoio à comercialização através do Programa de Compra Antecipada com Doação Simultânea, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), encontra-se em fase inicial no município, contando com a participação de três associações. Trata-se da compra dos produtos desenvolvidos pelos agricultores familiares destinados à merenda escolar. A produção da carne de ovino caprino tem sido comercializada e entregue para a merenda escolar através desse projeto. A cada ano a prefeitura promove uma feira para a comercialização da produção.

Capacitação para o desenvolvimento das atividades

A capacitação dos agricultores é vista como algo a ser incentivado, perseguido, melhorado, intensificado, apesar das iniciativas no sentido de trazer novas experiências e técnicas.

A resistência dos agricultores a novas tecnologias foi enfatizada pela Secretaria de Agricultura, ressaltando-se que os agricultores “querem lucro rápido e fácil, e muitas vezes o mercado exige um produto de muita qualidade, que não se consegue com rapidez; precisa de experiência, precisa de conhecimento” (Pesquisa de Campo, 2008).

Como a modalidade *Agroamigo* ainda não foi implantada em Irauçuba, não há parâmetros para se analisar se as deficiências de assistência técnica, comercialização e capacitação, acima enfocadas, seriam, de fato, supridas. Indaga-se, no entanto, se o BNB teria condições de garantir o apoio necessário às diversas carências dos agricultores para o desenvolvimento das atividades financiadas, e não apenas àquelas mais estreitamente relacionadas ao retorno dos investimentos.

5.1.3 O Pronaf Grupo B e o Programa Fome Zero-Bolsa Família

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Irauçuba é a instância de controle local do programa Bolsa Família, e já existia antes do lançamento do referido programa. O CMAS também é responsável pelo controle social da política de assistência social. Segundo a sua presidente, a Prefeitura, através da Secretaria de Inclusão Social, garante todo o apoio necessário para a realização das atividades do conselho. Esse apoio compreende principalmente a cessão de um local para a execução dos trabalhos, além de recursos humanos, equipamentos e material de escritório. O CMAS possui dezesseis membros, sendo quatro representantes das instâncias governamentais (secretarias municipais de saúde, educação, agricultura e inclusão social) e respectivos suplentes; e quatro representantes de organizações não-governamentais (quatro associações locais) e respectivos suplentes.

Analisando a importância do Bolsa Família para os agricultores familiares, a presidente do CMAS ressalta a carência da população do meio rural, dada a vulnerabilidade dos agricultores, devido à aridez de suas terras. Desse modo, ressalta que o Bolsa Família veio contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias, apesar de ainda “não estar no patamar desejável” No campo educacional, o Bolsa Família contribuiu para minimizar a evasão escolar. Já no tocante à segurança alimentar, o que melhorou foi “o fato de ter a comida na panela, mas em relação à qualidade...” ainda deixa a desejar. Afirma, ainda, que o programa ajuda no combate à pobreza, já que antes essas famílias não tinham o que comer. Trata-se de uma renda a mais que é complementada com a agricultura, para a subsistência das famílias (Pesquisa de Campo, 2008).

Para as quatro famílias que fizeram parte tanto da pesquisa de Linha de Base como deste estudo, o Programa Fome Zero-Bolsa Família tem um significado muito especial

em seu dia-a-dia. Assim, o agricultor C observa:

Quem passa necessidade sabe o significado que tem o Bolsa Família. Para quem tem realmente [necessidade] como a gente que compra todo [o valor] de alimentação, a gente sabe a importância do Bolsa Família. Eu acho que as pessoas que dizem que o Bolsa Família é uma coisa política, é um não sei o quê, é porque não passam necessidade, não tão (sic) nesses lugarzinhos onde eu moro, não tão (sic) lá na casinha de taipa, sabendo realmente a realidade do dia-a-dia dessas pessoas. É tudo [na minha vida]!. Sou muito fã do governo Lula e graças a Deus ele continuou esse programa... Representa bastante para as famílias. É um programa que nunca deve acabar porque eu acredito que quantas famílias estão sobrevivendo só pelo Bolsa Família! (Pesquisa de Campo, 2008).

Apesar do largo reconhecimento do significado do Programa Fome Zero-Bolsa Família para as famílias em geral, praticamente não há apoio às atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias. Nenhuma ação do Programa Fome Zero-Bolsa Família foi registrada no sentido de contribuir para a produção desenvolvida pelos agricultores, limitando-se apenas ao dinheiro recebido pelas famílias.

O Programa Bolsa Família ajudou bastante no dia-a-dia porque tem criança, a dificuldade é grande para comprar até um remédio, tendo chegado em boa hora. Acho que todo mundo que recebe esse dinheiro do Governo Federal deve estar agradecendo muito a Deus por isso. A gente não tem esse acompanhamento [apoio às atividades produtivas]. Não chegou pessoa alguma em nossa casa sobre esse respeito (Agricultor B, Pesquisa de Campo, 2008).

A ausência de apoio do Programa Fome Zero-Bolsa Família também se estende em relação à assistência técnica, já que as quatro famílias informaram não haverem recebido nenhuma visita da equipe do referido programa, assim como nenhuma capacitação técnica.

A contribuição do Programa Fome Zero-Bolsa Família aos agricultores em relação à educação formal restringiu-se à exigência de que as crianças frequentem a escola. Observa-se em boa parcela dos agricultores o receio de perder o benefício caso as crianças não frequentem a escola. Houve registro de que essa exigência não deveria ser objetivo do Programa Fome Zero-Bolsa Família. Dois entrevistados nada mencionaram a respeito.

Observa-se a inexistência de ações relacionadas à saúde, provocadas pelo Programa Fome Zero-Bolsa Família. As poucas ações ressaltadas, a exemplo da conscientização sobre a saúde bucal, são específicas da Secretaria de Saúde do município, não tendo nenhuma relação com o Programa Fome Zero-Bolsa Família. Além disso, duas famílias sequer relataram algo nesse sentido.

Entende-se que o público do Bolsa Família e do Pronaf Grupo B se confundem, formando um só público-alvo; entretanto, os dois programas atuam isoladamente. É possível que ações dirigidas pelo Bolsa Família aos agricultores familiares apoiados pelo Pronaf Grupo B sejam uma realidade; entretanto, essas ações não são planejadas, são apenas coincidências pelo fato de o público-alvo ser o mesmo nos dois programas.

Integração das ações dos dois programas

Apesar da unanimidade em relação à grande contribuição do Bolsa Família para as famílias pobres do município, referido programa implementa ações bem específicas, não se integrando às ações do Pronaf Grupo B, e vice-versa. “Não há uma sistematização de ações integradoras entre os dois programas”, observa a presidente do CMAS (Pesquisa de Campo, 2008). Ademais, a Ematerce, o BNB e o CMAS observaram que os dois programas possuem o mesmo público-alvo.

Questionou-se a lógica do Bolsa-Família, pelo fato de o programa não ser voltado para a produção, para o atendimento das necessidades produtivas dos agricultores. Quanto ao Pronaf, o gerente do BNB ressaltou a distância que há entre seus grupos, tratando diferentemente famílias semelhantes.

... Quem é que pode acessar o Pronaf A? É uma família de agricultores que vive da agricultura e que não tem terra e que ganha terra do governo. Quem é que pode acessar o Pronaf C? Uma família dos agricultores, às vezes que não tem terra, mas que é posseiro ou arrendatário e tal e que pode acessar o Pronaf C, mas a vida daquelas pessoas é absolutamente igual. Só que o Pronaf A tem um crédito de dezoito mil reais, bônus de 45%, dezoito anos para pagar, juros de 1% e o Pronaf C é um bônus de 700 reais, só oito anos para pagar, tem que ter receita pra poder ter enquadramento. É tratando dois núcleo familiar (sic) que vive na zona rural, cada um tem sua bicicleta ou sua moto, a vida é absolutamente igual, tratada, tratando de forma extremamente diferenciada. (...) (Pesquisa de Campo, 2008).

Em relação ao Pronaf Grupo B, o gerente ainda observa que:

(...) da lógica do Pronaf é... o mais pobre é o Pronaf B; então seria exatamente ele que teria que ser mais subsidiado e não o Pronaf A, que recebe a propriedade pronta, estruturada do ponto de vista, às vezes, até de saneamento, estruturada do ponto de vista hídrico, porque cada casa tem cisterna; a propriedade precisa, na época da compra, ter açude; se não tiver o governo constrói; estruturado do ponto de vista de estrada, porque o governo faz a estrada. Extremamente subsidiado. O Pronaf B [os agricultores enquadrados no Pronaf B] que não tem nada, que vive abaixo da miséria, porque se você considerar que uma família do Pronaf B ganha quatro mil reais, quer dizer, vive abaixo da miséria (Pesquisa de Campo, 2008).

A Secretaria de Agricultura ressaltou que não há nenhum cruzamento entre os beneficiários do Bolsa-Família e os agricultores financiados no Pronaf Grupo B, não havendo integração dos dois programas. “(...) não há cruzamento de dados e não há integração entre os agentes que tocam os dois projetos, não há a menor interação e isso realmente deve ser visto” (Pesquisa de Campo, 2008). Essa constatação também foi evidenciada pela Ematerce e pelo STR.

Nível de interação das instituições envolvidas nos programas

Apesar de concordarem que o público-alvo do Pronaf Grupo B também é público-alvo do Bolsa Família, as instituições afirmaram inexistir interação dos dois programas.

O gerente do BNB em Sobral afirmou, inclusive, desconhecer o gestor responsável pelo Bolsa Família local. O técnico da Ematerce resalta que nunca foi procurado pela equipe do Bolsa Família para discutir questões relacionadas aos programas em referência.

A interseção das famílias atendidas pelo Bolsa Família e pelo Pronaf Grupo B é um fato apontado pela Secretaria de Agricultura, ainda que não haja um planejamento conjunto das ações pelos coordenadores dos programas. O secretário observa que “teria que haver um trabalho intersetorial entre as secretarias, eu acho que isso é possível e muito importante” (Pesquisa de Campo, 2008).

Ações do Bolsa Família dirigidas aos agricultores familiares

Confirmando a ausência de interação das equipes envolvidas com o Pronaf Grupo B e o Bolsa Família, não são implementadas ações de capacitação e assistência técnica pelo Bolsa Família aos agricultores familiares financiados pelo Pronaf Grupo B. A única ação do Bolsa Família dirigida a esses agricultores diz respeito ao programa Compra Antecipada, da Conab, mesmo assim, ainda muito incipiente no município.

Na opinião do gerente do BNB, isso se deve ao fato de o Bolsa Família não ter vínculo com a produção desenvolvida por seu público-alvo; a condicionante do Bolsa Família é que os filhos dos beneficiários estejam na escola.

Um fato interessante chama a atenção do gerente do BNB em relação ao Pronaf Grupo B, sobre uma família que vive no meio rural, trabalha na “roça” durante todo o dia e à noite a esposa é professora na mesma zona rural:

(...) à noite a mulher é professora, vai dar uma aulazinha num colégio, o marido tá excluído do Pronaf B, quer dizer, era, era... O fato é como se dissesse: não, para ter o Pronaf B, você tem ser, é, é... A atividade, por exemplo, exercida por uma professora, na zona rural, deveria ser uma atividade, nesse caso específico, de contribuição ao desenvolvimento rural, é uma... Infelizmente é uma atividade que faz punitiva para o casal. Taí, você foi estudar, você foi [ser] professora, pois você não vai ter direito, acesso a crédito (Pesquisa de Campo, 2008).

A Secretaria de Agricultura admite que até existem ações do Bolsa Família dirigidas aos agricultores familiares; entretanto, isso não se deve ao fato de estes participarem do Pronaf Grupo B, mas por uma mera coincidência de público. Entretanto, essas ações são mais relacionadas às questões sociais da própria família, como moradia, saúde, higiene, mas não em relação ao apoio à produção rural.

O secretário acredita que:

realmente, um programa vai complementar o outro, porque quando se vai trabalhar investimento de recurso não se trabalha só recurso; tem que trabalhar o ambiente da família, né?!, o social. É aí onde entraria essa questão do Bolsa Família que é trabalhar essa questão social, porque são famílias de risco, geralmente são famílias desestruturadas e realmente precisariam de acompanhamento (Pesquisa de Campo, 2008).

A complementaridade intencional das ações do Pronaf Grupo B com as do Bolsa Família seria por demais relevante. Os recursos seriam otimizados à medida que fossem direcionados para o apoio à comercialização, à capacitação e à assistência técnica às atividades produtivas e às necessidades básicas das famílias, possibilitando assistir a população pobre em seu conjunto de necessidades, reunindo condições para possibilitar uma vida mais digna a essas famílias.

5.2 Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares

Conforme já citado, devido aos baixos valores financiados pelo Pronaf Grupo B, adotou-se como requisito de seleção um número mínimo de financiamentos contratados pelo grupo familiar, selecionando-se apenas aqueles que haviam contraído pelo menos três financiamentos no programa, com vistas a melhor captar os seus efeitos.

Foram entrevistados 44 agricultores, cujas idades concentraram-se entre 25 e 54

anos (79,5%). O agricultor mais novo tem 25 anos de idade, enquanto o mais velho tem 77. A faixa de idade de 35 a 44 anos teve o maior número de agricultores (34,1%). No que tange ao gênero, observou-se uma relação bem equânime, tendo o gênero feminino representado 52% do total. Mais de 50% dos agricultores são casados, 32% informaram conviver maritalmente, enquanto apenas 7% se declararam solteiros.

Quanto ao nível de escolaridade, um percentual considerado elevado (9,1%) não tem instrução e 6,8% são apenas alfabetizados. Cerca de 40% apenas iniciaram ou chegaram a concluir o ensino fundamental I. Desse modo, considerando-se os que não possuem instrução, os que são alfabetizados e os que chegaram a iniciar ou concluir o ensino fundamental I, somam-se 54,5% dos agricultores, índice inferior aos 86% registrados na Linha de Base. Observa-se, assim, que o nível de escolaridade melhorou, embora essa situação ainda sinalize o baixo índice de escolaridade no meio rural. Apenas seis pessoas concluíram o ensino médio, enquanto duas pessoas chegaram a iniciar o curso superior (Tabela 13).

Tabela 13 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Entrevistados por Nível de Escolaridade

Nível	Frequência	%	% Acumulado
Sem instrução	4	9,1	9,1
Alfabetizado	3	6,8	15,9
Ensino Fundamental I (1ª à 4ª série) Incompleto	10	22,7	38,6
Ensino Fundamental I (1ª à 4ª série) Completo	7	16,0	54,5
Ensino Fundamental II (5ª à 8ª série) Incompleto	6	13,6	68,2
Ensino Fundamental II (5ª à 8ª série) Completo	6	13,6	81,8
Ensino Médio Completo	6	13,6	95,4
Superior Incompleto	2	4,6	100,0
Total	44	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

No geral, os agricultores possuem os documentos que os identificam, tais como carteira de identidade, título de eleitor, CPF e carteira profissional, assim como certidão de nascimento dos filhos. Em média, 4,4 pessoas residem nos domicílios dos agricultores, incluindo os próprios entrevistados, sendo que os grupos familiares são compostos por cônjuges, filhos e, em alguns casos, os netos, os pais, irmãos e outros agregados.

As condições de moradia dos agricultores são consideradas satisfatórias, já que 73% possuem casa própria, 7% pagam aluguel e 20% ocupam casas cedidas, sem despesa de aluguel. As casas são de alvenaria, em 93% dos casos, havendo apenas duas de taipa e uma de madeira. Na Linha de Base, verificou-se que as casas de alvenaria, na área urbana, chegaram a representar apenas 46%, enquanto na área rural alcançaram 75%. Isso indica melhoria na atual

condição de moradia dos agricultores. As residências possuem, em média, 6,6 cômodos. Apesar de apenas três pessoas haverem informado dispor de somente três cômodos nas casas em que vivem, 32 delas (73%) usam entre um e dois cômodos como dormitórios, cuja média fica em 2,1.

A energia elétrica é a fonte de energia mais utilizada pelos agricultores, atingindo 98% deles. A Linha de Base registrou 30% dos agricultores da área rural sem dispor desse tipo de energia, enquanto todos os da área urbana se utilizavam dessa modalidade. Esses resultados evidenciam a melhora ocorrida nesse quesito para os agricultores familiares, principalmente porque, apesar de o presente estudo não fazer a divisão entre os residentes nas áreas rurais e os das áreas urbanas, a maior parte dos agricultores reside na área rural. Não se pode afirmar, no entanto, a que se deve essa melhoria, uma vez que outros programas governamentais concorrem nesse quesito.

Quanto ao abastecimento de água, apenas 57% dispõem de água da rede pública, sendo que em 21% dos casos, o fornecimento se dá via torneira externa ou por meio de chafariz. A Linha de Base registrou que 90% dos residentes na cidade e apenas 35% dos que moram no meio rural tinham acesso a esse serviço. Esse é outro indicador considerado positivo nas condições de vida dos agricultores, embora essa necessidade básica ainda não seja atendida em sua plenitude, ao que traz vulnerabilidade à saúde das famílias. Aqui, mais uma vez, verifica-se uma melhoria que não pode ser atribuída exclusivamente ao Pronaf Grupo B.

Ademais, Irauçuba é uma cidade com elevado índice de desertificação, com uma área desertificada correspondente a 1.451 km², segundo o portal eletrônico ambientebrasil (2001?). A instabilidade da quadra invernos, assim como as características do seu solo, são problemas para os agricultores não só em relação ao desenvolvimento de suas atividades, como em relação à sua própria segurança, no que tange ao tratamento de água para consumo humano. A utilização de cisternas de placa construídas próximo às casas e o fornecimento de água através por meio de caminhão-pipa, nos momentos mais críticos, são cenas rotineiras, repetindo-se a cada ano.

Assim, 75% dos agricultores utilizam água proveniente de cisternas de placa, enquanto 60% deles ainda usam água de caminhão-pipa. Uma elevada proporção das famílias (39%) não utiliza qualquer tratamento na água consumida. Além disso, para 36% dos agricultores, a água é apenas filtrada. Essas constatações evidenciam a vulnerabilidade a que vivem sujeitas essas famílias em relação à saúde, principalmente porque se verificou a existência de crianças em 70% das residências entrevistadas.

Outra situação grave refere-se ao saneamento básico no meio rural. Apenas 9% das residências dispõem desse tipo de infra-estrutura ofertado pelo poder público. O índice apresentado na Linha de Base não passou de 4% na zona rural e 12% na área urbana. A maioria das famílias (71%) usam fossa, enquanto 21% despejam a água servida em esgoto “a céu aberto”. Com relação ao tratamento dado ao lixo, a coleta da prefeitura ocorre em apenas 41% dos casos. Cerca de 60% dos agricultores enterram ou queimam o lixo próximo às residências, e em 11% dos casos, o lixo é abandonado em terrenos baldios da vizinhança. (atenção, Jânia, deu mais de 110%)

Em sua grande maioria, as casas possuem fogão a gás butano (93%) e refrigerador (86%). Nos últimos três anos os agricultores adquiriram diversos bens, como, por exemplo, televisão (20), telefone móvel (19), Dvd-player (15), motocicleta (10) e cd-player (9). Refrigerador, fogão, antena parabólica e bicicleta foram outros bens adquiridos. Apenas oito pessoas declararam não haver adquirido nenhum bem nos últimos três anos.

Todos os filhos dos agricultores dispõem de oferta de vaga em escola. Somente em dois casos (4,5%) isso não acontece, sendo que em um deles, a filha é deficiente auditiva, não existindo escola adequada para atendê-la, enquanto no outro caso, os filhos já eram adultos, inexistindo escolas para essa faixa etária. Na Linha de Base, apenas 3% dos agricultores residentes na área rural informaram que seus filhos não tinham acesso à escola, enquanto na área urbana a educação foi assegurada a todos..

A quantidade de alimentos disponível durante o ano nos domicílios das famílias foi considerada insuficiente por 77% dos agricultores entrevistados. Os motivos apresentados relacionavam-se à indisponibilidade de recursos financeiros para a compra de alimentos.

Verificou-se que todos os entrevistados realizam diariamente as duas principais refeições (almoço e jantar), enquanto somente um deles não toma o café da manhã todos os dias e treze não fazem o lanche.

Os agricultores e suas famílias, de alguma forma, têm acesso à assistência médica e hospitalar. Desse modo, quando adoecem, para 73% deles, há o atendimento em hospital público. O atendimento em posto de saúde é utilizado por 50% das famílias, enquanto o agente de saúde é a única opção em 30% dos casos. A farmácia também é utilizada pelas famílias, entretanto em baixíssima proporção (2%).

Indagados sobre a maneira como o governo poderia auxiliar para melhorar as condições de vida dos agricultores e de suas famílias, a promoção de geração de empregos foi predominante entre as respostas (80%). Oferta de crédito bancário (36%), construção de infra-estrutura básica (25%) e implementação de programas sociais (14%) também foram citados.

A desburocratização do crédito foi citada por apenas uma pessoa (2%).

As fotos a seguir mostram as condições em que viviam as quatro famílias entrevistadas na Linha de Base, em 2003, e como vivem atualmente. Aparentemente, não se verificaram grandes mudanças em relação à situação de quase cinco anos atrás, à exceção do agricultor B, cuja mudança positiva é visível. Para esse agricultor, o fato novo em relação aos outros três é que hoje é presidente de uma associação de produtores na área rural em que mora e adota práticas agrícolas de recuperação do solo, desempenhando importante papel na sensibilização dos demais agricultores. A atividade de artesanato, contemplada nos três financiamentos realizados pelo agricultor, tem rendido bons resultados, conforme se verifica nos itens sobre a produção e renda das famílias, descritos no presente capítulo.



Figura 18 – Linha de Base – Agricultor A em 18/08/2003

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)



Figura 19 – Agricultor A em 03/04/2008

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)



Figura 20 – Linha de Base – Agricultor B em 26/08/2003

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)



Figura 21 – Agricultor B em 07/04/2008

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)



Figura 22 – Linha de Base – Agricultora C em 26/08/2003

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)



Figura 23 – Agricultora C em 04/04/2008

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)



Figura 24 – Linha de Base – Agricultora D em 22/08/2003

Fonte: Pesquisa de Campo (2005)



Figura 25 – Agricultora D em 08/04/2008

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

5.3 A Produção Desenvolvida

Em Irauçuba, os recursos do Pronaf Grupo B foram direcionados, principalmente, para a ovinocaprinocultura e o artesanato. Cerca de 80% dos projetos foram focados nessas duas atividades, no primeiro, no segundo e no terceiro financiamento (Tabela 14). Observe-se que a vocação produtiva do município concentra-se exatamente nessas duas atividades, conforme já citado pelas instituições que operacionalizam o programa. É importante ressaltar a coerência entre o planejamento dessas instituições no tocante às atividades incentivadas ao financiamento pelo Pronaf Grupo B e o que, de fato, está sendo financiado no município.

Tabela 14 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) das Principais Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B nos Três Momentos

Financiamento \ Atividade	Primeiro		Segundo		Terceiro	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Ovinocaprinocultura	20	45,5	22	50,0	22	50,0
Artesanato	16	36,4	14	31,8	13	29,5
Avicultura	5	11,4	3	6,8	3	6,8
Suinocultura	2	4,5	4	9,1	3	6,8
Bovinocultura	0	0,0	0	0,0	2	4,5
Cotonicultura	1	2,3	0	0,0	0	0,0
Total	44	100,0	43	97,7	43	97,7

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Nota 1: O segundo e o terceiro financiamento totalizam 43 agricultores porque um deles informou haver contraído financiamento apenas no primeiro momento, apesar de os registros do BNB apontarem para a contratação dos três financiamentos.

A avicultura também teve importante participação no primeiro financiamento, reduzindo-se, porém, seu desempenho no segundo e no terceiro. A suinocultura teve participação equilibrada nos três financiamentos. Já em relação à bovinocultura e à cotonicultura, os financiamentos foram pontuais (Figura 26).

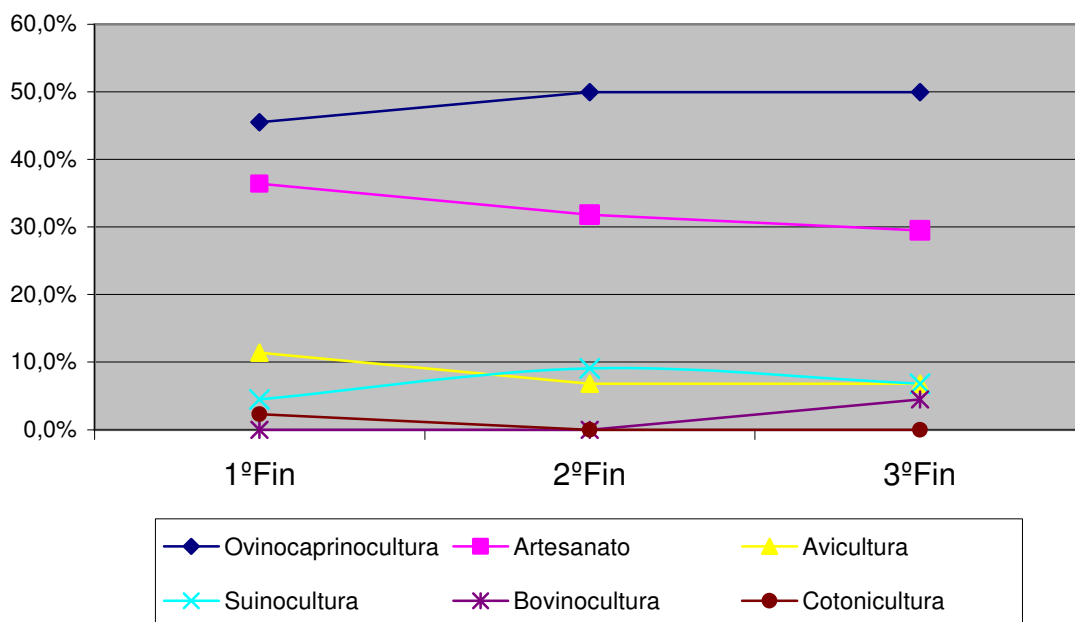


Figura 26 – Distribuição Proporcional (%) das Principais Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B nos Três Momentos
 Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

É importante ressaltar que 32 agricultores, representando 72,7% da amostra, destinaram suas propostas de crédito à mesma atividade, nos três financiamentos realizados. Ou seja, dezesseis agricultores, totalizando 50,0%, tiveram seus projetos direcionados para ovinocaprinocultura nos três financiamentos, enquanto no artesanato foram treze agricultores (40,6%); na avicultura dois agricultores (6,3%) se mantiveram na mesma atividade, enquanto um agricultor (3,1%) continuou a investir na suinocultura.

Isso sinaliza que o programa pode, sim, contribuir para o fortalecimento de atividades específicas desenvolvidas pelas famílias agricultoras, sendo um instrumento de estímulo à vocação produtiva dos agricultores, do município ou de uma região.

Os agricultores percebem mudanças nas suas condições de vida antes de serem contemplados com o primeiro financiamento do Pronaf Grupo B e depois do terceiro financiamento. Essas mudanças são percebidas por eles como melhoria de suas condições de vida atuais, além da oportunidade de se iniciar em uma atividade, passando a ter uma profissão, e da reserva de poupança que representam os animais adquiridos através do financiamento. Apenas 11% informaram não ter percebido mudança em suas condições de vida.

Tabela 15 – Percepção de Mudanças nas Condições de Vida Antes do 1º e Depois do 3º Financiamento do Pronaf Grupo B

O Sr.(a) percebe mudanças nas suas condições de vida antes de ser contemplado com o primeiro financiamento do Pronaf Grupo B e após o terceiro financiamento?	Frequência	%
Sim	39	88,6
Não	5	11,4
Total	44	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Mais de 60% dos agricultores já trabalhavam com as atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B. Para quase 40% dessas famílias, o Pronaf Grupo B propiciou o desenvolvimento de uma nova atividade, já que eles não trabalhavam nas atividades que passaram a ser financiadas pelo programa. Essa constatação é positiva para o programa, sendo um motivador para o desenvolvimento de outras atividades pelas famílias agricultoras.

Ademais, 84% dos agricultores declararam continuar desenvolvendo as atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, sendo que 43% deles as têm como principais, enquanto os demais 41% as têm como secundárias. Por sua vez, 16% dos agricultores declararam não mais desenvolver as atividades financiadas pelo programa (Figura 27).

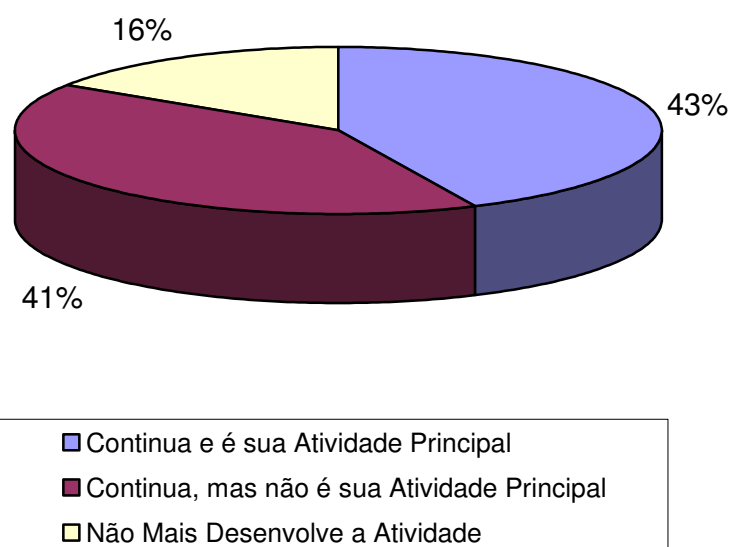


Figura 27 – Distribuição Proporcional (%) dos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B por Situação de Envolvimento com as Atividades Financiadas

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Considerando as mesmas atividades que receberam recursos do Pronaf Grupo B no primeiro e no terceiro financiamento, chegou-se à produção e à produtividade atingidas nos momentos anterior e atual (Figuras 28 e 29).

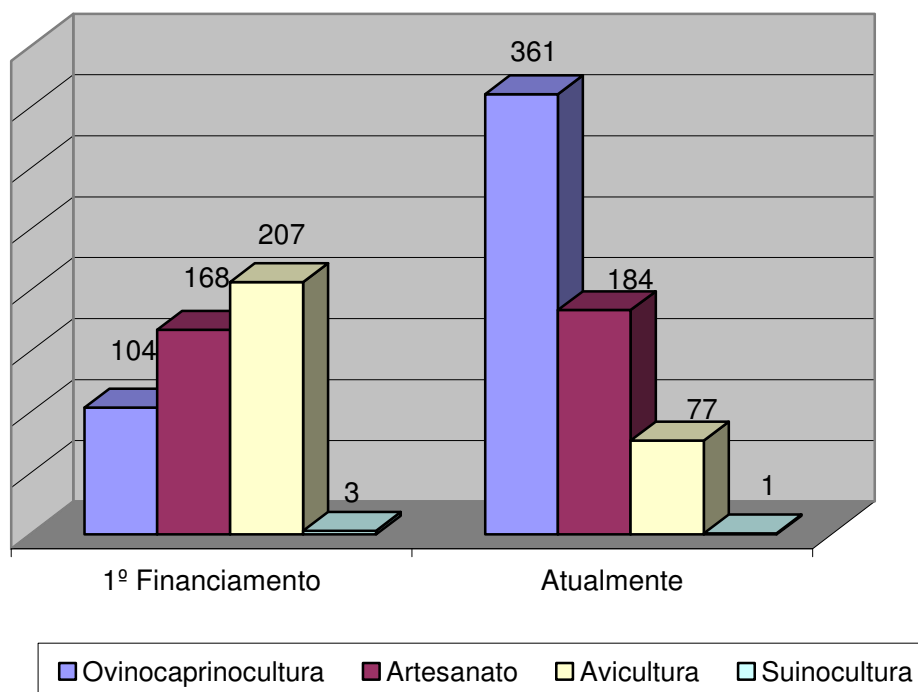


Figura 28 – Distribuição Comparativa das Quantidades Produzidas pelos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B, por Atividade, em Dois Momentos

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Nota: A medida da produção na ovinocaprinocultura, na avicultura e na suinocultura é a quantidade de animais. Para o artesanato, considerou-se a quantidade de peças produzidas (redes, toalhas, panos de bandeja e colchas).

Confrontando-se a produção das atividades financiadas no primeiro financiamento com as do momento atual, verifica-se incremento da produção na ovinocaprinocultura e no artesanato, enquanto a avicultura e a suinocultura sofreram redução nas quantidades produzidas. A ovinocaprinocultura, assim como o artesanato são atividades tradicionais em Irauçuba. O elevado incremento na produção da ovinocaprinocultura parece estar relacionado a uma maior estabilidade no desenvolvimento da atividade, diferente do artesanato, que se mostrou uma atividade cuja produção é mais instável. Ademais, os animais se configuram também em uma poupança para as famílias.

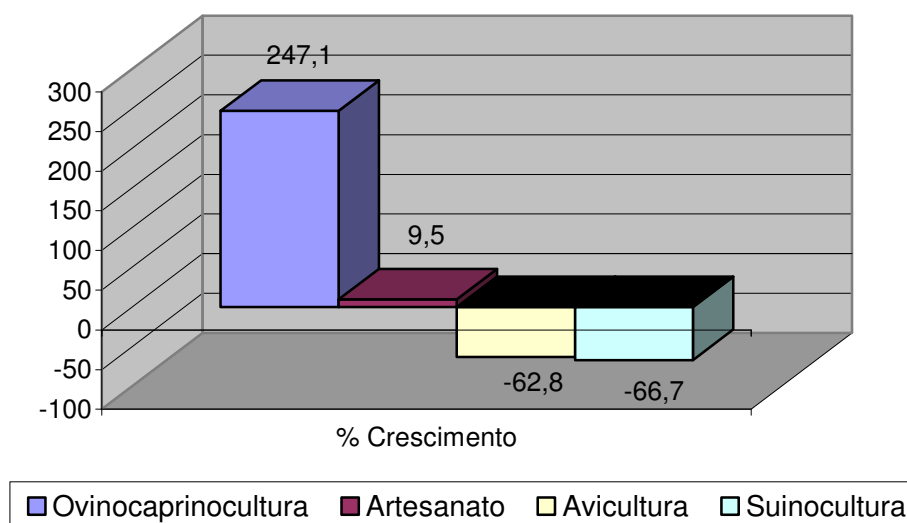


Figura 29 – Evolução Proporcional (%) das Atividades dos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B em Dois Momentos

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Nota: A medida da produção na ovinocaprinocultura, na avicultura e suinocultura é a quantidade de animais. Para o artesanato, considerou-se a quantidade de peças produzidas (redes, toalhas, panos de bandeja e colchas).

Para essas mesmas atividades, apresentam-se as quantidades de pessoas ocupadas nos dois momentos, bem como a variação dessas ocupações (Figuras 30 e 31). Assim, observa-se que a quantidade de pessoas ocupadas reduziu-se no artesanato, manteve-se inalterada na ovinocaprinocultura e na suinocultura e elevou-se na avicultura. Mais uma vez,

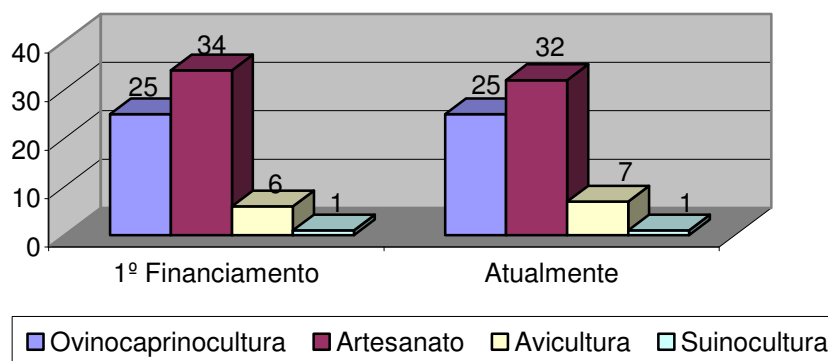


Figura 30 – Distribuição Comparativa das Quantidades de Pessoas Ocupadas nas Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B, por Atividade, em Dois Momentos

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

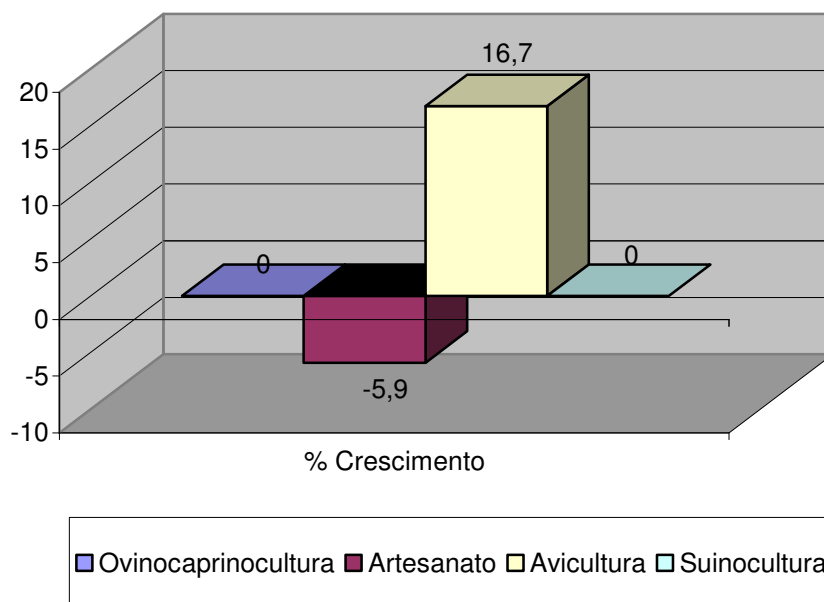


Figura 31 – Evolução Proporcional (%) das Quantidades de Pessoas Ocupadas nas Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B em Dois Momentos
Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Descrevem-se, a seguir, as quantidades produzidas e as quantidades de pessoas ocupadas nas atividades de ovinocaprinocultura, artesanato, avicultura e suinocultura que receberam recursos no primeiro e no terceiro financiamento. A bovinocultura não foi considerada, uma vez que obteve recursos apenas no terceiro financiamento. A cotonicultura foi financiada apenas no primeiro momento, encontrando-se paralisada.

Vinte agricultores familiares receberam financiamento para a ovinocaprinocultura, verificando-se, no entanto, que em sete casos, essa atividade encontrava-se paralisada, correspondendo a 35% dos agricultores que receberam financiamento para desenvolver a atividade. Esse percentual é considerado elevado.

A produção atual da ovinocaprinocultura elevou-se para todos os agricultores ativos, tendo totalizado 361 cabeças, ou seja, bem mais que o triplo das 104 registradas no primeiro financiamento, resultando em incremento de 247%, com média de oito cabeças no primeiro momento e 27,7 no momento atual. Esse incremento foi fortemente influenciado pela produção de um dos agricultores, cuja produção saiu de 10 para 150 cabeças. Excluindo-se esse agricultor, tem-se incremento de 124,5% na produção atual, confirmando o resultado positivo no financiamento da atividade (Tabela 16).

Tabela 16 – Distribuição Quantitativa da Produção e das Pessoas Ocupadas na Ovinocaprinocultura em Dois Momentos

Atividade / Frequência	Produção Desenvolvida no Primeiro Financiamento		Produção Desenvolvida Atualmente		
	Frequência	Qtde. Produzida (cabeças)	Qtde. Pessoas Ocupadas	Qtde. Produzida (cabeças)	Qtde. Pessoas Ocupadas
Ovinocaprinocultura	1	10	2	15	2
	1	5	2	6	2
	1	3	1	8	1
	1	10	1	15	1
	1	5	1	30	1
	1	3	1	9	1
	1	10	3	18	3
	1	5	3	30	3
	1	5	2	5	2
	1	10	3	150	3
	1	10	1	5	1
	1	18	2	45	2
	1	10	3	25	3
Total	13	104	25	361	25

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Calculada mediante divisão da quantidade de cabeças produzidas pela quantidade de pessoas ocupadas, a produtividade da ovinocaprinocultura alcançou 4,16 no primeiro financiamento, elevando-se para 14,4 na produção atual. Verifica-se, desse modo, um incremento de 246% na produtividade. Mesmo desconsiderando-se a família que produziu 150 cabeças no terceiro financiamento, a produtividade alcança 9,5, confirmando o bom desempenho obtido.

O artesanato recebeu financiamentos dirigidos a dezesseis agricultores, seis dos quais, ou seja, mais de um terço, encontravam-se com a atividade paralisada, apresentando resultado de paralisação semelhante ao da ovinocaprinocultura. O número de paralisação das duas atividades totalizou 29,5% do conjunto das atividades do primeiro financiamento.

A produção recente do artesanato elevou-se apenas para cinco dos agricultores ativos, e decaiu para os outros cinco, evidenciando certa instabilidade da produção nessa atividade. Apesar disso, totalizou 184 peças, o que supera as 168 produzidas no primeiro financiamento, resultando em incremento de 9,5%, saindo de uma média de 16,8 peças, para 18,4 peças (Tabela 17).

Tabela 17 – Distribuição Quantitativa da Produção e das Pessoas Ocupadas no Artesanato em Dois Momentos

Atividade / Freqüência		Produção Desenvolvida no Primeiro Financiamento		Produção Desenvolvida Atualmente	
	Freqüência	Qtde. produzida (Peças ¹)	Qtde. Pessoas Ocupadas	Qtde. Produzida (Peças ¹)	Qtde. Pessoas Ocupadas
Artesanato	1	8	1	2	1
	1	5	2	13	1
	1	8	4	6	4
	1	13	8	19	8
	1	3	2	12	5
	1	32	3	11	3
	1	20	2	50	2
	1	15	1	8	1
	1	14	6	50	6
	1	50	5	13	1
Total	10	168	34	184	32

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

¹ As peças produzidas, em sua maioria, eram colchas e toalhas bordadas, redes e panos de copa.

A produtividade do artesanato foi obtida mediante divisão da quantidade de peças produzidas pela quantidade de pessoas ocupadas, obtendo-se 4,9 no primeiro financiamento e 5,75 no momento atual, com incremento de 17,3% na produtividade. Observa-se, assim, uma baixa produtividade ao longo do período analisado.

Apenas cinco agricultores dirigiram o primeiro financiamento do Pronaf Grupo B para a avicultura, encontrando-se todos eles em atividade atualmente, não se verificando, portanto, nenhuma paralisação. Trata-se de atividade bastante comum na produção desenvolvida pelos agricultores, mas que participou com poucos financiamentos tanto no primeiro momento, como no segundo e no terceiro, totalizando cinco, três e três projetos, respectivamente (Tabela 18).

Tabela 18 – Distribuição Quantitativa da Produção e das Pessoas Ocupadas na Avicultura em Dois Momentos

Atividade / Freqüência		Produção Desenvolvida no Primeiro Financiamento		Produção Desenvolvida Atualmente	
	Freqüência	Qtde. Produzida (cabeças)	Qtde. Pessoas Ocupadas	Qtde. Produzida (cabeças)	Qtde. Pessoas Ocupadas
Avicultura	1	30	1	20	1
	1	90	1	15	1
	1	50	1	7	1
	1	17	2	20	2
	1	20	1	15	2
Total	5	207	6	77	7

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

A produção atual da avicultura elevou-se em apenas um caso, tendo decrescido em todos os demais. Desse modo, a produção recente totalizou 77 aves, correspondente a um terço das 207 do primeiro financiamento, com decremento de 62,8%. Mesmo retirando-se desse cálculo o agricultor cuja produção saiu de 90 para 15 cabeças, ainda tem-se um decremento de 47% na produção atual. A produtividade da avicultura, obtida dividindo-se a quantidade de aves produzidas pela quantidade de pessoas ocupadas, no primeiro momento alcançou 34,5, reduzindo-se para 11 atualmente, o que representa uma queda de 68,1%.

Quanto à suinocultura, é bastante inexpressiva a quantidade de financiamentos realizados na atividade: apenas dois agricultores, sendo que um deles encontrava-se com a atividade paralisada. A produtividade nesse caso foi baixíssima, não passando de 1 (Tabela 19).

Tabela 19 – Distribuição Quantitativa da Produção e das Pessoas Ocupadas na Suinocultura em Dois Momentos

Atividade / Freqüência		Produção Desenvolvida no Primeiro Financiamento		Produção Desenvolvida Atualmente	
Suinocultura	Freqüência	Qtde. Produzida (cabeças)	Qtde. Pessoas Ocupadas	Qtde. Produzida (cabeças)	Qtde. Pessoas Ocupadas
	1	3	1	1	1
Total	1	3	1	1	1

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Na cotonicultura, apenas um agricultor foi financiado, encontrando-se atualmente com as atividades paralisadas.

Desse modo, observa-se que foram registradas sete paralisações na ovinocaprinoicultura, seis no artesanato, uma na suinocultura e uma na cotonicultura, totalizando 34% de paralisações do conjunto das atividades financiadas no primeiro momento, o que é bastante expressivo.

As principais atividades atualmente desenvolvidas pelos agricultores entrevistados, financiadas e não financiadas pelo programa, estão relacionadas à agricultura (50%), ovinocaprinoicultura (14%), artesanato (14%) e avicultura (5%). Juntas essas atividades representam mais de 80% do total (Tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Entrevistados por Principal Atividade Desenvolvida

Atividade	Frequência	%	% Acumulado
Artesanato	6	13,6	13,6
Ovinocultura	4	9,0	22,6
Carpinocultura	2	4,5	27,1
Agricultura	22	50,0	77,1
Agente de Saúde	1	2,3	79,4
Avicultura	2	4,5	83,9
Comércio	1	2,3	86,2
Piscicultura	1	2,3	88,5
Agropecuária	1	2,3	90,8
Agricultura e Comércio	1	2,3	93,1
Agricultura e dona de casa	1	2,3	95,4
Bovinocultura	1	2,3	97,7
Ovinocultura e Bovinocultura	1	2,3	100,0
Total	44	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Ao considerar toda a produção agropecuária praticada pela família, e não apenas a principal atividade desenvolvida pelo agricultor entrevistado, outras atividades passam a ter um peso importante, além de se constatar que a agricultura, apesar de ser considerada a atividade principal por apenas metade dos agricultores entrevistados, vem sendo praticada por 98% dos grupos familiares, conforme Tabela 21.

O bem mais produzido na agricultura são os grãos (98%), guardando coerência com a produção da Linha de Base, para a qual esse bem participou com 94%, na zona rural e 88% na área urbana. No contexto da pecuária, a avicultura participou com 31%, a ovinocaprinocultura com 21%, a bovinocultura com 12%, e a suinocultura com 10%. A piscicultura, a fruticultura e as hortaliças também foram citadas, apesar de menos expressivas.

Tabela 21 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B, por Tipo de Atividade/Produto Agropecuário Desenvolvido pela Família

Atividade	Frequência	%
Grãos	43	97,7
Fruticultura	2	4,5
Hortaliças	2	4,5
Bovinocultura	12	27,3
Ovinocaprinocultura	21	47,7
Avicultura	31	70,5
Pesca	2	4,5
Suinocultura	10	22,7

Atividade	Frequência	%
Piscicultura	1	2,3

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Quando se considera a produção não-agrícola praticada pelo agricultor e sua família, o artesanato tem uma participação de 34%. Confecções, magistério, assalariado no meio urbano e mercearias são outras atividades desenvolvidas pelas famílias. Cerca de 40% delas não realizam qualquer atividade não-agrícola. Esse percentual é considerado elevado, diante da ambiência favorável para o desenvolvimento desse tipo de atividade, dadas as características geográficas do município, que tornam menos atraente a prática de atividades agrícolas (Tabela 22).

Desse modo, percebe-se que o programa pode ser utilizado no sentido de incentivar atividades não-agrícolas, a exemplo do artesanato, vocação produtiva natural em Irauçuba.

Tabela 22 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B, por Tipo de Atividade/Produto Não-Agrícola Praticado pela Família

Atividade	Frequência	%
Pequena/Média indústria rural	0	0,0
Turismo rural	0	0,0
Confecções	3	6,8
Mineração	0	0,0
Artesanato	15	34,1
Magistério – professor(a)	3	6,8
Caseiro(a)	0	0,0
Construção civil	0	0,0
Empregado(a) doméstico(a)	0	0,0
Assalariado no meio urbano	4	9,1
Bodega/mercearia	3	6,8
Nenhuma	17	38,6

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Verificou-se que não há dificuldade de aquisição dos insumos e matérias-primas necessários ao desenvolvimento das atividades pelos agricultores. Apenas um agricultor (2,3%) informou enfrentar dificuldade, precisando deslocar-se a outras cidades para ter acesso aos insumos necessitados. Na Linha de Base, 80% dos agricultores residentes no meio rural também informaram não enfrentar essa dificuldade; para os residentes na área urbana, o

índice ficou em 46%.

Os três bens mais produzidos na Linha de Base foram milho, produzido por 91,1% dos agricultores, feijão (89,4%) e mandioca (18%). Para mais de 90% dos agricultores, o milho e o feijão destinavam-se tão-somente à subsistência da família, enquanto a mandioca era comercializada em 50% da produção, geralmente vendida a atravessadores (45%), sem maiores dificuldades na comercialização. Outros bens produzidos na Linha de Base foram fava, frango, carneiro, arroz e castanha.

No presente estudo, apurou-se que os bens mais produzidos, em ordem de importância para a subsistência das famílias, são: feijão (95,4%), milho (93,2%), frango (52,3%) e ovinocaprino (45,5%).

O artesanato posiciona-se na quinta colocação, com 29,5%. Outros bens produzidos são importantes para a vida das famílias, ainda que tidos como secundários, a exemplo de suínos, leite, queijos, peixes, bovinos e ovos.

Verifica-se que as famílias agricultoras vêem a produção de feijão e milho como muito importante para sua subsistência, sendo irrelevante se essas atividades são lucrativas ou não. Observou-se, assim, que as duas atividades resultam em prejuízo para os agricultores, com uma média da renda mensal líquida em menos R\$2,85 (feijão) e menos R\$4,10 (milho). Ressalte-se que nesse cálculo consideraram-se os valores destinados aos insumos e a subsistência.

O feijão e o milho são utilizados pelas famílias exclusivamente para subsistência, não sendo comercializado. Cerca de 80% da produção de frangos é destinada ao consumo pela família, sendo o restante comercializado no mercado local, sem maiores dificuldades. Os ovinos e caprinos são utilizados tanto no consumo da família, como para venda, sendo comercializados cerca de 50% da produção no mercado local, com venda direta ao consumidor, não havendo dificuldades de comercialização.

A produção de artesanato é totalmente comercializada, destinando-se mais de 90% ao mercado local, e o restante ao mercado regional e nacional. Verificou-se que cerca de 40% da produção é vendida a atravessadores.

Com relação aos quatro agricultores que fizeram parte da Linha de Base e que também participaram do presente estudo, observa-se que as atividades contempladas no primeiro e no terceiro financiamento são as mesmas. Apenas o agricultor B obteve incremento em sua produção. Esse incremento foi bastante significativo, alcançando 300%. Os outros três continuam a desenvolver as atividades, sendo que os agricultores C e D mantêm uma produção que se considera razoável em relação à produção anterior, apesar de ter sofrido

redução. Já com relação ao agricultor A, fica difícil assegurar que o mesmo se manterá no desenvolvimento da atividade (Tabela 23).

A produtividade elevou-se apenas para o agricultor B, saindo de 1,5 peça de artesanato por mês para 2,4. Para os demais, a produtividade baixou substancialmente.

Tabela 23 – Distribuição Quantitativa da Produção Mensal e das Pessoas Ocupadas nas Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B no Primeiro Financiamento e na Posição Atual, por Agricultor Participante da Pesquisa Linha de Base

Agricultor	Produção Desenvolvida no Primeiro Financiamento			Produção Atual		
	Bens/ Produtos	Qtde. Produzida (Peças/Cabeças)	Pessoas Ocupadas	Bens/ Produtos	Qtde. Produzida (Peças/Cabeças)	Pessoas Ocupadas
A	Suínos	3	1	Suínos	1	1
B	Artesanato (redes)	3	2	Artesanato (redes)	12	5
C	Artesanato (toalhas)	32	3	Artesanato (redes, colchas, toalhas e lençóis)	11	3
D	Artesanato (panos de bandeja e de mão)	15	1	Artesanato (panos de bandeja e de mão)	8	1

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Apesar da redução na produção e na produtividade das atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, o programa viabilizou a ampliação do artesanato e contribuiu para sua diversificação, conforme observa o agricultor C:

Antes eu só trabalhava o artesanato de linho e hoje trabalho com o artesanato de rede também e melhorou bastante para comprar tecido de rede. A gente teve oportunidade para ir vender em feiras e comprar mais [tecidos] para vender em Tianguá. A gente vive da agricultura e do artesanato (Pesquisa de Campo, 2008).

Além disso, inseriu algumas famílias em uma nova atividade (artesanato), antes não realizada, sendo ressaltado pelo agricultor D que “antes eu não produzia artesanato e passei a produzir depois do empréstimo. Tá melhor do que ficar sem fazer nada, a gente ganha um tostãozinho para inteirar, para comprar alguma coisa. Eu faço pano de bandeja e pano de mão [bordado]” (Pesquisa de Campo, 2008).

Todas as atividades financiadas no Pronaf Grupo B e desenvolvidas pelas famílias acima são complementadas por outras atividades agrícolas realizadas pelos agricultores, a

exemplo do plantio de milho e feijão.

5.4 Ocupação no Meio Rural

A condição dos agricultores em relação à propriedade da terra ainda é uma realidade a ser superada. Apenas três agricultores (7%) são proprietários das terras em que trabalham, e 11% as receberam como herança, totalizando 18% de proprietários de terras. Para a grande parte (66%) a terra foi cedida, sem ônus. Outros (16%) arrendaram a terra, e um deles (2%) é parceiro (Figura 32). Resultados um pouco melhores foram obtidos por Bastos (2006, p. 225) em seu estudo com agricultores familiares no Rio Grande do Norte, ao se constatar que os proprietários de terras totalizaram 25% dos beneficiários.

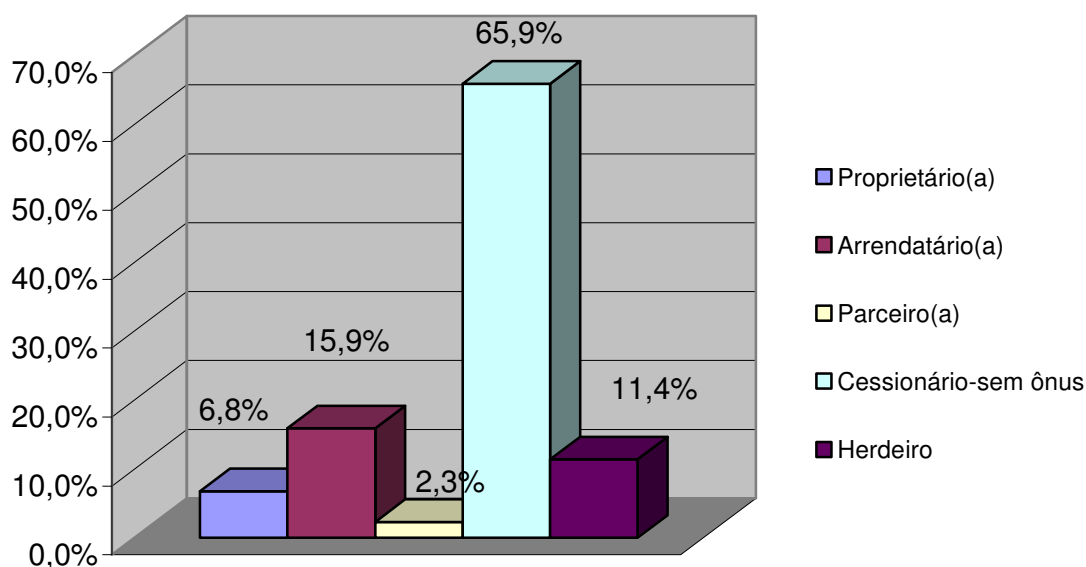


Figura 32 – Distribuição Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Modalidade de Acesso ao Uso da Terra no Desenvolvimento das Atividades
Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

O tamanho exato da terra de que dispõem os agricultores corresponde, para grande parte (59%), a um hectare. Considerando-se os tamanhos 0,5 e 0,8 hectare, tem-se 5% e 2% dos agricultores, respectivamente. Juntos, perfazem 66% dos agricultores que desenvolvem

suas atividades em terras de até um hectare (Tabela 24).

Dos agricultores que dispõem de terra em tamanho maior, destacam-se 14% possuindo dois hectares, 14% com três hectares, 2% com 1,5 hectare, 2% com cinco hectares e 2%, com setenta hectares.

Tabela 24 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Área de Terra Disponível no Desenvolvimento das Atividades

Terra (em ha)	Frequência	%	% Acumulado
0,5	2	4,5	4,5
0,8	1	2,3	6,8
1,0	26	59,1	65,9
1,5	1	2,3	68,2
2,0	6	13,6	81,8
3,0	6	13,6	95,5
5,0	1	2,3	97,7
70,0	1	2,3	100,0
Total	44	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

O tamanho da terra efetivamente utilizada no desenvolvimento das atividades dos agricultores é inferior ao espaço total disponível. Desse modo, apesar de 66% dos agricultores disporem de terra com até um hectare, esse espaço é efetivamente utilizado por 75% deles. Além disso, verifica-se que 25% usam terra com 0,5 hectare e 2%, com 0,8 hectare. Dos treze agricultores que dispõem de 1,5 e 3 hectares de terra, somente seis usam essa faixa de tamanho de terra (Tabelas 24 e 25). Assim, mesmo dispondo de terra em maior tamanho, alguns agricultores usam, efetivamente, um espaço menor no desenvolvimento de suas atividades. É possível que este resultado seja em função da baixa capitalização dos mesmos, privando-os de elevar a produção.

Tabela 25 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Área de Terra Efetivamente Utilizada no Desenvolvimento das Atividades

Terra (em HA)	Frequência	%	% Acumulado
0,5	11	25,0	25,0
0,8	1	2,3	27,3
1,0	21	47,7	75,0
1,5	1	2,3	77,3
2,0	4	9,0	86,3
2,5	1	2,3	88,6
3,0	4	9,1	97,7
70,0	1	2,3	100,0
Total	44	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Dentre os proprietários das terras, somente um deles (2%) possui a escritura pública, cuja área mede três hectares. Dos que tiveram a terra arrendada, também um deles tem contrato de arrendamento. Todos os demais agricultores, sejam eles na condição de cessionário ou parceiro, não possuem qualquer documento da terra em que desenvolvem suas atividades (Tabela 26).

Tabela 26 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Agricultores Segundo a Documentação da Terra em que Exploram as Atividades

Documento	Frequência	%	% Acumulado
Escritura pública	1	2,3	2,3
Contrato de arrendamento	1	2,3	4,5
Sem documentação	42	95,5	100,0
Total	44	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

É semelhante a realidade dos quatro agricultores da Linha de Base, que não são proprietários das terras, apesar de a Linha de Base registrar que eles dispunham de até dez hectares, quando o presente estudo apurou que não passar de três, sendo que o tamanho efetivamente utilizado chega a 0,5 hectare, no caso de um agricultor (Tabela 27).

Tabela 27 - Condição do Produtor e Tamanho da Terra dos Agricultores que fizeram parte da Pesquisa Linha de Base

Agricultor	Condição de Produtor		Tamanho da Terra Disponível		Tamanho da Terra em Uso
	Linha de Base	Atual	Linha de Base	Atual	Atual
A	Arrendatário ¹	Cessionário ²	Até 10 ha	3 ha	3 ha
B	Parceiro ³	Herdeiro	Até 10 ha	1 ha	1 ha
C	Arrendatário ⁴	Cessionário ²	Até 10 ha	1 ha	0,5 ha
D	Cessionário	Cessionário ²	Até 10 ha	0,8 ha	0,8 ha

¹: Pagava o uso da terra com 10% da produção de milho.

²: Não pagava pela cessão.

³: Não pagava pelo uso da terra.

⁴: Pagava a terra com 20% da produção.

A ocupação principal dos agricultores se dá no desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura (55%), à pecuária (16%) e à agropecuária (7%). Juntas, essas atividades reúnem 78% dos agricultores. Outra atividade tida como principal é o artesanato (16%). A pesca (2%), o comércio (2%) e agente de saúde (2%) são atividades principais para três agricultores (Figura 33). É importante observar que as atividade não-agrícolas informais

constituem, conforme ressalta Bastos (2006, p. 228), a forma de ocupação secundária predominante, podendo ensejar o início de um processo de dinamização nos municípios, com novas oportunidades de negócios.

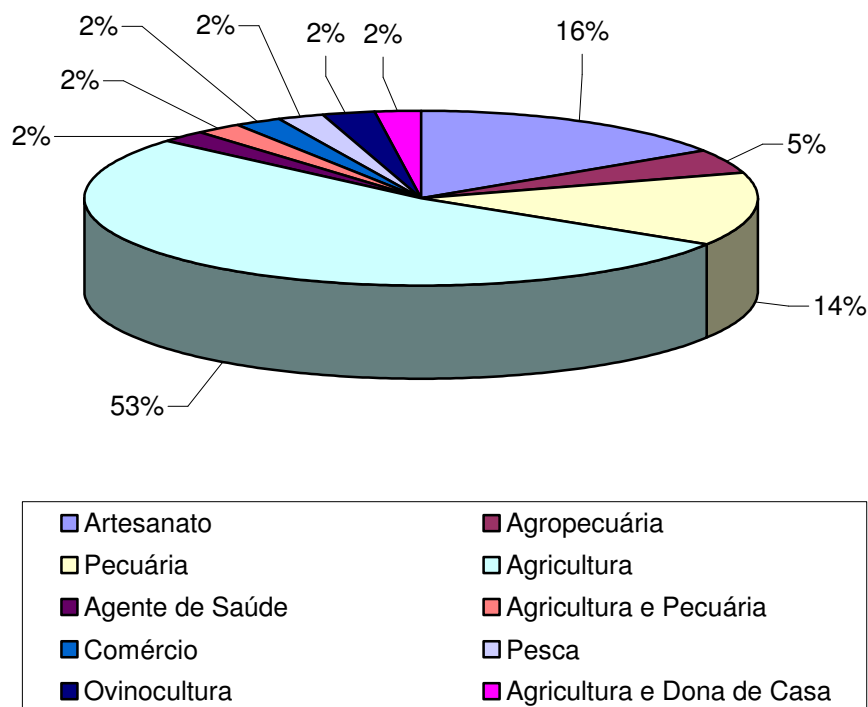


Figura 33 – Distribuição Proporcional (%) dos Agricultores Financiados pelo Pronaf Grupo B, por Ocupação Principal Desenvolvida
Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

A ocupação principal dos agricultores é realizada no próprio estabelecimento onde reside a família. Significa dizer que as atividades principais são desenvolvidas no âmbito da família e em seu próprio benefício. Apenas três agricultores declararam desempenhar suas ocupações principais fora do estabelecimento da família, uma vez que um deles é agente de saúde, outro é comerciante itinerante de confecções, e o terceiro é pescador em açudes particulares. Bastos (2006, p. 185), no entanto, chegou a um resultado diferente em estudo com agricultores familiares: considerando o público do Pronaf B, beneficiados ou não com o programa, 36,9% exerciam ocupações agrícolas e não-agrícolas fora do estabelecimento da família. É possível que o autor tenha chegado a esse resultado devido ao fato de sua amostra incluir pescadores, os quais, geralmente desenvolvem a atividade fora do seu imóvel.

Os chefes de família, no geral, são os próprios agricultores financiados com o Pronaf Grupo B, com 75% das respostas. Para 21%, o esposo ou a esposa chefia a família. A

mãe e a avó foram citadas por duas famílias, cada uma representando 2% das famílias entrevistadas (Tabela 28).

Tabela 28 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Grupos Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B Segundo a Percepção Sobre Quem é o Chefe da Família

Quem é o Chefe da Família?	Frequência	%
O(a) próprio(a) agricultor(a)	33	75,0
A(o) esposa(o)	9	20,4
Mãe	1	2,3
Avô	1	2,3
Total	44	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Nos onze casos em que o chefe da família não era o próprio entrevistado, a principal atividade desenvolvida por essas pessoas se dá na agricultura. Desse modo, considerando-se também que grande parte (78%) dos entrevistados – os quais também são chefes da família – têm na agropecuária sua principal atividade, verifica-se que os entrevistados são, de fato, agricultores familiares, portanto público-alvo do Pronaf.

Conforme já citado, em média, 4,4 pessoas residem nos domicílios dos agricultores entrevistados, incluindo eles próprios. Em 55% das famílias, duas pessoas encontram-se ocupadas, enquanto em 14%, apenas uma pessoa da família está ocupada. Assim, para cerca de 70% das famílias entrevistadas, no máximo duas pessoas estão ocupadas (Tabela 29). A média de pessoas ocupadas por família é 2,5. Observe-se que a média de crianças que vivem nas residências é 1,3. Isso sinaliza a não-ocupação das crianças, o que pressupõe que elas sejam mais disponíveis para o exercício das atividades escolares.

Tabela 29 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Grupos Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B Segundo a Quantidade de Pessoas Ocupadas/Trabalhando

Quantidade de Pessoas Ocupadas/Trabalhando	Frequência	%	% Acumulado
1	6	13,6	13,6
2	24	54,6	68,2
3	4	9,1	77,3
4	7	15,9	93,2
5	2	4,5	97,7
6	1	2,3	100,0
Total	44	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

As ocupações principais dos demais membros da família concentram-se essencialmente na agricultura (98%) e na pecuária (77%). Também é expressiva a participação do artesanato (30%). O comércio foi citado por 11% dos entrevistados e, dentre outras atividades principais citadas, destacam-se a piscicultura, auxiliar de serviços gerais, agente de saúde, magistério e confecção (Tabela 30). Observa-se, mais uma vez, a coerência do público atendido pelo Pronaf, dado que desenvolvem atividades agropecuárias e não-agropecuárias no meio rural, constituindo agricultores familiares.

Tabela 30 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Grupos Familiares Beneficiados pelo Pronaf Grupo B Segundo a Principal Ocupação dos Demais Membros

Atividade	Frequência	%
Agricultura	43	97,7
Pecuária	34	77,3
Comércio	5	11,4
Artesanato	13	29,5
Outras	10	22,7

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Somente 11% dos membros da família possuem carteira assinada, o que leva ao entendimento de que no âmbito desse público, em vez de emprego formal, dá-se a ocupação¹⁶.

Com relação aos quatro agricultores da Linha de Base, à exceção do agricultor D, a principal ocupação de cada um permanece a mesma de quase cinco anos atrás (Tabela 31).

Tabela 31 – Demonstrativo da Ocupação das Quatro Famílias Participantes da Pesquisa Linha de Base, por Ocupação Principal, Quantidade de Pessoas Ocupadas e Vínculo Formal

Família	Ocupação Principal do Agricultor		Qtde. Pessoas Ocupadas	Carteira Assinada	
	Linha de Base	Atual	Atual	Linha de Base	Atual
A	Agricultor	Agricultor	1	Não	Não
B	Agropecuária	Agricultor	1	Não	Não
C	Artesã	Artesã	1 ¹	Não	Não
D	Agricultora	Artesã	2	Não	Não

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

¹ Apesar de ter sido declarada apenas uma pessoa, dois filhos ajudam na produção do artesanato.

¹⁶ Para os fins deste estudo, o emprego é caracterizado pela formalidade, através do registro do empregado na carteira profissional. Toda forma de trabalho diferente disso é considerada ocupação.

Para esses agricultores, o Pronaf Grupo B gerou ocupação para as famílias, em complementação a outras atividades já desempenhadas por elas. Na opinião do agricultor C:

O Pronaf foi muito importante porque as três vezes que eu fiz foi para investir no artesanato e eu investi no artesanato. Tenho uma máquina, apesar de não ter sido comprada com o Pronaf B, eu já tinha ela. Para mim é de grande importância: toda a família trabalha junta e para mim deu muito certo, graças a Deus! O artesanato que a gente faz, tanto é o de rede como o de linho. Tem os acabamentos em casa, que se faz manual e os meus filhos também... [ajudam]. Tive uma resposta muito positiva. Atualmente estão ocupados eu e meus filhos (Pesquisa de Campo, 2008).

O agricultor B observou que o Pronaf Grupo B “gerou ocupação para a família na atividade do artesanato [rede], trabalho com bordado e ao mesmo tempo dá ocupação a outras pessoas também, uma vez que as varandas são feitas por outras pessoas”. Para o D, o programa “...é coisa boa. Não tinha outra ocupação e hoje eu faço bordado. Antes eu só me ocupava na luta de casa, não tinha outra coisa para fazer. Tá melhor do que ficar sem fazer nada” (Pesquisa de Campo, 2008).

5.5 A Renda das Famílias Agricultoras

O cálculo da renda das famílias considerou os seguintes itens: a) atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, apreciando todas aquelas contempladas nos três financiamentos e que ainda vinham sendo praticadas; b) outras atividades desenvolvidas pela família, sem contar com financiamento do programa; c) trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros, observando que as informações sobre o insumo, nesse caso, restringiram-se às despesas com deslocamento para o trabalho e respectivas despesas com alimentação; d) programas sociais, atentando para os “programas remanescentes”, a saber: auxílio-gás, bolsa-alimentação, bolsa-escola e cartão-alimentação, sendo que nesse caso inexistem insumos; e e) outros, como ajudas financeiras diversas, nas quais também inexistem insumos computados.

Foram estimadas as quantidades mensais produzidas, assim como o seu valor unitário, considerando que todos os produtos destinavam-se a venda, obtendo-se, desse modo, o valor total de venda dos bens produzidos (A). Identificaram-se o valor dos insumos especificamente para a fabricação dos produtos (B) e o valor da renda mensal destinada à subsistência, no caso de consumo, pela família, do bem produzido (C), resultando na renda

líquida da família. Desse modo obtém-se:

Renda Média Mensal Líquida = Valor de Venda dos Bens (A) – Valor dos Insumos (B) – Renda Mensal Destinada a Subsistência (C).

A renda média mensal líquida das famílias, considerando todos os itens investigados, totalizou R\$460,90. A renda média mensal da pesquisa da Linha de Base, ocorrida em setembro de 2003, resultou em R\$320,79, valor esse corrigido pelo IGP-DI¹⁷ até junho de 2008. Desse modo, verifica-se incremento de 43,7% na renda das famílias agricultoras usuárias do Pronaf Grupo B.

Desagregando-se a renda média mensal líquida das famílias por cada item investigado, observa-se que as atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B totalizaram renda média mensal líquida de R\$53,13, portanto superior em 35% à renda das outras atividades desenvolvidas, que resultou em R\$39,41 (Tabela 32). A renda média mensal líquida das atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, no entanto é 34,9% inferior à renda média mensal líquida dos programas sociais (R\$81,61).

Tabela 32 – Demonstrativo da Composição da Renda Média Mensal Líquida das Famílias Beneficiadas pelo Pronaf Grupo B

Itens Investigados	Valor da renda média mensal líquida (R\$)
Atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B	53,13
Outras atividades desenvolvidas	39,41
Trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros	281,27
Programas sociais	81,61
Outros	5,45
Total	460,87

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

A renda média mensal líquida dos programas sociais da Linha de Base totalizou R\$55,31¹⁸. O valor médio mensal atualmente recebido pelos agricultores (R\$81,61) supera em 47,5% aquele da Linha de Base, cabendo ressaltar que seis pessoas, ou 13,6%, não recebem esse benefício.

A renda média mensal líquida proveniente do trabalho assalariado,

¹⁷ Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, que mede o comportamento de preços em geral da economia brasileira.

¹⁸ Valor corrigido pelo IGP-DI de setembro de 2003 a maio de 2008.

aposentadorias, pensões e seguros é a mais expressiva de todas as fontes de renda das famílias agricultoras. Essa renda totalizou em média R\$281,27, sendo bastante significativa para as famílias. Ressalte-se que é percebida por apenas 45% das famílias, tendo havido uma considerável discrepância nos valores recebidos por cada família, variando de R\$170,00 a R\$1.930,00.

Em sua pesquisa com agricultores familiares, Bastos (2006, p. 188) identificou que a renda principal dos agricultores advinha, em sua maior parte (62,2% dos entrevistados), da agropecuária, enquanto apenas 22,1% originava-se dos programas sociais, aí incluídas as aposentadorias. O que se percebeu em Irauçuba, no entanto, foi que as atividades agropecuárias, no geral, não representaram tanto em relação à renda total, diferentemente de trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros e dos programas sociais. Esses dois itens tiveram valor médio mais elevado do que as outras atividades desenvolvidas pelos agricultores.

Atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B

Ponderando-se somente as atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, verificou-se que, apesar de totalizar uma renda média mensal líquida de R\$53,13 para o conjunto dos agricultores, cerca de 30% destes obtiveram, individualmente, renda negativa, variando de R\$-0,54 a R\$-114,56. Para dez famílias (23%), a renda foi nula. Assim, verifica-se que para 53% ou mais da metade das famílias, os resultados do programa foram insatisfatórios. As atividades que redundaram em maiores dificuldades de retorno dos investimentos foram a bovinocultura e a avicultura, apresentando prejuízo em todos os financiamentos.

Ademais, onze famílias, representando 25%, obtiveram receita líquida mensal entre R\$1,20 e R\$40,50. As outras nove famílias, que obtiveram as mais elevadas rendas líquidas mensais, ficaram na faixa de R\$56,00 até R\$360,00. Uma família registrou renda mensal líquida de R\$1.010,00, configurando total discrepância em relação às demais. Essa família retirava na atividade de artesanato sua maior renda, fabricando redes e colchas bordadas, num total de dezenove peças por mês.

Conclui-se, assim, que, apesar desses resultados, como na composição da renda líquida das famílias levou-se em conta a própria subsistência, consideram-se insatisfatórios os resultados do Pronaf Grupo B apenas para os casos de renda negativa, ou seja, para 30% do conjunto de agricultores, o que ainda é bastante elevado.

Outras atividades desenvolvidas

A renda média mensal líquida das outras atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras totalizou R\$39,41. A relação da renda negativa apresentada pelos agricultores é ainda mais elevada nesse item do que em relação às atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B. Desse modo, 45% das famílias apresentaram renda negativa, variando de R\$-1,34 a R\$-144,95. Duas famílias (4,5%) obtiveram renda nula. Também nesse item, metade das famílias não vem obtendo sucesso quanto ao retorno financeiro de suas atividades. Onze famílias, representando 25%, perceberam renda mensal líquida entre R\$3,98 e R\$101,80. O mesmo percentual (25%) computou essa renda variando entre R\$109,10 a R\$411,00.

As atividades que apresentaram os maiores prejuízos na renda líquida foram a avicultura, com uma média de R\$-16,87; o leite (R\$-6,57) e suínos (R\$-5,27). O milho (R\$-4,10), o feijão (R\$-2,85) e bovinos (R\$-1,78) foram outras atividades que apresentaram prejuízo. Observe-se que nesses cálculos, foram considerados os valores dos insumos e da subsistência das famílias.

Trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros

Essa foi a renda mais significativa para as famílias em termos de valores líquidos, uma vez que os insumos são praticamente nulos. Apesar de totalizar uma renda média mensal líquida de R\$281,27, apenas vinte famílias a percebem. Nesse quesito, o item trabalho assalariado teve a maior participação, obtendo uma média de R\$128,90. Já a aposentadoria e pensão tiveram uma média de R\$119,31. Como ressaltado anteriormente, os valores variam bastante, sendo que cinco pessoas recebem de R\$170,00 a R\$433,00 e outras cinco auferem de R\$621,00 a R\$1.930,00.

Como na composição da renda das famílias o Pronaf Grupo B não leva em conta os valores referentes aos benefícios sociais e aos proventos previdenciários, parece haver coerência na classificação dos agricultores enquanto público do programa. Assim, é público do Pronaf Grupo B o agricultor cuja renda anual da família totalize R\$5.000,00¹⁹, ou R\$416,67 por mês. Somando-se as médias das atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B (R\$53,13), outras atividades desenvolvidas (R\$39,41) e a média do trabalho assalariado (R\$128,95), obtém-se um valor médio total de R\$221,49, portanto inferior aos R\$333,33

¹⁹ Este valor foi elevado, em julho de 2008, de R\$ 4 mil para R\$ 5 mil (BACEN, 2008).

referidos anteriormente.

Programas sociais

Apenas seis famílias agricultoras não recebem benefícios dos programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família e seus programas remanescentes. Assim, 86,4% das famílias, além de serem usuárias do Pronaf Grupo B, também fazem parte do Programa Fome Zero-Bolsa Família. Os valores dos benefícios variaram de R\$58,00 a R\$171,00.

Outros

Esse item teve baixa expressividade. O valor da renda média mensal líquida é bem pequeno (R\$5,45), pelo fato de ter sido registrado por apenas duas famílias, representando somente 4,5% dos agricultores. Considera-se irrelevante na composição da renda líquida das famílias, e se restringiu a ajudas de filhos e de outros membros da família.

De uma forma geral, a renda da família não é constante (77,3%), apresentando instabilidade na venda dos produtos, assim como na sua produção, variando bastante, conforme informaram os agricultores.

Quanto ao uso da renda pela família, de acordo com a Figura 34, os gastos mais comuns, segundo a frequência das respostas dos entrevistados, são realizados com alimentação (100%), mensalidade do STR (68%), saúde (50%), energia elétrica (48%), vestuário (41%), água (16%), educação (14%), eletrodomésticos (9%) e aluguel (7%). Apesar de 98% dos agricultores fazerem uso de energia elétrica, conforme já citado, os gastos com esse item parecem ter sido omitidos por alguns entrevistados, ou foram considerados irrelevantes na composição dos gastos das famílias.

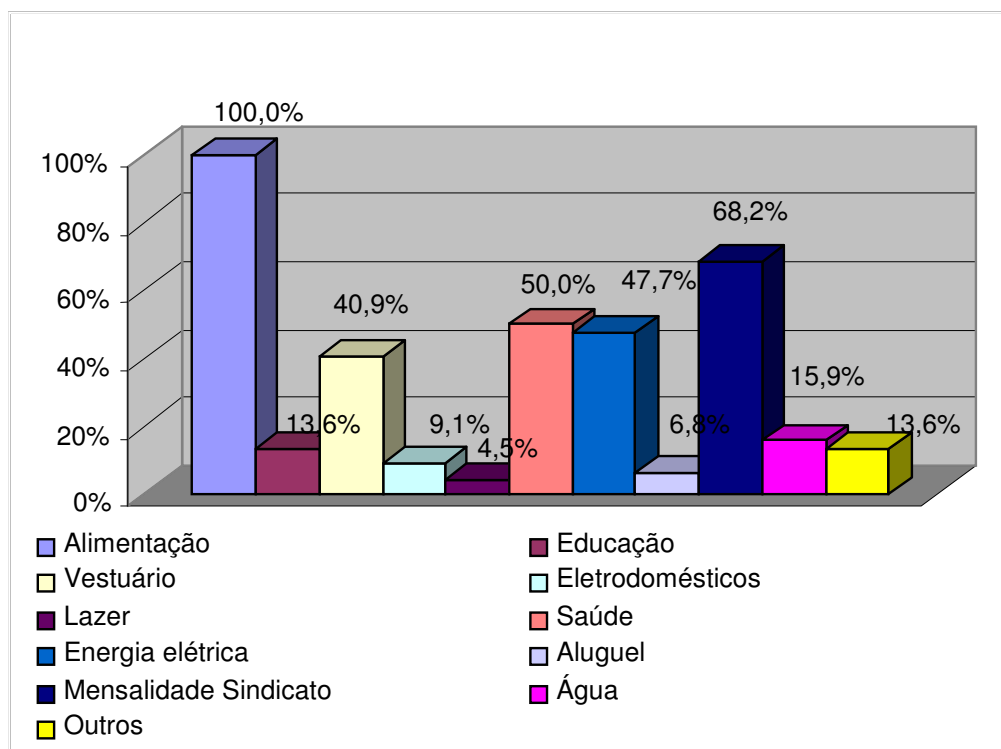


Figura 34 – Distribuição Proporcional (%) das Famílias Beneficiadas pelo Pronaf Grupo B Segundo os Itens de Despesas Apontados como Principais
Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Além do uso da renda para a compra de alimentos, cinco agricultores, representando 11%, declararam que suas famílias recebem algum tipo de ajuda para alimentação. Isso sinaliza que esse público guarda carências elementares ainda a serem supridas e que o PFZ-Bolsa Família não é suficiente, já que esses agricultores são usuários desse programa.

No tocante à renda média global mensal líquida (R\$460,90), as quatro famílias da Linha de Base obtiveram incremento que variou entre 34% e 74%. Apenas o agricultor D teve renda bem inferior a essa média (Tabela 33). Apesar de essa família atualmente auferir uma renda mensal de R\$75,00, observa-se que se trata de renda líquida, diferente da renda da Linha de Base, que não levou em conta insumos e subsistência da família.

Relacionando à Linha de Base, a renda atual teve incremento bastante significativo para três agricultores, variando de 64% a 382%. O agricultor D teve decréscimo de 41% em sua renda.

Tabela 33 – Demonstrativo da Composição da Renda Mensal das Quatro Famílias Participantes da Pesquisa Linha de Base

Valores em R\$

Agricultor	Renda mensal sem programas sociais		Renda mensal dos programas sociais		Total mensal	
	Linha de Base	Atual (líquida)	Linha de Base	Atual	Linha de Base	Atual (líquida)
A	331,85	726,28	0,00	75,80	331,85	802,08
B	276,54	543,10	100,25	76,00	376,79	619,10
C	89,88	572,34	51,85	112,00	141,73	684,34
D	27,65	-18,96	100,25	94,00	127,90	75,04

Nota ¹ Os valores da Linha de Base foram corrigidos pelo IGP-DI de setembro de 2003 a junho de 2008

Nota ² A renda mensal da família na Linha de Base não considerou os insumos e a subsistência, diferentemente da renda atual líquida.

Fonte: Pesquisa de Campo (2008).

A Tabela 34 detalha a renda líquida das quatro famílias que fizeram parte da Linha de Base, levando em conta as atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, outras atividades desenvolvidas, salários, aposentadorias, pensão, seguro e os programas sociais. A renda líquida considerou os insumos necessários ao desenvolvimento das atividades, assim como a parcela destinada a subsistência.

Tabela 34 – Demonstrativo da Composição da Renda Líquida das Quatro Famílias Participantes da Pesquisa Linha de Base Segundo as Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B

Valores em R\$

Família	Atividades Financiadas nos três momentos	Atividades Financiadas pelo Pronaf Grupo B	Outras Atividades	Salário, Aposentadoria, Pensão, Seguro	Programas Sociais	Total
A	Suinocultura	-31,64	-72,08	830,00 ¹	75,80	802,08
B	Artesanato	360,00	183,10	0,00	76,00	619,10
C	Artesanato	160,00	-2,66	415,00 ²	112,00	684,34
D	Artesanato	1,20	-20,16	0,00	94,00	75,04

¹: Refere-se a aposentadorias de dois membros da família.

²: Refere-se a trabalho assalariado de um membro da família.

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Verifica-se que nas atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, um agricultor obteve prejuízo no desenvolvimento da suinocultura, tendo os demais obtido resultados positivos, embora bastante diferentes. Destaque-se o agricultor B, que obteve renda de R\$360,00, portanto bem superior às dos demais. No que tange às outras atividades desenvolvidas, três dos agricultores contabilizaram renda negativa. Aqui, mais uma vez, o

agricultor B obteve renda positiva. A renda de aposentadoria e trabalho assalariado marcou presença em duas famílias. Os agricultores B e D não recebem renda dessa natureza, ao contrário dos programas sociais, presente nas quatro famílias.

Desse modo, observa-se que as rendas dos agricultores A, B e C guardam certa equivalência nos valores totais apurados, apesar de o salário e as aposentadorias influenciarem fortemente as rendas totais dos agricultores A e C.

O bom desempenho obtido pelo agricultor B parece estar fortemente relacionado com a atividade do artesanato, financiada pelo Pronaf Grupo B, sendo algo que vem repercutindo positivamente junto à família, uma vez que representa cerca de 60% da sua renda mensal líquida. Ademais, conforme ressaltado anteriormente, referido agricultor mostrou-se consciente das conseqüências da desertificação para a agricultura no município, levando-o a adotar práticas agrícolas com vistas à recuperação do solo, cujo efeito deverá se multiplicar entre os agricultores locais, tendo em vista que o agricultor B também preside uma associação de produtores rurais.

Ainda segundo os quatro agricultores, houve uma melhoria da renda gerada pelas atividades financiadas pelo programa, a qual, somada aos demais itens que compõem a renda total líquida, proporcionou melhora nos ganhos mensais.

Indagados sobre como esses agricultores vêem a agricultura no país, percebeu-se que há uma preocupação quanto ao futuro da agricultura, em especial no município, devido ao seu elevado índice de desertificação. A agricultura tradicional é vista de forma negativa, abrindo perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura alternativa. Por outro lado, as baixas condições financeiras dos agricultores para aumentar o plantio são enfocadas como fator limitador.

A agricultura está acabando em Irauçuba devido à desertificação, que é grande. Caso não seja tomada alguma alternativa, daqui a 10, 20 anos a agricultura vai ficar complicada. No país também está caindo, devido às poucas oportunidades que chegam aos pobres, os maiores produtores. Precisa de mais investimento para o agricultor [pobre] produzir mais (Agricultor B, Pesquisa de Campo, 2008).

Ademais, a agricultura é vista como algo promissor, em que uma boa produção, resultante de um bom inverno, significa fartura para as famílias. A instabilidade da estação invernososa, a ausência da terra para plantar, as baixas condições financeiras dos agricultores, a burocracia nos financiamentos, além da reversão da prática das queimadas, requerendo uma agricultura diferenciada, são as principais dificuldades apontadas pelas famílias.

Quanto ao crédito, os baixos valores financiados, as inúmeras exigências burocráticas para o pequeno agricultor, o baixo prazo de carência e a falta de conscientização dos agricultores para a correta aplicação dos créditos são questões que poderiam ser mais bem refletidas.

Sobre a assistência técnica, a sua total ausência é registrada por todos os quatro entrevistados, apesar de reconhecerem que necessitam de apoio técnico, capacitação e acompanhamento. Em nenhum momento, nos três financiamentos, os agricultores receberam apoio técnico ou visita de qualquer órgão envolvido na operacionalização do programa. “Fiz este projeto [o Pronaf Grupo B] três vezes e nunca recebi assistência técnica nenhuma, nem visita nem para saber o que eu fiz com o dinheiro. Acho que em Irauçuba tem muita gente devendo ao banco porque não tem acompanhamento” (Agricultor B, Pesquisa de Campo, 2008).

Registrou-se, ainda, que a assistência técnica para o pequeno produtor é bastante precária, diferente da assistência dada ao grande produtor.

Com certeza requer mais capacitação para produzir. Capacitar em relação à técnica. Hoje se ouve falar que tem muitos técnicos para ajudar, mas ele (sic) vai mais para o grande produtor, aquele que tem mais. Para o pequeno, ele nem pisa lá, de jeito nenhum. Isso, infelizmente, é a realidade. A assistência técnica hoje para o pequeno agricultor é bastante precária, é deixado bem de lado (Agricultor C, Pesquisa de Campo, 2008).

Sobre os recursos utilizados para o desenvolvimento das atividades por todos os agricultores familiares, destacam-se o Pronaf Grupo B (100%) e os recursos próprios (82%). Em relação ao Pronaf Grupo B, 80% informaram encontrar-se em situação de regularidade junto ao banco financiador. A adimplência parece ser mesmo algo que faz parte dos valores do pequeno agricultor, dado que Bastos (2006, p. 212-213) apurou em seu estudo que 91,7% dos agricultores familiares pretendiam liquidar o débito até o seu vencimento e que 85,7% jamais deixariam de cumprir os pagamentos.

Os agricultores declararam, ainda, que o financiamento contribuiu muito (36%) e contribuiu pouco (60%) para a melhoria de suas vidas. Para 2% não houve melhoria de vida e para 2% piorou as condições de vida (Figura 35). Essas melhorias relacionam-se com a maior auto-suficiência profissional, a elevação da renda e a inserção no desenvolvimento de uma atividade, além de ter nos animais financiados uma reserva, configurando uma poupança, a ser utilizada em um momento de necessidade. Em sua pesquisa sobre o programa, Bastos

(2006, p. 204) ressalta que para 79,7% dos beneficiários a vida tem melhorado em maior ou menor intensidade, guardando coerência com os resultados encontrados em Irauçuba.

Na Linha de Base, os agricultores informaram que o Pronaf Grupo B contribuiu muito (51,1%), contribuiu pouco (39,4%) e não houve melhoria em suas vidas (9,4%). Verifica-se, dessa forma, que apesar de os agricultores haverem percebido maior contribuição na Linha de Base, tanto naquele contexto quanto no presente estudo, a contribuição do programa na melhoria de vida das famílias deu-se em mais de 90%, atingindo 96% no momento atual.

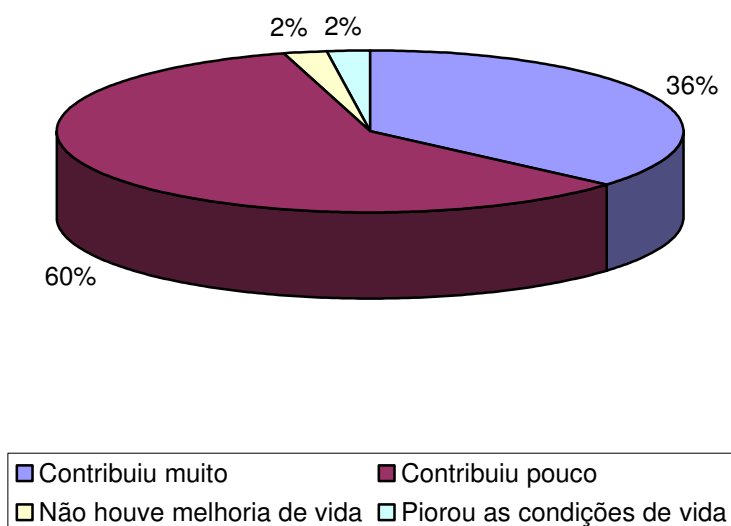


Figura 35 – Distribuição Proporcional (%) da Influência do Pronaf Grupo B nas Condições de Vida das Famílias Beneficiadas pelo Programa
Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Indagados se o Pronaf Grupo B provocou alguma mudança na vida da família, 25% responderam afirmativamente e 66% responderam que a mudança se deu parcialmente. Esses resultados guardam coerência com a contribuição do financiamento referida anteriormente. Quatro agricultores, representando quase 10%, informaram que não houve nenhuma mudança na vida da família (Tabela 35).

Tabela 35 – Distribuição Quantitativa e Proporcional (%) dos Efeitos do Pronaf Grupo B nas Condições de Vida das Famílias Beneficiadas pelo Programa

O Pronaf Grupo B provocou alguma mudança na vida de sua família?	Freqüência	%	% Acumulado
Sim	11	25,0	25,0
Sim, parcialmente	29	65,9	90,9
Não	4	9,1	100,0
Total	44	100,0	-

Fonte: Pesquisa de Campo (2008)

Os aspectos da vida em que foi percebida mudança pelos agricultores relacionaram-se com o aumento da renda (71%), aquisição de bens de consumo (18%), melhoria da saúde (11%), alimentação (11%), aquisição de vestuário (7%) e formação de reserva de poupança com os animais (5%). Dentre os que identificaram outras mudanças, destacam-se o acesso ao crédito (2%) e inserção em outra atividade.

Os agricultores (84%) desejam obter novos financiamentos no Pronaf Grupo B; 11% responderam que não pretendem contrair novos financiamentos e 5% não souberam informar. Esse resultado é bastante próximo daquele encontrado por Bastos (2006, p. 204) em pesquisa sobre o programa no Rio Grande do Norte, para o qual, 89,2% dos beneficiados pelo Pronaf Grupo B disseram que voltariam a utilizá-lo, por considerá-lo satisfatório, bom ou excelente.

Em Irauçuba, dos que pretendem obter novos financiamentos, a finalidade do crédito seria para ovinocaprinocultura (23%), compra de matéria-prima (14%), gado de leite (14%); artesanato, suínos e ovelhas e suínos, cada um foi citado por 7% dos agricultores. Outros investimentos mencionados foram a avicultura, a agricultura e cisternas.

No tocante à capacitação e assistência técnica recebida pelos agricultores para o desenvolvimento de atividades financiadas pelo Pronaf Grupo B, 66% informaram não haver recebido qualquer tipo de apoio. Dos agricultores que receberam esse tipo de apoio, 32% informaram ter sido dirigidos para assistência técnica às atividades produtivas e 2% mencionaram a capacitação técnico/produtiva. Evidenciou-se um elevado número de agricultores que não receberam qualquer apoio técnico, confirmando a ausência de acompanhamento das atividades produtivas. Diferentemente do que é mencionado pela Secretaria de Agricultura, quanto à oferta de apoio aos agricultores, estes não recebem qualquer assessoria.

Dos quinze agricultores que receberam apoio técnico, treze informaram haver sido apenas no início do financiamento. Dessa forma, o apoio se deu de forma incompleta.

As instituições que mais se fizeram presentes no apoio às atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias agricultoras foram, em primeiro lugar, o STR (41%), a Ematerce (30%) e o BNB (9%). A Secretaria de Agricultura foi mencionada por apenas 5% dos agricultores, confirmando a total ausência de seu apoio, apesar de referido órgão informar o contrário.

Indagados sobre o recebimento de algum tipo de apoio do Programa Fome Zero-Bolsa Família relacionado a capacitação, assistência técnica, comercialização, associativismo e cooperativismo, gerenciamento, dentre outros, os agricultores foram unânimes quanto à total ausência do programa nesse particular.

Os agricultores e suas famílias (98%) participam de algum tipo de organização social, em especial do STR (71%) e de associações comunitárias (73%). Esse resultado é melhor do que aquele apurado por Bastos (2006, p. 188) em pesquisa sobre o Pronaf Grupo B no Rio Grande do Norte, segundo o qual, 68% dos entrevistados eram associados a alguma entidade. Em Irauçuba, apenas um agricultor, representando 2%, não participa de qualquer organização social, por desacreditar que essa filiação possa trazer alguma contribuição para o agricultor. Facilitar o acesso ao crédito é a maior contribuição dessas organizações sociais para o sucesso dos negócios do agricultor. Essa indicação foi dada por 59% dos agricultores. Outras contribuições mencionadas, apesar de menos expressivas, são a facilitação e oferta de capacitação (14%) e a facilitação e oferta de assistência técnica (11%). O apoio à comercialização foi citado por apenas um agricultor, representando 2%.

Os agricultores pretendem expandir suas atividades, elevando a quantidade produzida, além de desejarem iniciar-se em outras atividades. Apenas três deles (7%) informaram não pretender ampliar suas atividades.

Sobre a possibilidade de obtenção de lucros em suas atividades, para surpresa da autora, verificou-se o desejo de auferir lucros, através da ampliação das atividades e a conseqüente comercialização dos produtos, com vistas a melhorias financeiras. Apenas seis (13,6%) disseram não ter maiores ambições nesse sentido, objetivando tão-somente melhorar um pouco as atuais condições de vida das famílias.

As dificuldades de ampliação de suas atividades, no entanto, estão relacionadas ao crédito, cujo valor deveria ser maior, e à falta da terra própria para desenvolver as atividades.

A participação em associação e cooperativa para o desenvolvimento das atividades e maior inserção no mercado é vista pelos agricultores de forma positiva, sendo que

as maiores contribuições dessas entidades se dão no sentido da orientação recebida em relação à comercialização e a outros benefícios para a comunidade como um todo.

6 CONCLUSÕES

O modelo de Estado adotado pelo Brasil delineou-se privilegiando uma classe em detrimento das demais. Referido Estado esteve sempre subordinado e a serviço de um modelo econômico favorecendo a classe dominante e influenciando fortemente as políticas públicas brasileiras, resultando tão-somente em ajustes para garantir a continuidade desse modelo.

As profundas desigualdades na sociedade brasileira resultaram em elevado número de pessoas pobres, principalmente na região nordestina e, essencialmente, na área rural. As políticas públicas direcionadas a esse meio privilegiavam a grande propriedade, marginalizando a pequena produção. Somente no início da década de 1990, inicia-se um processo que passa a discutir a inserção dos pequenos agricultores rurais, apesar de se verificar que a lógica de sempre ainda não foi abolida.

Assim, institui-se o Pronaf, importante política pública dirigida aos agricultores familiares, desenhada sob a influência desse modelo de Estado constituído no país, reproduzindo, dentro dessa política, a sua lógica severa. A criação do programa, em 1996, foi fruto da pressão dos movimentos sociais no campo, mas também influenciada pelas instituições internacionais que objetivavam atenuar os conflitos no setor agrícola, para garantir o crescimento do comércio internacional. Desde sua criação, o Pronaf vem passando por freqüentes modificações.

Apesar do seu significativo potencial, repercutindo não apenas nos aspectos econômicos, mas também nos sociais, nos culturais e nos ambientais, somente em 2006 a agricultura familiar brasileira passou a ser reconhecida como segmento produtivo, garantindo-se a institucionalização de políticas públicas para o setor.

Resultado do processo de aprimoramento do programa, o Pronaf Grupo B foi instituído com o objetivo de combater a pobreza no meio rural, tendo se caracterizado como importante instrumento dirigido a essa parcela da população. O programa tem crescido significativamente tanto em volume de recursos financiados como em quantidade de contratos firmados. Significa dizer que mais pessoas estão sendo beneficiadas com o programa, mas o público que este se propõe apoiar é superior ao número contratos firmados em todo o país, resultando em margem para sua ampliação.

Com atuação em toda a Região Nordeste e no Norte do Espírito Santo e de Minas Gerais, o BNB tem se constituído no mais importante operacionalizador do Pronaf Grupo B. O BNB foi responsável por 95% dos contratos e volumes de recursos financiados no período

de 2000 a 2007. Esse desempenho pode ser justificado pelo fato de, no primeiro momento, o Pronaf ter sido operacionalizado na região Nordeste, observando-se, também, que a região concentra seu público-alvo.

As fontes de financiamento do Pronaf B foram o FNE, com 61,2%, e a STN, com 38,8%, sendo que o FNE passou a ser utilizado somente a partir de 2004. Entende-se que apesar de a priorização do uso dos fundos constitucionais ser considerada uma ação que sinaliza para a desconcentração dos recursos do Pronaf como um todo, contribuindo para o seu equilíbrio espacial, indaga-se sobre os aspectos positivos dessa medida, uma vez que ao Pronaf poderiam ser destinadas outras fontes de recursos, preservando-se os recursos do FNE para utilização em outros investimentos na região. Assim, mais recursos seriam destinados ao Nordeste.

O setor pecuário recebeu 81,5% dos recursos financiados, observando-se grande concentração no setor, que tem na bovinocultura significativa proporção dos recursos (39,7%), o que reclama uma análise mais cuidadosa dos projetos, no que tange à questão ambiental, assim como o estímulo de financiamento a outras culturas adequadas ao local.

As favoráveis condições de financiamento, tais como baixas taxas de juros e concessão de bônus de adimplência, constituem estímulos para o desenvolvimento das atividades produtivas na zona rural e a permanência dos agricultores nesse meio.

O ambiente institucional do Pronaf B em Irauçuba, apesar de as instituições envolvidas no processo de operacionalização não virem trabalhando de forma mais articulada, segue o que determinam as normas do Pronaf, não se verificando incoerências em relação ao processo de operacionalização.

Os agricultores familiares financiados pelo Pronaf B em Irauçuba detêm baixo nível de escolaridade e suas condições de moradia são relativamente boas. Um aspecto ainda bastante preocupante relaciona-se ao acesso à água, porquanto somente 57% dispõem de água da rede pública. Considerando-se a Linha de Base, no entanto, houve melhoria nesse aspecto. Levando-se em conta que Irauçuba apresenta elevado índice de desertificação, a questão da escassez de água deixa as famílias em situação de vulnerabilidade, uma vez que é corrente a utilização de caminhão-pipa pelos agricultores. Outro aspecto a ser destacado é a carência de saneamento básico e coleta pública do lixo.

As questões acima comprovam que essas famílias ainda requerem muita atenção em relação aos serviços básicos, o que não poderá ser solucionado com a simples oferta de crédito, mas com a disponibilização da infra-estrutura necessária pelo poder público.

Um aspecto positivo a ser ressaltado é o acesso garantido dos filhos dos

agricultores à escola, inexistindo dificuldades nesse sentido. Outro aspecto positivo é que nos últimos três anos, diversos bens foram adquiridos pelas famílias, como, por exemplo, televisor, telefone móvel, dvd-player, motocicleta e som. Por outro lado, mesmo pertencentes ao Programa Fome Zero-Bolsa Família, as famílias têm recebido alimentos em quantidade e qualidade consideradas insuficientes.

Conclui-se, por fim, que em relação à Linha de Base deste estudo, as questões acima abordadas tiveram melhorias, embora algumas ainda discretas, como a alimentação. Não se pode afirmar, no entanto, que tais melhorias estão relacionadas exclusivamente com o Pronaf B.

Quanto aos reflexos do Pronaf B na produção, na ocupação e na renda dos agricultores familiares, observou-se que o programa contribuiu positivamente, em maior ou menor intensidade, para a melhoria dessas variáveis. No que tange à renda, foi possível perceber a contribuição positiva quando se considerou a média.

No tocante à produção, grande parte dos projetos foi destinada às atividades da ovinocaprinocultura e do artesanato, vocações propícias a serem desenvolvidas no município. Nesse sentido, o estímulo dado pelas instituições a essas atividades no financiamento do Pronaf B guarda coerência com o que efetivamente vem sendo financiado. Importante ressaltar que 73% dos agricultores destinaram suas propostas de crédito à mesma atividade nos três financiamentos, sinalizando que o programa contribui para o fortalecimento de atividades vocacionadas de um município, ou de uma região.

Os agricultores perceberam melhorias nas condições de vida antes de serem contemplado com o primeiro financiamento e depois do terceiro financiamento do Pronaf B, tendo o programa possibilitado o ingresso no desenvolvimento de uma nova atividade. Elevada parcela dos agricultores continua a desenvolver as atividades financiadas pelo programa, consistindo na atividade principal para 43% deles. Apesar de alguns casos de abandono ou paralisação das atividades outrora financiadas, considera-se que o programa obteve sucesso quanto ao fortalecimento das atividades financiadas no município.

O incremento na atual produção e na produtividade da ovinocaprinocultura, em relação ao nível alcançado por ocasião do primeiro financiamento, foi significativo, levando-se a concluir que a atividade possibilita retornos mais favoráveis do que o artesanato.

Com relação aos quatro agricultores que fizeram parte da Linha de Base e do presente estudo, à exceção de um deles, ocorreu redução na produção e na produtividade das atividades financiadas pelo Pronaf B.

Ao considerar toda a produção agropecuária praticada pelas famílias agricultoras,

observou-se que feijão e milho destacam-se como os bens mais produzidos, guardando coerência com a Linha de Base, sendo utilizados para consumo próprio. Avicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura e suinocultura são outras atividades desenvolvidas pelas famílias. No grupo das atividades não-agrícolas, destaca-se o artesanato. Observou-se, no entanto, que uma elevada proporção das famílias (40%) não implementa nenhuma atividade não-agrícola. Percebe-se que o Pronaf B poderá ser utilizado com maior intensidade, como forma de incentivar o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, a exemplo do artesanato, uma vez que a prática de atividades agrícolas tem sido seriamente prejudicada, devido ao processo de desertificação característico do município.

A ocupação no meio rural é realizada sob condições que causam inquietação aos agricultores, já que a dificuldade de acesso à terra é algo ainda a ser superado. Por outro lado, o tamanho da terra de que dispõem os agricultores para o desenvolvimento de atividades produtivas não passa de um hectare, para a maioria deles. As ocupações principais dos agricultores relacionam-se à agricultura, à pecuária e à agropecuária, de modo que, juntos, esses três setores concentram 78% dos agricultores. Em média, 2,5 pessoas por família encontram-se ocupadas e apenas uma inexpressiva parcela tem carteira assinada, confirmando-se que para o público do Pronaf B, em vez de emprego formal, dá-se a ocupação.

A renda média mensal líquida das famílias, subtraindo-se os insumos e o autoconsumo, totalizou R\$460,90, ou seja, 43,7% superior aos R\$320,79 apurados na Linha de Base. Verifica-se, portanto, que esse incremento poderia ser ainda maior, uma vez que a Linha de Base não deduziu na composição da renda mensal os valores dos insumos e do autoconsumo da família. A renda média mensal líquida das atividades financiadas pelo Pronaf B foi 35% superior à renda das outras atividades desenvolvidas pelas famílias. A renda média das atividades financiadas pelo programa, no entanto, foi inferior à renda média propiciada pelos programas sociais, valendo ressaltar que apenas seis famílias não são beneficiadas com tais programas. A renda média mais expressiva refere-se ao trabalho assalariado, aposentadorias, pensões e seguros, percebida por apenas 45% das famílias.

No que tange à renda das atividades financiadas pelo Pronaf B, para mais da metade das famílias, os resultados do programa foram insatisfatórios nesse quesito. As atividades que acarretaram maiores prejuízos foram a bovinocultura e a avicultura. Apesar desse quadro adverso, como foram computados a subsistência e os insumos, conclui-se que os resultados foram insatisfatórios apenas para os casos em que a renda foi negativa, indicando que o programa deve dar especial atenção ao desenvolvimento das atividades, garantindo

apoio técnico à produção e suporte à comercialização.

A renda mensal não é constante para 77,3% das famílias, e os gastos mais frequentes estão relacionados principalmente com alimentação, mensalidade do sindicato, saúde, energia elétrica, vestuário, água, educação, eletrodomésticos e aluguel. Verificou-se, ainda, que cinco famílias recebem algum tipo de ajuda para a compra de alimentos, sinalizando que esse público apresenta carências elementares, que o Programa Fome Zero-Bolsa Família não se mostra capaz de suprir.

Com relação aos quatro agricultores da Linha de Base, o desempenho da renda foi mais positivo, tendo obtido incremento que variou entre 64% e 382% em relação à renda de três dos quatro agricultores na mesma Linha de Base. O outro sofreu decremento de 41% em sua renda, ressaltando-se que a Linha de Base não considerou insumos e subsistência, o que poderia reduzir ou minimizar esse resultado.

Pela ótica dos agricultores, o Pronaf B contribuiu para a melhoria de suas condições de vida, ainda que apenas parcialmente. Grande parte não recebeu nenhum tipo de assistência técnica ou capacitação dirigidos às atividades financiadas, requerendo posição afirmativa do Programa neste sentido. Apesar de quase todas as famílias agricultoras serem também usuárias do Programa Fome Zero Bolsa Família, nenhuma ação desse programa foi implementada no sentido de garantir apoio às atividades produtivas, observando-se a total ausência desse suporte. O acesso ao crédito é facilitado aos agricultores através de suas participações em associações comunitárias e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo estes importantes atores no processo de democratização do crédito.

Os agricultores desejam expandir as atividades atualmente desenvolvidas, aspirando-se a obtenção de lucros com vistas à melhoria financeira e conseqüente elevação do nível de qualidade de vida. Para tanto, reclamam a ampliação dos valores financiados, assim como a terra própria para desenvolver suas atividades.

Apesar de quase todas as famílias agricultoras serem também usuárias do Programa Fome Zero-Bolsa Família, nenhuma ação desse programa foi dirigida no sentido de garantir apoio às atividades praticadas por esse segmento da população rural, observando-se a total ausência desse suporte.

Levando-se em conta que as famílias constituem o público-alvo dos dois programas, parece coerente que os agricultores familiares beneficiados pelo Programa Fome Zero-Bolsa Família sejam, naturalmente, contemplados com financiamentos do Pronaf B, e que os atuais beneficiários deste passem a receber o apoio do Programa Fome Zero.

Assim, ao tempo em que as famílias beneficiadas pelo Pronaf B seriam

acompanhadas pelo Bolsa Família em suas necessidades de capacitação, apoio técnico, comercialização e mercado, o Bolsa Família passaria a contar com mais recursos para a ampliação de suas ações, e os bancos operadores, a exemplo do BNB, estariam pondo em prática sua missão institucional, voltada para a promoção do desenvolvimento.

Essas ações poderiam ainda ser otimizadas utilizando-se simultaneamente, para esse público, as outras linhas de crédito do Pronaf, contemplando itens não abrangidos pelo Pronaf B, em conformidade com a capacidade de pagamento de cada projeto.

Espera-se que, com a integração dessas ações e programas, a partir da esfera federal, em médio prazo esteja sendo construída a transição das famílias para a categoria *agricultores familiares* do Pronaf, com a conseqüente redução do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 9 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. p.53-107.

ARBACHE, Jorge Saba. Pobreza e mercados no Brasil. In: CEPAL/DFID. **Pobreza e mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL/DFID, 2003. p. 9 - 116.

BACEN. **Manual do crédito rural**. Brasília: BACEN, 2005. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2007.

_____. _____. Brasília: BACEN, 2008. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

_____. **Resolução nº 3.559**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf>. Acesso em: 12 mai. 2008.

BASTOS, Fernando. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Abrindo a caixa preta** – O financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BNB-ETENE. **Avaliação do Pronaf B no Banco do Nordeste do Brasil S.A.** Fortaleza: ETENE, 2005. v. 1. Relatório.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 julho 1996. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislação>>. Acesso em: 2 mar.2005.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento econômico brasileiro**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARNEIRO, Francisco Galvão. Perfil da pobreza e aspectos funcionais dos mercados de trabalho no Brasil. In: CEPAL/DFID. **Pobreza e mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL/DFID, 2003. p. 117 - 166.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; SILVA, Fernanda Faria. **Análise das liberações recentes de recursos do Pronaf** – uma mudança na lógica de distribuição? UFU, 2005.

Desertificação. **Ambientebrasil**, [s.l.], [2001?]. Disponível em: <
<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agropecuario/index.html&conteudo=./agropecuario/artigos/desertificacao.html>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

DUARTE, Nestor. O estado e a ordem senhorial. In: FLORESTAN FERNANDES (Org.). **Comunidade e sociedade no Brasil**: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. p. 343-356.

GUANZIROLI, Carlos E. Pronaf dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, v.45, n.02, p. 301-328, abr./jun.2007.

GROSSI, Mauro Eduardo Del; SILVA, José Graziano da. **Novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, v. 1, 2002.

HOBBS, T. **Leviatã**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2003.p.123-127.

IANNI, Octávio. O declínio do Brasil-nação. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p.31-58, 2000.

IBGE. **Censo agropecuário 2006** - resultados preliminares. Rio de Janeiro, p. 1-146, 2006. Disponível em:

<www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2008.

_____. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 19 jul. 2008.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Ipiranga, 2001.

IPECE. **Perfil básico municipal** - Irauçuba. Fortaleza, 2007. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/PBM_2007/Irau%E7uba.pdf. Acesso em: 19 jul. 2008.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. 2 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste S.A., 2008.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martin Claret, 2006. p.23-30.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006. p.53-64.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MARTINS, Mônica Dias. As políticas agrárias do Banco Mundial na América Latina. In: CARLEIAL, Adelita Neto. (Org.) **Projetos nacionais e conflitos na América Latina**. Fortaleza: UFC Edições, 2006. p. 69 - 84.

MATTEI, Lauro. Políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, n.1, p. 143-158, jan./mar.2007.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do welfare state no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Região Norte ganha microcrédito rural**. Brasília, 2004. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 5 nov. 2004.

_____. **Microcrédito rural cresce 219% e libera R\$ 193 milhões**. Brasília, 2004. Disponível em: www.mda.gov.br. Acesso em: 05 nov. 2004.

_____. **Brasil - número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf por enquadramento e ano fiscal**. Brasília, 2008. Disponível em: www.mda.gov.br/saf. Acesso em: 25 mai. 2008.

_____. **Brasil - número de contratos e montante do crédito rural do Pronaf por estado, enquadramento e ano fiscal**. Brasília, 2008. Disponível em: www.mda.gov.br/saf. Acesso em: 21 mai. 2008.

_____. **Novas regras do Pronaf**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf>. Acesso em: 12 mai. 2008.

_____. **Plano Safra 2007/2008**. Brasília, 2007. Disponível em: www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1562. Acesso em: 21 abr. 2008.

_____. **Governo destina R\$ 13 bilhões para o Plano Safra 2008/09**. Brasília, 2008. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf>. Acesso em: 19 mai. 2008.

_____. **Diário Oficial da União**: Seção 1. Brasília, n. 231, p. 49, 3 dez. 2007. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1784>. Acesso em: 12 maio 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR. **Portal da secretaria de agricultura familiar**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1243>>. Acesso em: 24 out. 2007.

_____. **Portaria nº 97 de 14 de novembro de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1784. Acesso em: 21 mai. 2008.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://mda.gov.br/arquivos/PIB_Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 24 out. 2007.

OFFE, C. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p.122-137.

PIETRAFESA, José Paulo. Agricultura familiar e reprodução social. Sociedade e cultura - **Revista de Ciências Sociais**. Goiânia: Ed. UFG, v. 3, n. 1 e 2, p. 185-216, jan/dez., 2000.

PINHEIRO, Vinicius C. Modelo de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. **Revista Planejamento e Política Pública**. Brasília: IPEA, n. 12, p.63-88, jan./dez., 1995.

POLÍTICAS SOCIAIS ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE. Assistência social e segurança alimentar. Brasília: IPEA, n. 13, 2006?. 377 p. Edição especial.

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 7. reimpr. da 23. ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Diário Oficial da União**: Seção 1. Brasília, IMPRENSA NACIONAL, n. 62, p.352, 1 de abr., 2008. Disponível em: <www.portal.in.gov.br/imprensa>. Acesso em: 12 mai. 2008.

_____. **Diário Oficial da União**: Seção 1. Brasília, IMPRENSA NACIONAL, n. 208, p.53, 29 de out., 2007. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=1784>. Acesso em: 12 mai. 2008.

_____. **Diário Oficial da União**: Seção 1. Brasília, IMPRENSA NACIONAL, n. 196, p.61-62, 1o de out., 2008. Disponível em: <www.portal.in.gov.br/imprensa>. Acesso em: 23 mai. 2008.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: O Brasil Redescoberto. Brasília, 2000.

PRONAF. **Manual do crédito rural** – plano de safra da agricultura familiar 2004-2005. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.PRONAF.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

_____. **Plano safra para a agricultura familiar 2003-2004**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.PRONAF.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

_____. **Manual operacional do crédito rural Pronaf**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.PRONAF.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 244 p.

ROUSSEAU, J.J. **Do contrato social**. São Paulo: Martin Claret, 2006. p.20-35.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. (Org.) **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21 - 49.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR. **Crédito rural do Pronaf**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.PRONAF.gov.br/plano_safra/2004_05/credito.htm>. Acesso em: 03 mar. 2005.

SILVA JÚNIOR, Luiz Honorato da. **Pobreza na população rural nordestina**: análise de suas características durante os anos noventa. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. P. 563-589.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SOUSA, Jânia Maria Pinho; VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya. Análise das liberações dos recursos do Pronaf – descentralização das aplicações do crédito rural? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIV., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza:, 2006. 1 CD-ROM.

SOUSA, Jânia Maria Pinho; MONTE, Francisca Silvania de Sousa. A concepção de estado no Brasil e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar - O caso do PRONAF. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE, 13º., 2007, Maceió. **Anais...** Maceió:, 2007. 1 CD-ROM.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Tabela 1A - PRONAF - Montante do Crédito Rural do Pronaf no Brasil, por Grupos - 2000 a 2007.

Valores em R\$ Mil

Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total Montante	%
Exigibilidade Bancária	174.681,6	298.168,4	146.275,4	18.568,7	480.827,5	357.967,4	665.232,7	119.533,4	2.261.255,1	5,8
Grupo A	466.133,8	330.151,1	417.157,9	541.513,0	451.226,0	514.250,6	553.799,5	346.254,9	3.620.486,9	9,3
Grupo A/C	1.904,7	7.990,1	24.156,7	49.165,6	47.823,3	38.644,3	35.008,2	31.689,3	236.382,3	0,6
Grupo B	23.952,7	53.261,0	84.366,5	134.544,9	391.403,7	469.065,9	625.681,9	577.870,6	2.360.147,2	6,1
Grupo C	480.524,6	575.334,6	696.641,7	1.051.532,3	1.449.457,3	1.557.183,9	1.678.447,6	1.412.266,7	8.901.388,7	22,9
Grupo D	1.041.437,5	888.446,0	1.036.252,6	1.734.162,7	2.149.163,0	2.404.977,3	3.182.446,3	3.703.539,0	16.140.424,5	41,5
Grupo E	0,0	0,0	0,0	264.588,0	668.016,4	852.486,8	1.358.225,7	1.858.429,6	5.001.746,5	12,9
Não Registrado	0,0	0,0	0,0	12.824,0	16,2	4.878,1	1.716,6	10.479,4	29.914,3	0,1
Mini-produtores	0,0	0,0	0,0	0,0	123.542,4	204.447,4	0,0	0,0	327.989,8	0,8
Agroindústria Familiar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	288,4	985,3	100,2	1.373,8	0,0
Montante Contratado	2.188.635,0	2.153.351,3	2.404.850,8	3.806.899,2	5.761.476,0	6.404.190,1	8.101.543,7	8.060.163,0	38.881.109,1	100,0

Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E DNDES. Nota 2: Dados atualizados: BACEN: Até 06/2007; BANCOOB Até 04/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 03/2008; BASA: Até 02/2008; BB: Até 03/2008; BN: Até 03/2008 e DNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos á alterações. Data do acesso: 19/05/2008 22:31:36

APÊNDICE B - Tabela 2A - PRONAF - Contratos do Crédito Rural do Pronaf no Brasil, por Grupos - 2000 a 2007.

Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total	%
Exigibilidade Bancária	82.694	111.286	53.923	4.263	95.145	62.577	137.138	6.554	553.580	5,2
Grupo A	96.167	37.740	41.644	45.292	35.416	35.016	35.187	24.517	350.979	3,3
Grupo A/C	1.596	4.915	13.966	21.510	19.399	14.926	13.720	11.783	101.815	1,0
Grupo B	48.164	106.716	168.910	150.792	394.423	466.974	565.088	410.762	2.311.829	21,7
Grupo C	394.380	369.558	410.414	543.939	628.558	609.578	579.426	485.943	4.021.796	37,7
Grupo D	346.726	280.251	264.390	344.058	351.030	370.641	436.798	487.675	2.881.569	27,0
Grupo E	0	0	0	28.257	51.401	61.844	90.484	119.950	351.936	3,3
Não Registrado	0	0	0	1	1	51	118	731	902	0,0
Mini-produtores	0	0	0	0	36.090	49.553	0	0	85.643	0,8
Agroindústria Familiar	0	0	0	0	0	23	89	16	128	0,0
Quantidade de Contratos	969.727	910.466	953.247	1.138.112	1.611.463	1.671.183	1.858.048	1.547.931	10.660.177	100,0

Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar (2008).

Nota 1: A partir de informações fornecidas pelo BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E DNDES. Nota 2: Dados atualizados: BACEN: Até 06/2007; BANCOOB Até 04/2008; BANCO COOPERATIVO SICREDI: Até 03/2008; BASA: Até 02/2008; BB: Até 03/2008; BN: Até 03/2008 e DNDES: Até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos á alterações. Data do acesso: 19/05/2008 22:31:36

APÊNDICE C - ENTREVISTA ESTRUTURADA - PESQUISA COM BENEFICIÁRIOS
DO PRONAF B EM IRAUÇUBA

Nome do Entrevistador: _____ Telefone: _____

Data da Entrevista: ___/___/___

Questionário nº: _____

Nome do Entrevistado: _____

Apelido: _____ Telefone: _____

Endereço Entrevistado: _____

Complemento Endereço (Localidade/Bairro): _____ Estado: _____

I - IDENTIFICAÇÃO DA(O) ENTREVISTADA(O)

1 – Data de Nascimento: ___/___/___

2 - Sexo

1. Masculino

2. Feminino

3. Estado civil

1. solteiro (a)

5. viúvo (a)

2. casado (a)

6. separado (a)

3. desquitado (a)

7. convive maritalmente

4. divorciado (a)

8. outros, especificar _____

4 - Assinalar o nível de escolaridade da(o) entrevistada(o)

1. Sem instrução

6. Ensino Fundamental II (5ª à 8ª Série)-Completo

2. Alfabetizado

7. Ensino Médio – Incompleto

3. Ensino Fundamental I (1ª à 4ª Série) - Incompleto

8. Ensino Médio – Completo

4. Ensino Fundamental I (1ª à 4ª Série) - Completo

9. Superior – Incompleto

5. Ensino Fundamental II (5ª à 8ª Série) - Incompleto

10. Superior - Completo

5. Documentos de identificação pessoal que possui:

1. Certidão de casamento

5. CPF

2. Certidão de nascimento dos filhos

6. Carteira profissional

3. Carteira de identidade 7. Outro (especificar) _____

4. Título de eleitor

6 - Quantas pessoas vivem no seu domicílio (incluindo a/o entrevistada/o): _____

7 - Quantas crianças vivem na sua casa? _____

8 - Quantas pessoas acima de 65 anos moram na sua casa? _____

9 – Qual o grau de parentesco dos membros da família que residem juntos?

1. Cônjuge

5. Mãe/pai

2. Filho (a)

6. Irmã (ao)

3. Sogro (a)

7. Outros graus de parentesco

4. Netos

8. Agregado: _____

10 - Assinalar o nível de escolaridade dos membros da família

1. Sem instrução

6. Ensino Fundamental II (5ª à 8ª Série)-Completo

2. Alfabetizado

7. Ensino Médio – Incompleto

3. Ensino Fundamental I (1ª à 4ª Série) - Incompleto

8. Ensino Médio – Completo

4. Ensino Fundamental I (1ª à 4ª Série) - Completo

9. Superior – Incompleto

5. Ensino Fundamental II (5ª à 8ª Série) - Incompleto

10. Superior – Completo

II - CONDIÇÕES DE VIDA DA (O) ENTREVISTADA(O)

11 - Qual a Condição de Moradia?

1. Própria

3. Sem Teto

2. Alugada

4. Outra: _____

12 – Qual o Tipo de Habitação?

1. Casa de alvenaria

4. Palafita

2. Casa de madeira

5. Outra: _____

3. Casa de taipa

6. Sem teto

13 - Quanto cômodos a residência dispõe? _____

14 - Quantos cômodos são usados para dormir? _____

15 – Qual(is) a(s) fonte(s) de energia utilizada(s) na residência?

1. Elétrica

4. À Gás

2. Solar

5. Querosene

3. Eólica

6. Outra: _____

16 - A água utilizada advém de:

- | | |
|--|------------------|
| 1. Rede pública, encanamento interno na casa | 5. Água de rio |
| 2. Rede pública com torneira externa ou chafariz | 6. Caminhão pipa |
| 3. Cisterna ou poço da própria casa | 7. Outra: _____ |
| 4. Cisterna ou poço coletivo | |

17 - A água utilizada pela família recebe qual(is) tratamentos para consumo humano?

- | | |
|-------------|------------------------------------|
| 1. Filtrada | 3. Outro tipo de tratamento: _____ |
| 2. Fervida | 4. Não recebe tratamento |

18 - Qual o tipo de esgoto sanitário da residência?

- | | |
|-----------------|------------------------|
| 1. Rede pública | 3. Esgoto a céu aberto |
| 2. Fossa | 4. Outro: _____ |

19 - Como é feita a coleta de lixo da residência?

- | | |
|---------------------------|-------------------------------|
| 1. Coleta pela prefeitura | 4. Lixo jogado próximo à casa |
| 2. Lixo enterrado | 5. Lixo jogado no rio |
| 3. Lixo queimado | 6. Outro: _____ |

20 - A residência dispõe de fogão à gás?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

21 - A residência dispõe de geladeira?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

22 - Que outros bens o(a) Sr. (a) e sua família adquiriram nos últimos três anos?

- | | |
|--------------|----------------------|
| 1. Moto | 7. Geladeira |
| 2. Bicicleta | 8. Fogão |
| 3. Celular | 9. Antena parabólica |
| 4. Televisão | 10. Outro: _____ |
| 5. Som | 11. Nenhum |
| 6. DVD | |

23 - Os filhos do (a) Sr.(a) têm acesso à escola/há disponibilidade de escola para seus filhos?

- | | | |
|--------|--------|--|
| 1. Sim | 2. Não | 3. Não se aplica, pois não possuímos filhos em idade escolar |
|--------|--------|--|

Caso o item 2 tenha sido assinalado, apresentar o(s) motivo(s): _____

Se o item 2 ou 3 tiver sido assinalado, ir para a questão 25.

24 - De que forma os filhos se deslocam até à escola?

- | | |
|--|---------------------------------|
| 1. Ônibus fornecido pela prefeitura/governo estadual | 4. Bicicleta |
| 2. Caminhão/caminhonete fornecido pela prefeitura/governo estadual | 5. A pé |
| 3. Veículo próprio-moto | 6. Veículo próprio-outro: _____ |
| | 7. Não dispõe de transporte |

25 - A quantidade de alimentos disponível em seu domicílio durante o ano é:

- | | |
|---------------|-----------------|
| 1. Suficiente | 2. Insuficiente |
|---------------|-----------------|

Caso tenha assinalado o item 2, por que a quantidade é insuficiente?

26 - A qualidade dos alimentos (cheiro, textura, aparência, higiene, dentre outros aspectos) que sua família consome é de:

- | | | |
|------------------|----------------------------------|-----------------|
| 1. Boa qualidade | 2. Parcialmente de Boa Qualidade | 3. Má qualidade |
|------------------|----------------------------------|-----------------|

Caso tenha assinalado o item 3, por que os alimentos são de má qualidade?

27 - Assinale com um “X” os tipos de alimentos que sua família consome:

Alimentos	Diariamente	6 ou 5 vezes por semana	4 ou 3 vezes por semana	2 ou 1 vez por semana	Raramente	Não Consome
1 Carnes						
2 Peixes						
3 Ovos						
4 Arroz						
5 Feijão						
6 Milho/Derivados						
7 Tubérculos/Raízes						
8 Legumes/Verduras						

9 Frutas						
10 Leite						
11 Queijos/Requeijão						
12 Pães/Bolachas						
13 Macarrão						
14 Açúcar/Doces/Rapadura						
15 Margarina/Manteiga/Nata						
16 Óleos/Gorduras						
17						

28 – Quantas vezes por semana o (a) entrevistado (a) e os adultos da família fazem o (a):

1. Café da manhã/desjejum: _____ 3. Jantar: _____
 2. Almoço: _____ 4. Lanches/Merendas: _____

29 – Quantas vezes por semana as crianças da família fazem o (a):

1. Café da manhã/desjejum: _____ 4. Lanches/Merendas: _____
 2. Almoço: _____ 5. Não se aplica, pois não temos crianças em casa
 3. Jantar: _____

30 – De que forma a(o) entrevistada(o) e sua família possuem acesso à assistência médica e hospitalar?

1. Hospital Público 4. Agente de Saúde
 2. Posto de Saúde Público 5. Médicos privados
 3. Hospital Privado 6. Não possui assistência médica/hospitalar
 7. Farmácia

Caso não possua atendimento médico/hospitalar, especificar o motivo:

31 - Quais as doenças mais comuns que afetam a(o) entrevistada(o) e sua família:

Doença			
Idade(s) do(s) Enfermo(s)			
Frequência de Ocorrência: mensal, bimestral, semestral,			

anual, permanente			
Forma de tratamento: agente de saúde, médicos, enfermeiros, auto-tratamento, etc.			
Local de tratamento: em casa, farmácia, posto de saúde, hospital			

32 - De que maneira o Governo poderia auxiliar para melhorar as condições de vida da (o) entrevistada(o) e sua família:

- | | |
|---|---------------------------------------|
| 1. Construção de Infra-Estrutura Básica | 4. Implementação de Programas Sociais |
| 2. Promoção de Geração de Empregos | 5. Outros: _____ |
| 3. Oferta de Crédito Bancário | |

III – OCUPAÇÃO/EMPREGO

33 - Qual a sua condição de produtor(a) rural?

- | | | |
|---|-------------------------------------|---|
| 1. Proprietária(o) | 6. Herdeiro | 11. Sem Terra |
| 2. Arrendatária(o) | 7. Comanditário (apenas c/ capital) | 12. Outra: _____ |
| 3. Parceira(o) | 8. Meeiro | 13. Não se aplica, pois não é produtor(a) rural |
| 4. Ocupante | 9. Posseiro | |
| 5. Cessionário (aceitou a cessão, sem custos) | 10. Diarista | |

34 - Qual o tamanho da propriedade rural de que o (a) Sr.(a) dispõe para trabalhar?

- | | | |
|--------------------------------|----------------------------------|---|
| 1. Família sem-terra | 5. Acima de 5 e até 10 hectares | 9. Acima de 80 hectares |
| 2. Até 1 hectare | 6. Acima de 10 e até 20 hectares | 10. Não se aplica, não é produtor rural |
| 3. Acima de 1 e até 3 hectares | 7. Acima de 20 e até 40 hectares | |
| 4. Acima de 3 e até 5 hectares | 8. Acima de 40 e até 80 hectares | |

Caso tenha assinalado o item 1, especificar onde desenvolve sua produção:

35 - Qual o tamanho exato da terra da qual o(a) Sr. (a) dispõe para trabalhar? _____ ha

36 - Qual o tamanho da propriedade rural que o (a) Sr. (a) efetivamente usa? _____ ha

37 – Qual documentação o senhor tem da terra na qual trabalha?

- | | |
|-----------------------------|-------------------------|
| 1. Escritura particular | 4. Declaração de doação |
| 2. Escritura pública | 5. Outra _____ |
| 3. Contrato de arrendamento | 6. Sem documentação |

38 - Qual a sua ocupação principal? _____

39 – Onde é realizada sua ocupação principal?

- 1 – No próprio estabelecimento de que dispõe a família 2 – Fora do estabelecimento de que dispõe a família

Caso tenha respondido o item 2, onde é realizada? _____

40 - Quem é o chefe da família?

1. O(a) próprio(a) 2. A esposa(o) 3. Outro (especificar): _____

41 – Qual a principal ocupação do chefe da família? {Responder caso o chefe da família não seja o(a) próprio(a)} _____

42 - Quantas pessoas da família estão ocupadas/trabalhando? _____

43 - Qual(is) a(s) ocupação(ões) principais dos demais membros da família?

- | | |
|----------------|-----------------|
| 1. Agricultura | 3. Comércio |
| 2. Pecuária | 4. Artesanato |
| | 5. Outra: _____ |

44 - Alguém da família possui carteira assinada?

1. Sim 2. Não

IV - PRODUÇÃO E MERCADOS

45 – Qual (is) atividades foram financiadas pelo Pronaf B nos três financiamentos? (assinalar com X)

Atividades	1º Financiamento	2º Financiamento	3º Financiamento
1 – Bovinocultura			

2 – Ovinocaprinocultura			
3 – Avicultura			
7 - Artesanato			
4 – Suinocultura			
5 – Grãos			
6 – Pesca			
7–Outras: _____			

46 - O (a) senhor (a) percebe mudanças nas condições de sua vida antes de ser contemplado com o primeiro financiamento do Pronaf B e após o terceiro financiamento?

1. Sim 2. Sim, pouco 3. Não 4 Não sabe

Justifique: _____

47 - O (a) Sr. (a) já desenvolvia as atividades acima elencadas financiadas pelo Pronaf B?

1. Sim 2. Não

48 – O (a) Sr(a). continua a desenvolver a(as) atividades financiadas pelo Pronaf B?

- 1- Sim, mas não é(são) minha(s) 2. Sim, e é(são) minha(s) atividade(s) 2 - Não
atividade(s) principal(is) principal(is)

49. Qual era a sua produção no 1º financiamento e após o 3º financiamento do Pronaf B?

Produção desenvolvida no 1º financiamento			Produção desenvolvida no 3º financiamento		
Bens/Produtos	Qtde. produzida	Tamanho terra/pessoas ocupadas	Bens/Produtos	Qtde. produzida	Tamanho terra/pessoas ocupadas

50 - Qual é a principal atividade desenvolvida pelo Sr.(a), atualmente? _____

51 – Quais atividades agropecuárias são praticadas pelo senhor (a) e sua família?

- 1.Grãos 4.Bovinocultura 7.Pesca
2. Fruticultura 5. Ovinocaprinocultura 8. Nenhuma

2. Leite em Pó
3. Leite de caixinha ou saquinho
5. Ajuda em dinheiro, no valor de R\$: _____

64 - Qual a periodicidade da ajuda recebida?

1. Diária
2. Semanal
3. Quinzenal
4. Mensal
5. Ocasionalmente

VI – OPERAÇÕES BANCÁRIAS

65 - Quais os recursos utilizados para o desenvolvimento da(s) sua(s) atividade(s) ?

1. BNB - Pronaf B
2. BNB – Crediamigo
3. BNB – Outra fonte
4. Outros Bancos: _____
5. Crédito Informal
6. ONG's
7. Cooperativas de Crédito
8. Agiota
9. Fornecedor de matéria prima
10. Comprador do produto
11. Recursos próprios
12. Outros (citar): _____

66 – Qual foi a finalidade do financiamento adquirido no Pronaf B?

1. Custeio
2. Aquisição de máquinas e equipamentos
3. Compra de matéria-prima
4. Outros Investimentos
5. Capital de giro
6. Outros: _____

67 - O (a) Sr. (a) está em situação de regularidade com o (s) financiamento (s) adquirido (s)?

1. Sim
2. Não

Em caso negativo, quais os motivos?

68 – O (a) Sr. (a) acha que o financiamento adquirido no Pronaf B contribuiu para a melhoria da sua vida?

1. Contribuiu muito
2. Contribuiu pouco
3. Não houve melhoria de vida
4- Piorou as condições de vida

Caso tenham sido assinalados os itens 1 ou 2, justificar em que contribuiu:

69 – O Pronaf B provocou alguma mudança na vida de sua família?

- | | |
|----------------------|-------------|
| 1. Sim | 3. Não |
| 2. Sim, parcialmente | 4. Não sabe |

Justifique: _____

70 – Quais aspectos de sua vida o (a) Sr.(a) percebe mudanças?

- | | |
|---------------------------------|--------------------------------|
| 1. Aumento da renda | 5. Aquisição de vestuário |
| 2. Aquisição de bens de consumo | 6. Maior participação em lazer |
| 3. Educação | 7. Outro: _____ |
| 4. Melhoria da saúde | 8. Não houve mudança |

71 - Com relação à fonte de financiamento, o Sr.(a) considera:

- | | |
|-----------------|----------------------|
| 1. Adequado | 5. Oportuno |
| 2. Inadequado | 6. Inoportuno |
| 3. Suficiente | 7. Não sabe informar |
| 4. Insuficiente | |

72 – O (a) Sr. (a) deseja obter outros financiamentos no Pronaf B?

- 1. Sim 2. Não 3. Não sabe**

Em caso positivo, quais seriam as finalidades?

- | | |
|---|-------------------------|
| 1. Custeio | 4. Outros Investimentos |
| 2. Aquisição de máquinas e equipamentos | 5. Capital de giro |
| 3. Comprar matéria-prima | 6. Outros: _____ |

Em caso negativo, justificar:

VII – CAPACITAÇÃO/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

73 - Assinale as formas de apoio técnico/capacitação recebidas na implantação e/ou desenvolvimento de seu negócio, por ocasião do financiamento do Pronaf B?

- | | |
|---|--|
| 1. Assistência técnica às atividades produtivas | 5. Capacitação em gestão e administração |
| 2. Assistência técnica na área gerencial | 6. Capacitação em associativismo |

3. Comercialização
 4. Capacitação técnico/produtiva
 7. Outros (citar): _____
 8. Não recebe apoio técnico

74 – Em que momento do desenvolvimento de suas atividades o (a) senhor (a) recebeu esse apoio técnico?

1. Apenas no início do financiamento
 2. Visitas regulares durante o desenvolvimento das atividades
 3. Outro
 4. Não recebeu apoio técnico

75 – Quais as instituições se fizeram mais presentes no apoio às suas atividades produtivas?

1. Ematerce
 2. BNB
 3. Sindicato dos Trabalhadores Rurais
 4. Secretaria de agricultura do município
 5. CMDRS
 6. SEBRAE
 7 – Outra: _____
 8. Nenhuma

76 - O (a) Sr. (a) recebe algum apoio (capacitação, assistência técnica, comercialização, associativismo/cooperativismo, gerenciamento, dentre outros) do PFZ-Bolsa Família para o desenvolvimento de suas atividades produtivas?

1. Sim
 2. Não
 3. Não, pois não faz parte do PFZ-Bolsa Família

Em caso afirmativo, em quais áreas? _____

VIII – ORGANIZAÇÃO SOCIAL

77 – O (a) entrevistado (a) ou algum membro de sua família participa de organização social (cooperativa, associação, sindicato, movimento religioso, clubes)?

1. Sim
 2. Não

Em caso afirmativo, citar a(s) organização(ões):

Em caso negativo, especificar o motivo:

78 - De que forma a organização social contribui para o sucesso do seu negócio?

- | | | | |
|--|----|--|----------|
| 1. Facilitando/oferecendo assistência técnica | 5. | Outros | (Citar): |
| | | <hr/> | |
| 2. Facilitando/oferecendo capacitação | 6. | A organização social não contribui para o sucesso do meu negócio | |
| 3. Realizando/intermediando a comercialização do produto | 7. | Não participa de organização social | |
| 4. Facilitando o acesso ao crédito | | | |

79 – O (a) Sr. (a) pretende expandir/ampliar suas atividades?

1. Sim 2. Não 3 – Não sabe

Justifique: _____

80 – O que o (a) Sr.(a) pensa sobre produzir mais com vistas a gerar excedente na sua produção, para a venda e comercialização dos seus produtos, obtendo lucro?

81 – Quais dificuldades o (a) Sr. (a) considera no sentido de ampliar suas atividades?

82 – O (a) senhor (a) acha importante a sua participação em alguma associação ou cooperativa para o desenvolvimento das suas atividades e maior inserção no mercado?

MEMÓRIA DE CÁLCULO - RENDA MÉDIA MENSAL

Valores em R\$ 1,00

Produtos	Qtde.	Valor unitário	Valor Total (A)	Valor dos Insumos (B)	Vlr. Renda Mensal para Autoconsumo (C)	Valor Renda Líquida (A – B – C)
1 - Atividades Financiadas p/ Pronaf B	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL 1	-	-				
2 - Outras Atividades Desenvolvidas	-	-	-	-	-	-
Venda de milho (saca)						
Venda de feijão (saca)						
Venda de farinha de mandioca (saca)						
Venda de bovinos (cabeça)						
Venda de caprinos (cabeça)						
Venda de ovinos (cabeça)						
Venda de ovinocaprinos (cabeça)						
Venda de suínos (cabeça)						
Venda de aves (cabeça)						

Produtos	Qtde.	Valor unitário	Valor Total (A)	Valor dos Insumos (B)	Vlr. Renda Mensal para Autoconsumo (C)	Valor Renda Líquida (A – B – C)
Venda de ovos (unidade)						
Venda de leite (litro)						
Venda de queijo (kg)						
Venda de doce (kg)						
Venda de rede (unidade)						
Venda de varandas (o par)						
Venda de Bordados						
Venda de mel de abelha (litro)						
Diarista como Pedreiro/Eletricista						
Diarista - Frete						
Diárias em atividades agrícolas						
SUB-TOTAL 2	-	-				
3 - Trabalho Assalariado, Aposentadorias, Pensões e Seguros	-	-	-	-	-	-
Trabalho assalariado (¹)					-	
Aposentadoria					-	
Pensão					-	

Produtos	Qtde.	Valor unitário	Valor Total (A)	Valor dos Insumos (B)	Vlr. Renda Mensal para Autoconsumo (C)	Valor Renda Líquida (A – B – C)
Seguros					-	
SUB-TOTAL 3	-	-			-	
4 – Programas Sociais	-	-	-	-	-	-
Bolsa Família ⁽²⁾					-	
Outros(citar)					-	
SUB-TOTAL 4						
5 - Outros (citar)					-	
SUB-TOTAL 5						
TOTAL	-	-				

(1) O valor do insumo neste caso, se restringe a despesas com deslocamento para o trabalho, assim como despesas com alimentação.

(2) Estão incluídos os “programas remanescentes”, os quais são Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, Bolsa Escola e Cartão Alimentação.

APÊNDICE D – ENTREVISTA POR PAUTA – Usuários que fizeram parte da Linha de Base

Além da entrevista estruturada, será realizada a entrevista por pauta, momento para aprofundar questões sobre ocupação/produção/renda, o pensamento dos usuários sobre a agricultura no País, bem como a representação do Programa Fome Zero no contexto do agricultor familiar usuário do PRONAF B.

Serão entrevistados os 4 agricultores que fizeram parte da linha de base.

O objetivo aqui é aprofundar as questões que se relacionam aos objetivos do projeto e ao PRONAF B, qualificando as informações solicitadas na entrevista estruturada.

A) Apresentação do entrevistador e objetivo da pesquisa (Nome Entrevistador, Carta de Apresentação, Compromisso com o Anonimato e Autorização para Gravar/Fotografar)

B) Identificação do Entrevistado/Entrevistador

Nome do Entrevistador: _____

Nome do Entrevistado: _____

Endereço do Entrevistado: _____

Telefone do Entrevistado: _____ Data da Entrevista: _____

Hora de Início: _____ Hora Término: _____

1. O Senhor (a) poderia falar sobre a importância do PRONAF B na sua vida e de sua família?

1.1. O PRONAF B e a ocupação da família

1.2. O PRONAF B e a produção desenvolvida pela família

1.3. O PRONAF B e a renda da família

2. Como o Senhor (a) vê a agricultura no País?

2.1. Perspectivas

2.2. Dificuldades

2.3. Crédito

2.4. Assistência técnica

3. O que o Programa Fome Zero-Bolsa Família representa para o senhor (a) e sua família?

3.1. Apoio às atividades produtivas desenvolvidas

3.2. Assistência técnica dirigida às atividades produtivas desenvolvidas

3.3. Capacitação técnica para o desenvolvimento das atividades produtivas

3.4. Educação formal

3.5. Saúde

APÊNDICE E - ENTREVISTA POR PAUTA – STR, EMATERCE, BNB, E Secretaria de Agricultura do Município

Serão entrevistados os presidentes do Sindicato e do CMDS, além do técnico da EMATERCE e do gerente da agência do BNB que atende o município e o secretário de agricultura.

Tem como objetivo aprofundar como se dá a operacionalização do PRONAF B, observando-se questões relacionadas à vocação das atividades produtivas do município, assistência técnica, seleção dos usuários, elaboração das propostas de financiamento, apoio logístico para a elaboração das propostas, apoio à comercialização, capacitação, integração das ações do Pronaf B com o Programa Fome Zero e integração das ações das instituições envolvidas.

A) Apresentação do entrevistador e objetivo da pesquisa (Nome Entrevistador, Carta de Apresentação, Compromisso com o Anonimato e Autorização para Gravar/Fotografar)

B) Identificação do Entrevistado/Entrevistador

Nome do Entrevistador: _____

Nome do Entrevistado: _____

Instituição: _____

Cargo: _____

Endereço do Entrevistado: _____

Telefone do Entrevistado: _____ Data da Entrevista: _____

Hora de Início: _____ Hora Término: _____

1. Como se dá o processo de financiamento do PRONAF B no município?

1.1. Seleção dos usuários

1.2. Elaboração das propostas

1.3. Apoio logístico

2. Fale sobre as atividades econômicas financiadas pelo PRONAF B no município.

2.1. Vocação produtiva do município

2.2. Assistência Técnica

2.3. Apoio   comercializa o

2.4. Capacita o para o desenvolvimento das atividades

3. Como o Sr. vê as políticas dirigidas aos agricultores familiares pobres, a exemplo do PFZ-Bolsa Família e PRONAF B?

3.1. Integração das ações dos dois programas

3.2. Nível de interação das instituições envolvidas nos dois programas

3.3. Ações dirigidas pelo PFZ-Bolsa Família aos agricultores familiares

3.3.1. capacitação

3.3.2. apoio à comercialização

3.3.3. assistência técnica)

APÊNDICE F - ENTREVISTA POR PAUTA-Conselho Municipal de Assistência Social

Será entrevistado o presidente do conselho habilitado pelo município para acompanhar as ações do PFZ-Bolsa Família.

Esta entrevista visa conhecer as ações de apoio do PFZ destinadas aos agricultores familiares do Grupo B, assim como o nível de integração entre os dois programas.

A) Apresentação do entrevistador e objetivo da pesquisa (Nome Entrevistador, Carta de Apresentação, Compromisso com o Anonimato e Autorização para Gravar/Fotografar)

B) Identificação do Entrevistado/Entrevistador

Nome do Entrevistador: _____

Nome do Entrevistado: _____

Instituição: _____

Cargo: _____

Endereço do Entrevistado: _____

Telefone do Entrevistado: _____ Data da Entrevista: _____

Hora de Início: _____ Hora Término: _____

1. Como foi construída a composição do Conselho responsável pelo PFZ-Bolsa Família no município?

1.1. Composição-representações

1.2. Apoio do governo municipal, estadual e federal (recursos humanos, financeiros e logística)

2. Fale sobre a importância do PFZ-Bolsa Família para os agricultores familiares.

2.1. Saúde

2.2. Educação

2.3. Segurança alimentar

2.4. Combate à pobreza

2.5. Atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores

3. O (a) Senhor (a) poderia falar sobre o PFZ e o PRONAF B operacionalizados no município?

3.1. Mesmos usuários?

3.2. Ações que integram as duas políticas

3.3. Apoio às atividades desenvolvidas pelos agricultores

APÊNDICE G - ENTREVISTA POR PAUTA COM TÉCNICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO

Esta entrevista, originalmente não planejada, foi oportunamente realizada com o objetivo de conhecer o quadro de agricultores do município de Irauçuba, assim como os benefícios que o Estado coloca ao dispor destes agricultores, especificamente sobre o Seguro Safra e o programa de sementes para os agricultores. Não foi estabelecida uma pauta prévia, entretanto os temas se resumiram aos descritos acima.

Nome do Entrevistador:

Nome do Entrevistado:

Instituição: Prefeitura Municipal de Irauçuba

Cargo:

Endereço:

Telefone do Entrevistado:

Data da Entrevista:

1. Quadro de Agricultores familiares do município

2. Seguro Safra

3. Programa de sementes

4. Programa do Biodiesel